
UHE BELO MONTE

16º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte para o BNDES

Junho de 2017



JGP

**Consultoria e
Participações Ltda.**

Rua Américo Brasiliense, 615 - São Paulo
CEP 04715-003 - Fone / Fax 5546-0733
e-mail: jgp@jgpconsultoria.com.br

16º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte para o BNDES

Junho de 2017

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	1
1.0 Introdução	10
2.0 Descrição das Atividades Realizadas na Vistoria e dos Documentos Analisados	11
3.0 Conformidade Legal	11
4.0 Andamento dos Programas do PBA	36
4.1 Andamento dos Programas do PBA-CI	37
5.0 Sistema de Gestão	46
5.1 Sistema de Gestão da NE	47
5.1.1 Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	47
5.1.2 Sistema de Gestão de SST	49
5.1.3 Estrutura Organizacional	50
5.2 Sistema de Gestão das empresas da Obra Principal	51
6.0 Desempenho Ambiental, Social e de Saúde e Segurança do Trabalho da Construção	53
6.1 Sumário do Status da Construção	53
6.1.1 Obras Principais	53
6.1.2 Obras do Entorno	55
6.2 Desempenho Ambiental da Construção	63
6.2.1 Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI)	63
6.2.1.1 Controles Ambientais das Obras Principais	63
6.2.1.2 Supervisão Ambiental da Norte Energia na OP	79
6.2.1.3 Controles Ambientais e Supervisão nas Obras do Entorno	81
6.2.2 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	83
6.2.3 Fiscalização Externa – Entidades Oficiais	85
6.3 Desempenho de Saúde e Segurança do Trabalho (SST)	85
6.3.1 Norte Energia (NE)	85
6.3.1.1 Obra Principal – Civil (CCBM)	86
6.3.1.2 Obra Principal – Montagem (CMBM)	87
6.3.1.3 Obras do Entorno - OEs	87
6.3.1.4 Operação - Eletronorte	88
6.3.2 Desempenho de SST da Obra Principal (OP) - CCBM	88
6.3.3 Desempenho de SST da Obra Principal (OP) – Montadoras CMBM	90

6.3.4 Desempenho de SST da NE, OE e Executoras do PBA	92
6.3.5 Desempenho de SST da Operação - Eletronorte	93
6.3.6 Fiscalização Externa – Entidades Oficiais	93
7.0 Conformidade Socioambiental do Empreendimento	93
8.0 Indicadores Socioambientais do Empreendimento	144
9.0 Consultores da JGP responsáveis pela elaboração deste relatório	145

ANEXOS

Anexo 1 – Lista de Documentos Avaliados	
Anexo 2 – Reuniões, Vistorias e Entrevistas Realizadas	
Anexo 3 – Acompanhamento do Atendimento a Condicionantes	
Anexo 4 – Registro Fotográfico dos Programas do PBA-CI	
Anexo 5 – Master plan - RUC Pedral	
Anexo 6 – Registro Fotográfico do PCAI	
Anexo 7 – Registro Fotográfico das Inspeções de Meio Ambiente nas OE	
Anexo 8 – Registro Fotográfico das Inspeções de SST nas OP	
Anexo 9 – Registro Fotográfico das Inspeções de SSTMA nas OE	

RESUMO EXECUTIVO

O monitoramento socioambiental da UHE Belo Monte no período de janeiro a março de 2017 (documental), com missão de campo realizada entre os dias 15 e 26 de maio de 2017, registrou as seguintes constatações:

As construtoras, especialmente o CCBM, vinham desmobilizando estruturas, equipamentos e instalações dos vários canteiros da obra. No entanto, esta atividade foi descontinuada neste último trimestre em razão da revisão do Procedimento Executivo PE CCBM 220 39 (Revisão 01 – 12/01/2017), identificado como Desmobilização de Estruturas do Canteiro de Obras.

Por outro lado, a empresa Andritz, apesar de não possuir um procedimento de desmobilização aprovado pela NE, continuou as atividades de desmobilização e desinstalação do canteiro de obra no Sítio Pimental. Esta situação, inadequada do ponto de vista formal, resultou em dúvidas quanto à efetividade das medidas adotadas pela empresa para garantir a remediação de áreas potencialmente contaminadas verificadas em campo.

No RSAP não foram informados os quantitativos de recuperação de áreas degradadas para o ano de 2016/2017, bem como os retrabalhos realizados. As informações apresentadas no 17º RSAP, nas inspeções e nas reuniões realizadas durante a missão de monitoramento, mostraram que as principais atividades realizadas no último período úmido tiveram bastante sucesso na reconformação topográfica, drenagem superficial (camalhões / murunduns, canaletas/valetas e descidas d'água enrocadas), hidrossemeadura, plantio de mudas florestais e refúgios de fauna com resíduos de madeira nas amplas áreas de empréstimo existentes nas margens direita e esquerda do Rio Xingu, no Sítio Pimental, nas áreas de empréstimo e bota-fora do Sítio Belo Monte (que já tiveram a sua utilização encerrada) e nos bota-foras ao longo do Canal de Derivação, especialmente, o Bota-fora BF-33.

Nos bota-fora e áreas de empréstimo merece ser destacado o sucesso obtido com a hidrossemeadura e/ou semeadura no recobrimento de áreas muito amplas, especialmente nas saias de aterros e terraços. Esta atividade deverá ser repassada no próximo período úmido para efetivamente proporcionar o recobrimento de todo o solo e propiciar um solo de melhor qualidade para a fixação da regeneração espontânea da vegetação natural.

Além disto, merecem destaque os taludes de corte nas margens do Canal de Derivação, as saias de aterro dos diques de fechamento do Reservatório Intermediário e as margens do Travessão 27, que receberam serviços de correção de feições de erosão, retaludamento ou abatimento de inclinação, sistema de drenagem definitivo e proteção superficial com rachão, hidrossemeadura e/ou biomanta. No próximo período úmido estas atividades precisam ser estendidas para os trechos de áreas de empréstimo e bota-fora afetadas por feições de erosão.

O CCBM, com 3881 trabalhadores atualmente mobilizados (dados de março de 2017), segue adotando nas obras que ainda prosseguem, as medidas mitigadoras e preventivas do PCAI e do PRAD, e os procedimentos estabelecidos no seu SGI.

As 6 Unidades Geradoras (UG) do Sítio Pimental continuam operando comercialmente de forma regular. Nesta usina existem basicamente trabalhos de injeção de concreto, os quais devem seguir até o final de 2017 pela equipe do CCBM. Certamente, ainda existem algumas pendências de montagem que estão rareando, inclusive a Andritz já é considerada como desmobiliza. Essas pendências são sanadas pela equipe de fornecimento de equipamentos, dentre as quais a própria Andritz faz parte.

Na UHE Belo Monte, a 5º unidade geradora entrou em operação comercial e a 6º encontra-se em comissionamento para ser testada dentro de 1 ou 2 meses. Na sequência, as liberações das unidades deverão ocorrer em intervalos mais espaçados do que o registrado até o momento.

Um fator substancialmente importante verificado durante a missão é a recente decisão da Norte Energia em rescindir o contrato de prestação de serviço de montagem com o Consórcio Construtor Belo Monte (CMBM), responsável pela montagem das 18 unidades geradoras da UHE Belo Monte. A carta comunicando tal fato, emitida em maio/2017, concedeu 60 dias para que o consórcio encerre suas atividades. Em paralelo, com o objetivo de não proporcionar maiores prejuízos de prazo, a Superintendência de Contratos da NE está conduzindo o processo de coleta de preços após terem elaborado o termo de referência que pautará as condições de término das 12 unidades geradores restantes.

Assim, com parte das obras em andamento, a UHE já está operando comercialmente desde abril de 2016. Como já indicado nos relatórios anteriores, os documentos do Sistema de Gestão Ambiental - SGA para a fase de operação ainda não foram totalmente disponibilizados. Conforme cronograma apresentado no relatório anterior, o prazo para implantação do sistema era abril de 2017, no entanto, conforme detalhado na **Seção 5.1.1**, esse prazo não foi atendido pela NE. Em reunião com representantes da Norte Energia e da Ferreira Rocha, foi mencionado que esse atraso deve-se principalmente à complexidade do empreendimento e à morosidade do processo de revisão e validação dos procedimentos revisados / elaborados para essa nova fase do projeto. Até a data de emissão deste relatório, a consultoria independente não havia recebido o novo cronograma para repactuação dos prazos.

Cabe mencionar outra informação preliminar recebida da NE durante a missão, de que a nova estrutura da companhia que seguirá pela Fase de Operação foi parcialmente definida (maio/2017). A previsão é que os diretores/presidente designados assumam a partir de junho/2016.

No que diz respeito à implantação das obras, ainda em andamento, a correta adoção das medidas do PCAI e do PRAD pelo CCBM é verificada pela BIOCEV por meio das suas atividades de supervisão ambiental nas OPs. Além do CCBM, são supervisionadas pela BIOCEV também as montadoras Andritz e CMBM. Os resultados da supervisão são

registrados por meio do SIG-BIO, desenvolvido pela BIOCEV para controlar os registros de desvios (RDs) identificados nas vistorias. São geradas planilhas de controle de geoprocessamento e mapas referentes aos locais onde foram identificados os RDs. Os resultados desta supervisão são apresentados na **Seção 6.2.1.2** e no **Capítulo 6.0** deste Relatório.

Os resultados dos sistemas de controle de documentos e dos controles operacionais ambientais foram verificados, de maneira amostral, com base nas inspeções de campo em algumas das frentes de obra realizadas pelo consultor independente no período de 15 a 19 de maio de 2017. Nessas inspeções foram evidenciadas situações adequadas e inadequadas de adoção das medidas de controle ambiental e de recuperação previstas, respectivamente, no PCAI e no PRAD, que compõem o PAC. Os detalhes dessas situações evidenciadas em campo constam na **Seção 6.2.1** e **6.2.2** deste relatório.

Especificamente em relação aos sistemas de controle de documentos e operacionais ambientais das obras do entorno, especificamente em algumas das obras em andamento na área urbana de Altamira, os resultados foram verificados pelo consultor independente, de maneira amostral, com base em inspeções de campo realizadas no dia 17 de maio de 2017. Durante a inspeção foi informado que a nova construtora havia sido contratada e a mobilização era esperada para os próximos dias. Os serviços contratados compreendiam a Rodovia Ernesto Acioly, Avenida Cel. José Porfírio, ruas e avenidas no entorno do Parque Linear do Igarapé Altamira. O novo prazo para conclusão destas obras é de 6 meses, ou seja, até o final de 2017.

As obras nos demais equipamentos públicos como, por exemplo, mercado de pescados e centro de cultura e memória, estavam paralisadas, apesar de próximas da conclusão. A oficina de barcos foi entregue para uso da associação de pescadores. Os detalhes dessas situações evidenciadas em campo constam na **Seção 6.2.1** deste relatório.

Em relação a SST/MA, a Norte Energia continua a demonstrar sua capacidade em gerir as empresas contratadas, apresentando-se de forma bastante adequada frente aos desafios por se contratar empresas locais com culturas variadas nas áreas de segurança do trabalho e saúde ocupacional. Como resultado, foi registrado um baixo número de acidentes, mesmo considerando a desmobilização, a variedade de atividades auxiliares e aquelas voltadas a desmobilização. Continua sendo possível identificar grande alinhamento entre a gestão adotada nas Obras do Entorno e na Obra Principal.

Os desafios de finalizar a proposta de implantar um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho ainda permanecem. O Plano de Ação apresentado ainda possui diversas ações por serem executadas, além de outras que deverão ser incluídas a partir do detalhamento e/ou aprovação dos procedimentos que permanecem em formato de minuta. A previsão de início da atuação da nova diretoria para junho/2017 é vista como o ponto de partida para o esperado avanço na implantação dos procedimentos, mais especificamente a partir de suas aprovações.

Outro desafio a ser superado ainda se relaciona com a gestão da Eletronorte, que se encontra aquém dos padrões requeridos para uma Usina deste porte, e também os níveis

alcançados pelas demais empresas da Obra Principal. O atraso no atendimento de diversas pendências é reflexo da falta de recursos e/ou determinação de responsabilidades no contexto do contrato. Sobre este aspecto, as tratativas da Equipe de SST da NE junto à Superintendência correspondente tem trazido alguns pontos positivos, sendo o de maior destaque a designação de um Técnico de Segurança para atuar exclusivamente nas atividades da operadora, visando garantir o controle e a geração dos registros correspondentes para uma gestão efetiva de riscos e de atendimento aos requisitos legais.

A UHE Pimental, já em plena operação, ainda possui algumas pendências em atendimento, sendo a principal delas a edificação que acomodará a equipe de emergência, refeitório, área de vivência e almoxarifado. A minuta do projeto foi apresentada nesta missão de monitoramento.

Em relação à mobilização dos recursos materiais e humanos para a implantação do Plano de Atendimento a Emergência (PAE), a NE garantiu que a determinação da nova Diretoria alavancaria os processos de aquisição, inclusive aqueles já iniciados.

Outro ponto de destaque, e que necessita da atenção urgente da NE, corresponde às tratativas para finalização das obras do Sistema Viário de Altamira, que garantirá a segurança dos trabalhadores e usuários da via.

Por fim, pode-se considerar que o universo de conhecimento na Gestão de SST por ocasião do início do projeto se mostra diferente da realidade atual. Nesse contexto, um Sistema de Gestão terá condições de trazer as melhorias apontadas neste relatório, ante as situações futuras e evoluir constantemente, apresentando cada vez mais melhores resultados.

Em relação à implantação do PBA, a análise dos programas, apresentada no item *Requisitos do Licenciamento Ambiental, incluindo o Atendimento a Condicionantes das Licenças* do **Capítulo 7.0**, é feita sobre uma amostra de Programas e Projetos. As informações sobre o andamento dos mesmos são aquelas apresentadas no 17º RSAP, coletadas nas reuniões (presenciais ou telefônicas) com as equipes da NE e verificadas durante as inspeções de campo dessa missão. Também foram utilizadas informações do 11º Relatório Consolidado de Andamento do PBA para o IBAMA, pois o mesmo não foi contemplado no relatório anterior.

Não se verificam desvios significativos no desenvolvimento dos Programas e Projetos do Meio Físico, exceto pelos problemas de vandalismo e furto verificados nas estações sismológicas, que resultaram na desabilitação de todas as estações locais durante um período de cerca de 30 dias, em janeiro de 2017. Atualmente, o programa conta com uma estação sismológica operacional, quando deveria contar com 3 estações. A NE informou enfrentar dificuldades para importação de parte dos equipamentos necessários.

Neste período, foi identificada no âmbito do Programa de Monitoramento da Estabilidade de Encostas Marginais e Processos Erosivos, uma feição de erosão na margem do Rio Xingu em local cadastrado como TVR1 (“Pousada Mangueiras”),

localizada a jusante do vertedouro da barragem no Sítio Pimental. Neste local será realizada uma pequena obra de estabilização da margem e a reconstrução da cisterna que foi comprometida com a variação do nível d'água subterrâneo.

A síntese dos aspectos considerados mais relevantes com relação os Programas do Meio Físico é apresentada em “Requisitos do Licenciamento Ambiental, incluindo o Atendimento a Condicionantes das Licenças” no **Capítulo 7.0**.

Foi informado novamente que as campanhas de campo dos monitoramentos da vegetação seguem sendo realizadas de acordo com a metodologia e os cronogramas previstos. Segundo os últimos resultados apresentados, após o enchimento dos reservatórios, foram observadas alterações na vegetação da Floresta Aluvial e do componente arbustivo-arbóreo das formações pioneiras. No entanto, o período de realização dos monitoramentos ainda é insuficiente para relacionar as mudanças verificadas com a fase de operação do empreendimento. Quanto ao *Projeto de Formação de Banco de Germoplasma* e ao *Projeto de Salvamento da Flora*, a Norte Energia relatou pouco avanços.

Os Pareceres N° 02001-000061/2017-49/COHID/IBAMA e N° 02001-000019/2017-79/NLA/MG/IBAMA trazem a análise dos 9° e 10° Relatórios Consolidados, ainda referentes a janeiro e julho de 2016 respectivamente. Neles, não constam recomendações à maior parte dos projetos relacionados à flora e à vegetação.

No âmbito do projeto de destinação da madeira, também foram poucos os avanços. Ainda que alguns entraves no sistema DOF tenham sido resolvidos pelo IBAMA, a produção de cavaco ainda não foi iniciada, sendo necessários novos ajustes no sistema pelo órgão licenciador. Até o momento, foram utilizados 25% do volume total gerado de toras. O beneficiamento da madeira comercial e protegida segue em andamento nas serrarias do Travessão 27 e a média mensal de volume beneficiado tem aumentado. Assim, verifica-se que a destinação da madeira continua em andamento, sendo de suma importância o esforço contínuo da Norte Energia em articular-se junto ao IBAMA e à SEMA. Porém, dificuldades ainda persistem ou surgem, o que causa lentidão na destinação e a dificuldade de planejamento.

Foi reportado que estava prevista a contratação de empresa executora da recomposição vegetal das APP para início das atividades no próximo período de chuvas (2017-2018). A Norte Energia ainda segue realizando a revisão do quantitativo de áreas a serem compensadas, conforme solicitado pelo IBAMA em dezembro de 2016. Foi relatado que será alterada a estratégia de recomposição vegetal, visando aproveitar o potencial de regeneração natural da vegetação e investindo mais na proteção e no monitoramento das áreas. Essa nova estratégia deve ainda ser estruturada e submetida ao IBAMA para aprovação. Apesar de não prever mais a execução de plantio de mudas, é importante que a Norte Energia defina e planeje as etapas e as atividades necessárias para otimizar a condução da regeneração natural, que deverá ser acompanhada por um monitoramento sistemático.

Os pontos críticos a serem observados na próxima missão continuam sendo o

andamento da destinação do material lenhoso gerado, principalmente do resíduo grosso (produção de cavaco), bem como o início da recomposição da vegetação das APP dos reservatórios.

Até o primeiro trimestre de 2017 todos os programas do PBA relacionados à fauna terrestre e semi-aquática, incluindo o monitoramento nos Módulos RAPELD, cavernas, pedrais, e transectos nos rios e igarapés, tiveram seu andamento e suas atividades conforme o cronograma previsto. Os programas que dizem respeito ao monitoramento nos módulos RAPELD (herpetofauna, avifauna, mamíferos terrestres e quirópteros) não registraram espécies novas para a ciência. Foram monitorados também os quirópteros em dois pedrais do TVR, já que os demais estavam submersos. O programa de Monitoramento de Fauna Subterrânea foi oficialmente encerrado pelo IBAMA.

O último produto que deveria ser entregue pela NE para atender aos requerimentos do estudo da modelagem de distribuição da fauna, solicitado pelo IBAMA, foi finalizado e entregue em março de 2017.

Os programas referentes às espécies de vertebrados de ambientes aquáticos e semi-aquáticos (aves, mustelídeos, cetáceos e crocodilianos) foram conduzidos dentro do cronograma e nos compartimentos previstos no PBA, identificando-se que o reservatório intermediário já está sendo colonizado por novas espécies.

As recomendações do Órgão Licenciador referentes ao Programa de Monitoramento de Quelônios estão sendo atendidas, com os dois programas conduzidos de acordo com as recomendações e cronogramas.

Todos os itens referentes à fauna terrestre listados em condicionantes da LO foram considerados pelo IBAMA e, por esta consultoria, como atendidos ou em atendimento.

Os Programas da Conservação da Ictiofauna (composto por seis projetos) e de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água (composto por dois projetos) estão sendo executados em conformidade com o PBA. Durante os monitoramentos trimestrais, mensais e diários, as principais observações referem-se às baixas concentrações de oxigênio dissolvido e alta concentração de turbidez.

No monitoramento de macrófitas aquáticas foram registradas 477 ocorrências. Houve registro no Reservatório do Xingu, no Reservatório Intermediário e nos igarapés Altamira e Ambé. No período de 01 a 10 de maio, a NE removeu as macrófitas aquáticas no Canal do Parque Natural Municipal Altamira, no igarapé Altamira.

Para a ictiofauna, considerando todas as campanhas de monitoramento (20 campanhas), os eventos de resgates na área do empreendimento e as expedições não relacionadas aos programas do PBA, foram registrados 481 espécies, distribuídos em 12 ordens, 48 famílias. Da riqueza total registrada até o momento, 48 espécies de peixes foram identificadas como endêmicas para a bacia do rio Xingu e 17 espécies são novas para a ciência e estão em processo de descrição. No período de janeiro a março não teve

avanços nas identificações. Em relação ao grau de ameaça, 12 espécies estão classificadas com algum grau de ameaça, segundo a Portaria N° 445/2014.

Até o momento, 2 espécies (*Hypancistrus* sp “marrom” e *Typhlobelus auriculatus*) foram registradas somente na ADA/AID do empreendimento. Um novo protocolo de monitoramento está sendo elaborado para a busca ativa da espécie *Typhlobeus auriculatus* no período seco.

No projeto de Aquicultura e Peixes Ornamentais foram registrados no período (janeiro a março de 2017) a desova das espécies *Pseudacanthicus* sp. “vermelho”, *Hypancistrus* sp. “marrom” e *Hypancistrus* sp. “pão” no Laboratório de Aquicultura e Peixes Ornamentais, localizado no Campus da UFPA em Altamira.

Em relação ao Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável, a NE realizou entre os meses de janeiro e março de 2017, reuniões e expedições em vários trechos do rio Xingu para atender as demandas dos pescadores. Em fevereiro a NE protocolou no IBAMA o Plano Estratégico para Implantação de Assistência Técnica ao Setor Pesqueiro da UHE Belo Monte, em Atendimento às Condicionantes 2.24 E 2.26 – Licença de Operação 1317/2015.

Quanto ao Meio Socioeconômico, a análise das atividades desenvolvidas no período baseou-se na atualização do quadro de Atendimento das Condicionantes da UHE Belo Monte, nas informações constantes no 16º Relatório Socioambiental Periódico (RSAP) acerca das ações em curso e nas informações obtidas em dois *conference calls* feitos entre as equipes da consultoria e da Norte Energia. As informações atualizadas indicam a continuidade das atividades da implantação dos programas ainda em curso da LI e da LO, de acordo com as revisões de cronograma acordadas com o IBAMA. Especialmente no caso do atendimento de parte das novas exigências colocadas pelo IBAMA durante o processo de obtenção da Licença de Operação, o cronograma de execução que vem sendo apresentado ao IBAMA em reuniões técnicas e documentos se estenderá ao longo do ano de 2017.

Conforme exigido pela LO, por meio da condicionante 2.1, que cita a necessidade de executar, de forma ininterrupta alguns planos e programas do PBA, seguem em execução os seguintes planos relacionados ao meio socioeconômico: Plano de Atendimento à População Atingida, Plano de Requalificação Urbana, Plano de Articulação Institucional, Plano de Relacionamento com a População e Plano de Saúde Pública.

Como já relatado anteriormente, em função do próprio planejamento do PBA e da conclusão de alguns projetos, a gestão dos projetos ainda em execução foi agrupada/unificada, em alguns casos, como em projetos do Plano de Atendimento à População Atingida (4). Os projetos que foram agrupados e passaram a ser reportados para o IBAMA de forma conjunta são: Projetos de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar (4.2.1); Projeto de Recomposição de Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes (4.2.2) que se estende até o segundo trimestre de 2017; Projeto de

Reestruturação do Extrativismo Vegetal (4.2.4), com duração até o terceiro trimestre de 2017; Projeto de Fomento à Produção de Hortigranjeiros (4.2.6).

A Norte Energia prosseguiu no processo de ajuste da estrutura na Diretoria Socioambiental para a Fase de Operação, conciliando os recursos ainda para atendimento às atividades dos projetos socioeconômicos e fundiários que ainda estão em andamento.

A condicionante 2.6 também exigiu a “implantação RUC Pedral até novembro de 2016 e o cumprimento de todas as etapas dos projetos de reassentamento, garantindo a participação do Grupo de Acompanhamento do Pedral para consolidação do RUC Pedral”. A NE concluiu a obtenção das autorizações para início da implantação do RUC Pedral. Os ajustes de cronograma da construção deste último RUC estão sendo comunicados ao IBAMA. Segundo dados atualizados na NE, mantêm-se 91 famílias interessadas em residir nesse local. Essas famílias estão residindo nos demais RUC existentes até a conclusão e entrega do RUC Pedral.

Já foi atendida outra exigência feita na LO, que determinava que a Norte Energia devia “implementar, até outubro de 2016, as obras de urbanização e relocação ou indenização dos moradores do bairro Jardim Independente II atingidos pelo enchimento do reservatório, de acordo com projeto e cronograma propostos pela Norte Energia e aprovados pela Agência Nacional de Águas (ANA) e IBAMA”. Toda a relocação da área que era ocupada pelo bairro foi concluída, atendendo às mesmas diretrizes das relocações feitas nos 3 igarapés de Altamira.

Seguem os impasses já relatados anteriormente em relação à reivindicações de moradores do Jardim Independente I e a um grupo de oleiros (responsáveis pelo antigo transporte) que alegam ter direitos a compensações pelo projeto, não obstante não ter sido incluídos nos programas aprovados pelo IBAMA. O surgimento de novos grupos e demandas é um processo que vem sendo acompanhado e avaliado pela NE, considerando análises técnicas objetivas e amplos canais de diálogo, porém, dentro de um marco de cumprimento dos compromissos do licenciamento e da legislação. Esses grupos, que alegam terem sido afetados, vêm optando por judicializar suas demandas e a NE apresentará seus argumentos e alegações na justiça.

Em relação às obras principais em Belo Monte, as ações de desmobilização de mão de obra de construção civil prosseguem seguindo as diretrizes do PBA.

Em relação ao cumprimento da condicionante da LO relacionada à execução das ligações intradomiciliares de Altamira, a Norte Energia vem executando o cadastro e solicitação de autorização para as obras em toda a área de Altamira a ser atendida. O cronograma atual prevê que a conclusão total dessas obras de interligação deva ocorrer no segundo semestre de 2017.

Em relação aos projetos viários e de requalificação urbana de Altamira, entretanto, as ações previstas estão quase concluídas. Somente poucas obras tiveram a sua conclusão

interrompida por problemas sérios com as construtoras contratadas, que levaram à rescisão de alguns contratos e à interrupção de serviços finais de conclusão.

Quanto ao Reassentamento Rural Coletivo e de Reassentamento de Áreas Remanescentes, as obras civis que estavam em atraso para a conclusão desses dois tipos de reassentamento estão em fase final de conclusão. A conclusão total das obras deverá ocorrer até o final do primeiro semestre de 2017.

No que diz respeito ao Componente Indígena, após um período tenso no relacionamento com os indígenas, a reestruturação administrativa da SAI, aparentemente, está sendo avaliada positivamente. Com efeito, a fusão das Gerências de Estudos e de Assuntos Indígenas tem potencial para integrar os atendimentos diretos com as ações de grande porte desenvolvidas na esfera dos programas e projetos do PBA-CI. É importante que esta fusão oportunize aos indígenas uma maior compreensão da atuação indigenista da SAI, distinguindo mais claramente os compromissos do licenciamento dos compromissos de órgãos institucionais. Por tratar-se de uma reestruturação em andamento, seus resultados ainda não podem ser plenamente avaliados.

É possível, contudo, avaliar que os projetos estão mantidos ou foram ampliados e que a SAI segue enfrentando o tema estratégico da participação indígena. Com o esvaziamento da participação no Comitê Gestor, nos Subcomitês e no Comitê de Monitoramento do Trecho de Vazão Reduzida, as interações com os indígenas correm o risco de serem determinadas pelo imediatismo dos atendimentos, comprometendo a eficácia de projetos estruturantes, como os desenvolvidos no escopo do Programa de Atividades Produtiva e Programa de Gestão Territorial.

O fortalecimento das instâncias de participação é fundamental, não apenas para implementar as ações estruturantes, mas também, para garantir que as atividades de avaliação sejam realizadas. Neste caso, a avaliação deve, simultaneamente, destacar os resultados alcançados e esclarecer sobre as responsabilidades pela continuidade dos projetos. Como recomenda a FUNAI, após cinco anos do início da implantação dos programas e projetos do PBA-CI, a avaliação da efetividade deverá envolver indígenas, representantes institucionais e técnicos. Esta avaliação, a ser desenvolvida ainda em 2017, estará na base da revisão da matriz de impacto e da reelaboração e repactuação dos compromissos de longo prazo da Norte Energia.

O fortalecimento da atuação indigenista da Norte Energia é estratégico para esta nova fase do licenciamento. Sendo assim, a estruturação da SAI em torno da atuação indigenista e da participação indígena é vital para o sucesso das avaliações do PBA-CI e discussões sobre responsabilidades institucionais com os projetos de longo prazo.

Em relação ao atendimento das condicionantes da LO 1317/2015, é possível observar, nos Quadros do **Capítulo 3.0** deste Relatório, que não houve alteração na situação de atendimento nesse período de monitoramento. Conforme já informado, as 34 condicionantes específicas já tiveram seu atendimento iniciado, prosseguindo com status de “em andamento”. Uma condicionante já foi considerada atendida, a 2.21, relacionada ao monitoramento do atropelamento de fauna, cuja interrupção foi aprovada

pelo IBAMA. Diversas alíneas de outras condicionantes já constam como atendidas, principalmente aquelas que possuíam curto prazo (geralmente de 45 a 90 dias) para atendimento.

No que diz respeito às condicionantes da FUNAI, da avaliação apresentada no **Capítulo 7.0**, resultante das informações coletadas principalmente nas reuniões e inspeções realizadas durante a missão de campo, verifica-se que a Ação 10 do Parecer nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI, relacionada à documentação e registro da implantação dos programas do PBA-CI, continua com status de “em atendimento”, assim como nos trimestres anteriores. As demais ações deste Parecer estão atendidas, assim como as 8 Ações estabelecidas no Ofício 126/PRES-FUNAI (condicionantes da fase de LI).

1.0

Introdução

Este documento consiste no 16º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto Hidrelétrico Belo Monte para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sob a responsabilidade da Norte Energia S.A. (NE), referente ao período de janeiro a março de 2017.

O Relatório elaborado pela JGP (Consultor Socioambiental Independente - CSI), incluindo todas as suas conclusões e recomendações, está baseado no escopo dos trabalhos realizados e na informação recebida da NE, que foi objeto de verificação seletiva durante inspeções de campo e reuniões. A JGP não se responsabiliza pela validade ou precisão das informações recebidas e utilizadas no desenvolvimento deste Relatório. A JGP poderá revisar este informe, incluindo as suas conclusões e recomendações, se informação adicional for disponibilizada. Ressalte-se também que o presente Relatório se destina aos Agentes Repassadores e tem função específica, não sendo necessariamente adequado para utilização por outros públicos ou para outras finalidades. Todas as interpretações e conclusões sobre o marco legal e/ou contratual não devem ser consideradas como uma opinião jurídica.

A informação de base para a elaboração do relatório é formada pelo 17º Relatório Socioambiental Periódico (RSAP) elaborado pela NE, pelas informações obtidas durante as inspeções de campo do projeto e reuniões realizadas no período de 15 a 19 de maio de 2017. Especificamente para as questões de saúde e segurança do trabalho, as inspeções de campo ocorreram na semana de 22 a 26 de maio de 2017.

2.0

Descrição das Atividades Realizadas na Vistoria e dos Documentos Analisados

Conforme descrito acima, a elaboração deste Relatório foi embasada na análise de documentos do período de janeiro a março de 2017, e em dados coletados em reuniões e em inspeções de campo durante vistorias da consultoria socioambiental independente, ocorridas entre 15 e 19 de maio de 2017. Como já mencionado, para as questões de saúde e segurança do trabalho, as inspeções de campo ocorreram na semana de 22 a 26 de maio.

Os principais documentos revisados na presente análise de conformidade estão listados no **Anexo 1**.

As vistorias de campo, por sua vez, envolveram a realização de reuniões com as equipes responsáveis pela implementação de programas socioambientais, pela gestão socioambiental do empreendimento, pela supervisão das obras e dos programas, e também a realização de entrevistas com partes interessadas.

O **Quadro 2.0.a**, no **Anexo 2**, apresenta a lista das reuniões e entrevistas realizadas e os locais inspecionados na missão de campo.

3.0

Conformidade Legal

Neste período, o acompanhamento do cumprimento das 34 condicionantes da LO nº 1317/2015, 24/11/2015, foi feito com base no Quadro 3 do 17º RSAP, referente Status de Atendimento às Condicionantes da LO nº 1317/2015.

Neste relatório, os quadros do **Anexo 3** apresentam a situação de atendimento às condicionantes da LO (**Quadro 3.0.a**). O status de atendimento às condicionantes estabelecidas pela FUNAI constam no **Capítulo 7.0**. Em relação a estas últimas, a atualização é feita com base nas informações mais recentes coletadas pelo consultor responsável pelo tema na vistoria de campo realizada entre os dias 15 e 19 de maio de 2017.

O **Quadro 3.0.b**, na sequência, sumariza a situação de atendimento às condicionantes estabelecidas pelo IBAMA na LO Nº 1317/2015.

Quadro 3.0.b

Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
1. Condicionantes Gerais		
1.1 Esta Licença de Operação deverá ser publicada conforme o disposto no § 1º, do art. 10, da Lei nº 6.938/1981 e na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 006/1986, sendo que as cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.	 Atendida	Publicações feitas em novembro e dezembro de 2015. Evidência ao IBAMA na CE 0445/2015-DS.
1.2 O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra: a) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição desta licença; b) Graves riscos ambientais e de saúde; c) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.	Informativa	
1.3 A presente licença ambiental não dispensa tampouco substitui aprovações, autorizações ou licenças exigidas por outros órgãos reguladores.	Informativa	
1.4 Qualquer alteração das especificações do projeto ou da finalidade do empreendimento deverá ser precedida da anuência do IBAMA.	Informativa	
1.5 A Norte Energia S. A. é a única responsável perante o IBAMA no atendimento às condicionantes postuladas nesta Licença de Operação.	Informativa	
1.6 Em caso de ocorrência de qualquer acidente ambiental, o empreendedor deverá comunicar imediatamente o fato ao IBAMA, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 15/2014, por meio do Sistema Nacional de Emergências Ambientais – SIEMA.	 Em atendimento (NE - 17º RSAP)	O IBAMA foi informado sobre mortes de peixes ocorridas no TVR em 27/11/15. A partir de 30/11, foi feito, pelo IBAMA, acompanhamento permanente dos trabalhos relativos ao Plano de Enchimento dos Reservatórios e de atendimento ao PBA e às condicionantes da LO. Em 09/06/16 a Norte Energia se reuniu com IBAMA para informar sobre as medidas tomadas pela empresa para redução da mortalidade de peixes ocorridas no Canal de Fuga de Belo Monte após o início da operação comercial da UG_1. Nesta ocasião foram aprovadas as medidas tomadas pela Norte Energia. A Norte Energia comunicou ao IBAMA o incidente ambiental ocorrido no dia 01/10/16 (CE 0484/2016-DS - 6/10/16) onde foi detectado um vazamento de óleo junto ao canal de fuga das Unidades Geradora 03 e 04. Na ocasião foi acionado o Plano de Atendimento a Emergências (PAE), executando o Procedimento de emergência Ambiental específico para casos de derramamento de óleo em corpos hídricos. a Norte Energia está realizando amostragem da água para óleos e graxas nas proximidades dos pontos de coleta de água dessas comunidades.

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
1.7 A renovação desta licença deverá ser requerida dentro do prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua validade.	Informativa	
2. Condicionantes Específicas		
<p>2.1 Executar, de forma ininterrupta, os programas e projetos inseridos nos planos elencados abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Plano de Gestão Ambiental b) Plano Ambiental de Construção c) Plano de Atendimento à População Atingida d) Plano de Requalificação Urbana e) Plano de Articulação Institucional f) Plano de Relacionamento com a População g) Plano de Saúde Pública h) Plano de Valorização do Patrimônio i) Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais j) Plano de Gestão de Recursos Hídricos k) Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres l) Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos m) Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande n) Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios 	 Em atendimento (NE –17º RSAP)	<p>Emissão do 11º Relatório Consolidado de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes em fevereiro/17.</p> <p>Do total de 117 programas/projetos, 84 tem atividades a serem realizadas após a emissão da LO em 24/11/15 (33 a Norte Energia considera como encerrado, tendo informado esse status ao IBAMA). A Norte Energia entende que, em dezembro/15, 11 projetos foram concluídos, restando 73 (38% do PBA cumprido). A previsão é de que 18 projetos teriam sido concluídos em dezembro de 2016, 31 serão concluídos até dezembro de 2018, mais 18 até dezembro de 2024 e 6 até dezembro de 2025.</p> <p>Em 28/08/2016 foi realizada reunião com a Diretora de Licenciamento do IBAMA-BSB para discutir a abrangência de algumas condicionantes, bem como continuidade de determinadas atividades. Foi apresentado um documento onde foram registrados os principais pontos discutidos nesta reunião.</p> <p>Foi dada continuidade as contratações referentes a execução dos programas e projetos do PBA, com prazo, em geral e de acordo com a necessidade, de 24 meses. Por meio do Ofício 02001.002202/2017-68 COHID/IBAMA, protocolado em 16/03/2017, o órgão ambiental se manifestou deferindo o Encerramento do Programa de Avaliação e Monitoramento da Fauna Subterrânea, atendendo as solicitações e justificativas técnicas apresentadas pela Norte Energia.</p>
<p>2.2 Apresentar relatórios semestrais, contendo dados brutos e análise elaborada por responsável técnico, relativos aos Planos, Programas e Projetos. Os relatórios deverão ser entregues em versão digital e impressa (quando solicitada), constando sumário, numeração das páginas, referências bibliográficas, instituições e agentes envolvidos, assinatura dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução dos trabalhos, registro dos profissionais nos órgãos de classe, ART (quando pertinente) e número no Cadastro Técnico Federal do IBAMA.</p>	 Em atendimento (NE –17º RSAP)	<p>O 1º RC de andamento do PBA pós LO corresponde ao 9º RC, emitido em 31/01/2016. O 10º RC, 2º pós LO, referente ao período de janeiro a junho de 2016, foi protocolado no IBAMA em final de julho. O 11º Relatório Consolidado Semestral foi protocolado no órgão ambiental no dia 24/02/2017.</p> <p>Em dezembro de 2016 foi realizado um Seminário junto ao Ibama onde foi discutido a prorrogação da data de entrega do 11º RC para fevereiro/2017. A Norte Energia formalizou essa solicitação por meio da CE 0590/2016-DS de 14/12/2016. O Órgão Ambiental deferiu a solicitação (ofício nº 03/2016-DILIC/IBAMA de 02/01/2017).</p>

Quadro 3.0.b

Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
<p>2.3 Os Programas Ambientais que exijam ações programadas por tempo determinado, não coincidente com a vigência da licença de operação, devem ter seu Projeto Executivo revisto junto ao IBAMA, sempre que necessário, explicitando a reprogramação das ações, adequação de metas e objetivos, devidamente acompanhadas de novo cronograma.</p>	<p style="text-align: center;">✓</p> <p style="text-align: center;">Em atendimento (NE –17º RSAP)</p>	<p>O 9º RC já inclui as modificações do Parecer 3.622/2015.</p> <p>Em 28/08/16 foi realizada reunião com a Diretoria de Licenciamento do IBAMA na sede do Instituto, em Brasília, para discussão sobre a abrangência desta e de outras condicionantes. Na ocasião, a NE afirmou o interesse em centrar a emissão de documentos nos itens críticos e não mais em relatórios semestrais (Relatórios Consolidados - RCs). Relembrou a listagem dos pontos críticos estabelecidos antes da emissão da LO e a concentração, então, de documentos sobre esses pontos. O IBAMA afirmou que a Coordenação irá verificar essa questão. As reuniões propostas junto ao Ibama para reavaliação das ações e cronogramas dos Programas Ambientais foram iniciadas, com a realização da primeira reunião no dia 17/03/2017, tratando de assuntos e condicionantes ligadas a questões fundiárias. Também em março, a Norte Energia propôs alterações ao Programa de Conservação e Manejo de Quelônios e o Projeto sobre Ecologia de Quelônios, e aguarda posicionamento do Ibama.</p>
<p>2.4 Realizar, sem prejuízo dos relatórios semestrais, seminário técnico com o órgão licenciador, com periodicidade anual, para discussão dos resultados dos programas ambientais, prevendo explanação por parte dos especialistas envolvidos.</p>	<p style="text-align: center;">✓</p> <p style="text-align: center;">Em atendimento (NE –17º RSAP)</p>	<p>Na fase de LO repete-se o procedimento adotado no período pós LI, quando foram realizados seminários técnicos periódicos. No período de 06 a 08 de dezembro de 2016 ocorreu o 1º Seminário Técnico com o órgão ambiental, após a emissão da Licença de Operação. No evento foram abordados os assuntos referentes aos Meios Físico, Biótico, Socioeconômico e Fundiário, conforme a relação de assuntos previamente solicitados pelo IBAMA.</p>
<p>2.5 Incorporar as recomendações contidas no Parecer 02001.004317/2015-25 COHID/IBAMA para realização das medidas de controle, monitoramento, mitigação e comunicação social previstas no Plano de Enchimento dos Reservatórios da UHE Belo Monte.</p>	<p style="text-align: center;">✓</p> <p style="text-align: center;">Em atendimento (NE – 11º RC e 17º RSAP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo do 1º, 2º e 3º Relatórios Consolidados Mensais (RCM) do Plano de Enchimento dos Reservatórios da UHE Belo Monte (PERBM) em 29/12/15, 27/01/16 e 29/02/16. • Protocolo do Relatório Consolidado de Enchimento dos Reservatórios da UHE Belo Monte em 29/04/16. • A partir de 09/12/15, encaminhamento de relatórios diários das atividades de acompanhamento ambiental e resgate da ictiofauna no TVR, sendo os mais recentes enviados em 12/12/16 pela CE 583/2016-DS, referentes ao período de 05/12/2016 a 11/12/2016. • Em 03/11/16, por meio da CE 526/2016 a Norte Energia solicitou ao IBAMA que os relatórios diários sejam transformados em relatórios consolidados semanais, tendo em vista a ausência de variações significativas nos registros coletados. <p>Com relação ao resgate de fauna, em 24/10/2016 foi protocolado o 1º Relatório</p>

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
		<p>Técnico Mensal do Monitoramento de Fauna nas Ilhas de Vegetação Remanescente do Reservatório Xingu da UHE Belo Monte (CE 508/2016-DS), confirmando que no período não houve necessidade de novos resgates. Dando continuidade ao atendimento do Ofício 02001.010654/2016-32 COHID/IBAMA, os seguintes relatórios mensais foram emitidos:</p> <p>23/11/2016 – 2º Relatório de 22/10 a 21/11/2016 (CE551/2016-DS) 23/12/2016 – 3º Relatório de 22/11 a 21/12/2016 (CE603/2016-DS) 25/01/2017 – 4º Relatório de 22/12/2016 a 21/01/2017 (CE0039/2017-DS) 22/02/2017 – 5º Relatório de 22/01 a 21/02/2017 (CE0091/2017-DS) 24/03/2017 – 6º Relatório de 22/02 a 21/03/2017 (CE0174/2017-DS)</p> <p>A Norte Energia relata que com base nas argumentações apresentadas no âmbito do 11º RC, o entendimento apontado ao Ibama foi de que essa condicionante deveria ser considerada como “atendida”.</p>
<p>2.6 Em relação às atividades de reassentamento da população atingida:</p> <p>a) Executar revisão do tratamento ofertado aos ribeirinhos e moradores de ilhas e beiradões do rio Xingu, conforme diretrizes aprovadas pelo Ofício 02001.009719/2015-16 DILIC/IBAMA, garantindo o acesso à dupla moradia a todos os atingidos que tenham direito.</p> <p>b) Implantar o RUC Pedral até novembro de 2016 e cumprir todas as etapas dos projetos de reassentamento urbano previstas para as famílias destinadas àquele RUC: pré-transferência, transferência e pós-transferência.</p> <p>c) Garantir a participação do Grupo de Acompanhamento do Pedral para consolidação do RUC Pedral.</p> <p>d) Implementar, até outubro de 2016, as obras de urbanização e relocação ou indenização dos moradores do bairro Jardim Independente II atingidos pelo enchimento do reservatório, de acordo com projeto e cronograma propostos pela Norte Energia e aprovados pela Agência Nacional de Águas (ANA) e IBAMA.</p>	<p style="text-align: center;"></p> <p>Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>a)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 17/10/16: iniciada a preparação para a entrega dos kits habitacionais. Concomitante a entrega dos conjuntos habitacionais, a NE iniciará o pagamento de uma verba habitação no valor de R\$900,00 mensais durante 6 meses. Encerraram-se as negociações com a população ribeirinha que será reassentada. • Dezembro/2016: em Seminário Técnico realizado junto ao Ibama, informou-se que até aquele momento 77 famílias já tinham sido beneficiadas pela entrega do 1º módulo do material de construção e 115 famílias estavam sendo beneficiadas pelo auxílio transição. Também foi abordada a metodologia adotada para o monitoramento das famílias e a ocupação das áreas, sendo discutido alguns pontos de melhorias da metodologia adotada, com solicitação de novos indicadores e novos pontos de monitoramento de qualidade água. • 10/01/2017: o órgão ambiental emitiu correspondência solicitando a suspensão imediata das ofertas e entregas de áreas, a fim de que o Ibama avalie a metodologia. • 12/01/2017: a Norte Energia emitiu a correspondência (CE 0024/2017-DS) trazendo às argumentações técnicas para que o Ibama reconsidere a decisão, além da inviabilidade do atendimento total ao que foi determinado pelo órgão. Registra-se ainda que até o dia 19/01/2017 já foram beneficiadas 102 famílias pela entrega do 1º módulo do material de

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
		<p>construção, dentre as quais, 78 famílias já receberam o 2º módulo do material.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Março/2017: Norte Energia e Ibama realizam reunião para esclarecer as ações que vêm sendo adotadas, a definição do público, considerando a criação do Conselho Ribeirinho e as intermediações do MPF. Nesse sentido, também neste mês, foi promovido pelo MPF, reunião com a participação do Ibama e Conselho Ribeirinho, onde foi apresentada a demanda da revisão do público, considerando uma nova listagem entregue à Norte Energia, a qual está em fase de análise. <p>b) e c) A área do Pedral foi incorporada ao perímetro urbano de Altamira em 03/11/15. O serviço de supressão vegetal para uma área equivalente à implantação de 150 lotes foi contratado com início das atividades em 06/06/16. O Relatório Quinzenal do RUC Pedral mais recente foi encaminhado pela NE em 13/12/16 (CE 585/2016). A NE informa que foram recebidas e pagas, as taxas referentes ao Alvará de Construção do RUC Pedral, emitido pela SEPLAN. Também foi ressaltado que a NE aguarda a emissão da Licença de Instalação, solicitada em 23/09/2016 e a emissão do Alvará de Construção, considerando que as empresas para execução da terraplanagem, infraestrutura e construção das casas, já estão contratadas. A Norte Energia obteve em março/2017 a Licença de Instalação (LI) N°025/2017 emitida pela Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo (SEMAT).</p> <p>d) De 01 a 12/2016, protocolo de 12 Relatórios de Andamento das Ações Propostas para Proteção da Área de Baixio Localizada no Bairro Jardim Independente II na ANA.</p> <p>Foi concluído o levantamento físico e o cadastro socioeconômico das famílias até a cota 100,00, que serão integralmente removidas, além dos comércios e estudos de caso. As 70 palafitas localizadas na área de baixio foram integralmente removidas em junho de 2016.</p> <p>Em 07/11/2016, por meio da CE 529/2016-DS foi protocolado o 11º relatório junto a ANA, informando o andamento das ações na área já desapropriada e informando o prazo final das obras urbanísticas e de drenagem na área. Dando continuidade, em abril/2017, foi emitido o 16º Relatório, e em maio/2017 o 17º Relatório, atualizando as ações em andamento. Foi feito um requerimento da LI junto à SEMAT no dia 07/04/2017, sendo que o Projeto urbanístico e</p>

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
<p>2.7 Iniciar, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento de aluguel social e verba de manutenção às 40 famílias que optaram pelo Reassentamento em Área Remanescente – RAR, o qual deverá ser mantido até que as famílias retomem suas condições de vida nas áreas remanescentes.</p>	<p style="text-align: center;">✓</p> <p style="text-align: center;">Aguardando manifestação do Ibama quanto ao seu cumprimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>Projeto da rede de drenagem foram finalizados.</p> <p>Em 02/12/15, a NE protocolou a CE 0433/2015-DS, informando que já vem pagando o aluguel social e a verba de manutenção prevista por seis meses ou até que o reassentamento ocorra. A NE informou ao IBAMA sobre os optantes pelo RAR que estão recebendo os benefícios e solicitou que a condicionante fosse considerada cumprida.</p> <p>Em 29/03/2016 a NE atualizou o estágio de implantação dos RARs, e ratificou que as medidas previstas nessa condicionante estavam atendidas.</p> <p>O 16º RSAP informa que no Seminário Técnico promovido junto ao Ibama no período de 06 a 08/12/2016, foram apresentados os dados sobre os pagamentos do aluguel social para as famílias. A Norte Energia reitera, junto ao Ibama, a solicitação de sua manifestação favorável ao status de “condicionante cumprida”.</p>
<p>2.8 Efetuar o pagamento de aluguel social e verba de manutenção às 40 famílias que optaram pelo Reassentamento em Área Remanescente – RAR, de forma retroativa, pelo período transcorrido desde a data de assinatura do termo de opção por modalidade de tratamento.</p>	<p style="text-align: center;">✓</p> <p style="text-align: center;">Aguardando manifestação do Ibama quanto ao seu cumprimento ou supressão (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>Em 08/12/15 a NE reiterou ao IBAMA que está procedendo ao pagamento do aluguel social e da verba de manutenção as famílias optantes pelo RAR até que o mesmo tenha sua implantação concluída.</p> <p>A reunião para discussão desta e de outras condicionantes, solicitada pela NE, foi agendada para 28/07/16.</p> <p>Em 29/03/2016 foi protocolada a CE 143/2016-DS com o detalhamento das informações referentes ao RAR, incluindo relatório fotográfico do andamento das obras.</p> <p>O 16º RSAP informa que esse tema foi abordado no Seminário Técnico promovido junto ao Ibama em dezembro de 2016. Em resposta, a Norte Energia esclareceu que o Ibama foi informado, por meio de ofício encaminhado pela Norte Energia, que não era o caso de se pagar o aluguel retroativo, pois nos levantamentos que foram realizados verificou-se um prazo de saída das áreas que geraram uma data de corte para o pagamento do aluguel.</p> <p>O 17º RSAP informa que na reunião promovida com o Ibama em março/2017, foi realizado um alinhamento e encaminhamento sobre essa condicionante, sendo esclarecido pelos técnicos do órgão que é necessária apresentação das comprovações em relação aos 40 optantes pelo RAR, informando a data de saída das propriedades e o início de recebimento do auxílio. Nos casos onde houve uma diferença entre esse período, a Norte Energia, deverá realizar o ressarcimento a essas famílias. Essa verificação ficou de ser realizada e encaminhada ao órgão.</p>

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
<p>2.9 Manter, para todos os reassentados, assistência técnica, social e ambiental (ATES), com período mínimo de 3 (três) anos.</p>	<p style="text-align: center;"></p> <p>Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>O PBA e os relatórios de atendimento aos itens 1 e 2 do Ofício 6165/2015, apresentados ao Ibama, já estabeleciam ATES por um período de três anos para todos os reassentados, o que será cumprido pela NE.</p> <p>No Seminário Técnico realizado junto ao Ibama no período de 06 a 08/12/2016, foi acordado que seriam apresentados no próximo relatório consolidado, os detalhamentos dos processos de transição dos agricultores para a EMATER, conforme critérios desenvolvidos na execução do Projeto.</p>
<p>2.10 No âmbito do Plano de Requalificação Urbana, a Norte Energia deve:</p> <p>a) Concluir a retirada das pontes João Coelho, Goldim Lins e ponte de madeira na foz do igarapé Ambé, até a conclusão do enchimento do reservatório Xingu;</p> <p>b) Concluir, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as obras dos parques no entorno dos igarapés de Altamira; a reurbanização da orla de Altamira; e as obras de drenagem urbana associadas aos parques e à reurbanização da orla;</p> <p>c) Implantar, no prazo de 180 dias (cento e oitenta), solução definitiva para disposição final dos resíduos sólidos que atenda à sede municipal de Anapu e à localidade de Belo Monte do Pontal;</p> <p>d) Apoiar a implantação de consórcio intermunicipal de resíduos sólidos que contemple os municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Anapu, visando solução ambiental e economicamente sustentável para disposição final de resíduos sólidos urbanos;</p> <p>e) Prestar, pelo período de dois anos e de forma ininterrupta, assistência técnica aos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Anapu, visando à adequada operação das estações de tratamento de esgoto e dos aterros sanitários implantados pela Norte Energia.</p>	<p style="text-align: center;"></p> <p>Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>a) Pontes retiradas, com exceção da ponte de madeira, por impedimento da Prefeitura. O IBAMA foi comunicado, mas continua exigindo a demolição. A Norte Energia informou que ajuizou ação para garantir a retirada da ponte de madeira, estando a empresa já com a peça pronta.</p> <p>O 16º RSAP informa que no Seminário Técnico com Ibama (dez/2016) essa condicionante foi discutida, sendo alinhado o entendimento com o órgão ambiental, que o atendimento a essa condicionante depende de uma decisão judicial favorável, conforme processo em andamento. Nesse sentido, a Norte Energia fará uma consulta jurídica ao Ibama para que ele seja parte no Processo.</p> <p>b) Andamento informado ao IBAMA nos Relatórios do Plano de Requalificação Urbana (PRU), o último enviado em 21/12/16. A NE informou ao IBAMA que tem envidado esforços para a realização das intervenções referentes ao Projeto de Parques e Reurbanização da Orla, mas, por questões de cunho operacional, solicitou a prorrogação do prazo desta condicionante em 90 dias. A pedido do IBAMA, as justificativas para o pleito foram encaminhadas em 09/06/2016.</p> <p>O 16º RSAP informa que as intervenções na Orla do Rio Xingu, que se referem ao Pacote 3 de obras, deverão ser iniciadas, considerando o novo posicionamento da Prefeitura sobre o tema, apresentado por meio do Ofício nº 192/2016-PMA-SEPLAN em 18/11/2016. Para tanto, a Norte Energia está realizando a readequação do projeto, conforme informado ao Ibama no Seminário Técnico no período de 06 a 08/12/2016 e ratificado em correspondência, CE 01058/2016-DS, emitida ao 13/12/2016.</p> <p>c) O projeto executivo do aterro sanitário foi aprovado pela Prefeitura de Anapu em 08/04/16.</p> <p>Em 18/04/16 a NE solicitou prorrogação de prazo para este item c) por 180 dias. A pedido do IBAMA, as justificativas para o pleito foram encaminhadas e o IBAMA está analisando.</p>

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
		<p>Em 29/09/16 a NE enviou informações sobre o processo em resposta ao of 02001.010971/2016-59 COHID/IBAMA e reiterou que permanece no aguardo da manifestação do órgão licenciador.</p> <p>Nesse sentido, foi apresentado ao Ibama no Seminário Técnico (07/12/2016) as tratativas com a Secretaria de Meio Ambiente do município, a fim de se obter a Licença de Instalação para início das obras, considerando que a empresa executora está devidamente contratada. A NE continua realizando a coleta de lixo na Vila de Belo Monte do Pontal, dispondo-o no aterro sanitário do Sítio Belo Monte.</p> <p>d) A NE entende que a questão dos resíduos sólidos foi tratada de forma individualizada e, portanto, não é cabível uma solução consorciada. Os aterros sanitários de Altamira e Vitória do Xingu foram concluídos pela NE, tendo sido repassados às Prefeituras em 27/04/15 e 19/05/14, respectivamente. No Ofício 02001.000402/2017-86 DILIC/IBAMA, em 19/01/2017, o qual encaminha o Parecer Técnico N°02001.003924/2016-59 COHID/IBAMA, que trata da avaliação das condicionantes, foi informado pelo órgão, que esse item da condicionante passa a ser “não exigível” no processo de licenciamento, pois entendem como pertinente a justificativa técnica apresentada pela Norte Energia.</p> <p>e) Esses municípios já assumiram a gestão de seus aterros sanitários. Em relação às ETEs, somente Altamira ainda não recebeu formalmente o sistema implantado pela NE, que vem operando o SES desde abril de 2015, o que garante que parte dos efluentes gerados na cidade de Altamira, principalmente dos cinco RUCs, já está sendo adequadamente tratada.</p>
2.11 Concluir, até 30/09/2016, a realização das ligações domiciliares à rede de esgoto da área urbana de Altamira.	 Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)	<p>Após o posicionamento da Prefeitura de que a realização das ligações seria de inteira responsabilidade da NE, esta se reestruturou e realizou as seguintes atividades em três eixos de ação:</p> <p><u>Comunicação:</u> mobilização de 60 agentes de comunicação para visita aos cerca de 16.500 domicílios.</p> <p><u>Contratação:</u> segmentação da área em 15 lotes, todos já com tomada de preço realizada. Seleção de propostas para 4. Devido à disparidade entre as propostas e o orçamento referencial, nova rodada de negociações está sendo realizada. A meta de conclusão das negociações dos 15 lotes é final de agosto.</p> <p><u>Execução:</u> as ligações intradomiciliares tiveram início por meio da ligação do Hospital Municipal São Rafael à rede de esgotamento sanitário.</p> <p>Foram enviados ao IBAMA 21 Relatórios Quinzenais das Ligações</p>

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
		<p>Domiciliares. O último relatório foi enviado em 20/04/2017 informando sobre as atividades de relacionamento com a população, atendimento social, comunicação social, implantação das ligações e interações institucionais junto a Coordenadoria de Saneamento de Altamira (COSALT).</p> <p>Em paralelo as atividades de execução, a Norte Energia tem discutido com o Ibama a prorrogação do prazo da condicionante, sendo inicialmente, enviado correspondência em setembro/2016 (CE 434/2016-DS e CE 463/2016-DS). Esse assunto também foi tratado no Seminário Técnico junto ao Ibama (dez/2016) onde foi realizado um histórico dessa demanda, as ingerências impostas a Norte Energia, as dificuldades e situações que tem sido verificadas na execução das atividades e a comprovação técnica da inviabilidade do prazo imposto pelo órgão. Com isso, foi discutido para se definir uma linha de corte em relação a atuação da Norte Energia e o estabelecimento de "marcos" de atendimento para finalização das obras, com prazo previsto para setembro de 2017. Em abril/2017 foi realizada reunião com o IBAMA onde foram apresentados os avanços na execução das obras e estabelecido junto ao órgão uma data de corte (30/06/2017) para a obtenção das autorizações das intervenções. Em maio/2017, a Norte Energia reiterou a formalização da proposta de repactuação dos prazos dessa condicionante, baseado nos imóveis cadastrados e na linha de corte estabelecida.</p>
<p>2.12 Disponibilizar serviços de limpa-fossa e coleta de esgotos em tempo seco para saneamento ambiental de Altamira, até a conclusão das ligações domiciliares.</p>	<p style="text-align: center;"></p> <p>Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>A NE tem feito acompanhamento permanente em campo para detectar e solucionar os possíveis casos com necessidade de remoção do efluente nos sistemas unitários de tratamento de esgoto. Informou possuir, em “stand by”, 11 caminhões limpa-fossas para atender situações extremas relacionadas à influência do lençol freático nas fossas sépticas, com encaminhamento dos efluentes à ETE de Altamira. Foi solicitado pelo IBAMA no Ofício 02001.005764/2016-82 COHID/IBAMA, de 16/06/2016, uma avaliação da aplicação do serviço de limpa fossa no bairro Jardim Independente I. A NE justificou a inviabilidade dessa proposição.</p> <p>Em 29/07/16 a NE informou ao IBAMA, por meio do Relatório de Plano de Ação no Bairro Aparecida, a utilização de Limpa fossa para manutenção da área e da intervenção realizada para minimizar a aglomeração de águas residuais na área até que as intervenções do Parque Ambé se iniciem.</p>

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
<p>2.13 Disponibilizar suporte técnico e financeiro para a integral e adequada operação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Altamira, até que a Prefeitura daquela municipalidade apresente condições para operá-lo de forma sustentável técnica e economicamente.</p>	<p style="text-align: center;">✓</p> <p>Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>Realizada reunião pela Diretoria de Licenciamento do IBAMA em 28/07/16. Nesta ocasião, o IBAMA solicitou que fossem encaminhados pela Norte os dados apresentados na reunião da Comissão do Senado relativos à arrecadação de impostos advindos da empresa. A Norte Energia ressaltou que, conforme monitorado pelo Programa 7.4, as Prefeituras não vêm apresentando suas prestações de contas ao TCU desde 2012. A NE ficou de apresentar um extrato para o IBAMA sobre o pagamento dos royalties e outras questões financeiras para as Prefeituras.</p> <p>Segundo o 16º RSAP, a Norte Energia vem operando o SES desde abril de 2015, o que garante que parte dos efluentes gerados na cidade de Altamira (principalmente relativos à população dos cinco RUCs) já está sendo adequadamente tratado.</p> <p>Em reunião com o Ibama em julho/2016 houve destaque também para o ponto que solicita que a operação deve ter suporte até que o município apresente condições adequadas técnica e financeiramente.</p>
<p>2.14 Em relação à qualidade de água:</p> <p>a) Realizar monitoramento diário em perfil de profundidade nos pontos definidos no Plano de Enchimento dos Reservatórios, considerando os seguintes parâmetros: OD, DBO, Nitrogênio, Fósforo, E.Coli, PH, Turbidez, Condutividade Elétrica e Temperatura;</p> <p>b) Os resultados deste monitoramento devem ser remetidos para acompanhamento do IBAMA;</p> <p>c) Realizar o manejo adaptativo dos compartimentos do reservatório, de modo a atender às demandas por usos múltiplos e a manutenção das condições de vida para biota aquática.</p>	<p style="text-align: center;">✓</p> <p>Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>a) O monitoramento diário está em andamento. Protocolo de Nota Técnica NT_SFB_No045_LO-Qualidade-Água_IIEGA_02152015, para discutir pontos desse monitoramento. Em 02/03/16, o IBAMA encaminhou documento que define periodicidades e parâmetros que devem ser medidos em superfície e em profundidade. As argumentações apresentadas no bojo do 11º RC junto ao órgão ambiental, solicita que essa alínea das condicionantes seja considerada como atendida, considerando o histórico dos dados apresentados.</p> <p>b) A NE vem submetendo os resultados do monitoramento ao IBAMA por meio de Notas Técnicas e Relatórios Técnicos.</p> <p>c) Os devidos esclarecimentos sobre este item foram inseridos em Nota Técnica encaminhada ao IBAMA. O 16º RSAP informa que foi realizada reunião com a Diretoria de Licenciamento do IBAMA em 28/07/16 na sede do Instituto, em Brasília. Segundo o 16º RSAP, no Seminário Técnico realizado com o Ibama (dez/2016) foram apresentadas as comprovações de atendimento de todos os itens desta condicionante, tendo como encaminhamento uma avaliação sobre a continuidade nos monitoramentos no "ponto bastião" e a intensificação da interface sobre o assentamento dos ribeirinhos.</p>

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
<p>2.15 Continuar a execução do Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico na região dos bancos de areia (Tabuleiros do Embaubal), conforme as observações elencadas no Parecer 02001.003622/2015-08 COHID/IBAMA.</p>	<p style="text-align: center;"></p> <p>Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>No 9º RC foi encaminhado o “Projeto de Monitoramento Hidrossedimentológico na Região dos Bancos de Areia - Ria do Xingu”, em atendimento à recomendação do Parecer 3622/2015-08 do IBAMA. O Projeto encontra-se em andamento, em acordo com o previsto nesse documento. No Seminário Técnico realizado com o Ibama (dez/2016) foram apresentadas as comprovações de atendimento do Projeto.</p>
<p>2.16 No que tange à Volta Grande do Xingu, a Norte Energia deverá:</p> <p>a) Realizar os testes previstos para a implementação do Hidrograma de Consenso, com duração mínima de 6 (seis) anos a partir da instalação da plena capacidade de geração na casa de força principal, associado aos resultados do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu;</p> <p>b) Controlar as vazões da Volta Grande do Xingu sempre com o objetivo de mitigar impactos na qualidade da água, ictiofauna, vegetação aluvial, quelônios, pesca, navegação e modos de vida da população da Volta Grande.</p>	<p style="text-align: center;"></p> <p>Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>a) esta orientação, que será atendida com a instalação plena da geração, vem sendo reproduzida desde a emissão da LP (condicionante 2.1) e da LI (condicionante 2.22). No parecer 02001.003924/2016-59 COHID/IBAMA, encaminhado em janeiro/2017, o órgão consta que essa alínea não é pertinente para o atual momento do processo de licenciamento.</p> <p>b) Já está em andamento a partir do início do enchimento do reservatório do Xingu, com a restrição de vazão liberada para jusante. Relatórios diários das equipes de resgate da ictiofauna no TVR e informe comprovando a implementação de ações para atendimento às demandas de navegação durante o enchimento do Reservatório Xingu foram encaminhados ao IBAMA, tendo sido os mais recentes enviados em 09/01/17, referentes ao período de 02/01/2017 a 08/01/2017, pela CE 012/2017. Com relação ao resgate de fauna, no dia 24/10/2016, por meio da CE 508/2016-DS foi protocolado o 1º Relatório Técnico Mensal do Monitoramento de Fauna nas Ilhas de Vegetação Remanescente do Reservatório Xingu da UHE Belo Monte. No dia 23/11/2016 foi emitido o 2º Relatório Técnico Mensal (CE 0551/2016-DS) e em 23/12/2016 o 3º Relatório (CE 603/2016-DS), dando continuidade ao atendimento do Ofício 02001.010654/2016-32 COHID/IBAMA.</p> <p>Com relação à navegabilidade, em 01/09/2016 (CE 204/2016-PR) a Norte Energia expos algumas situações que envolvem a operação dos reservatórios e o Hidrograma de Consenso para o TVR. Nesta correspondência são mencionadas questões relacionadas ao regime fluvial e vazões atuais do médio e baixo Xingu; condições de deplecionamento do reservatório intermediário; qualidade de água no RI; e acompanhamento ambiental relacionado à ictiofauna no RI e Canal de Fuga. A NE informou ser necessário ajuste momentâneo nas regras operacionais dos reservatórios com o objetivo de evitar impactos significativos na qualidade de água, mortalidade de peixes, estruturas civis e na geração de energia. Em 01/11/2016, por meio do OF 02001.012129-2016-51 DILIC IBAMA, o órgão se manifestou informando que as atividades de geração de energia deveriam retomar e obedecidas as regras operativas</p>

Quadro 3.0.b

Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
		definidas pela ANA.
<p>2.17 Em relação à navegação:</p> <p>a) Operar, de forma ininterrupta, o Sistema de Transposição de Embarcações;</p> <p>b) Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório técnico independente com a avaliação da adequação dos equipamentos às embarcações utilizadas pelos moradores da Volta Grande do Xingu.</p>	<p>a) </p> <p>Em atendimento</p> <p>b) </p> <p>Atendido</p> <p>(NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>a) O STE vem sendo operado ininterruptamente desde a Etapa de Implantação.</p> <p>b) Em 22/02/16 foi protocolado o Parecer Técnico independente, que concluiu que a atual configuração operacional do STE atende não só à demanda existente, como há sobra de capacidade para o atendimento de demanda futura.</p>
<p>2.18 Implantar e proteger a Área de Preservação Permanente (APP) aprovada pelo IBAMA.</p> <p>a) Apresentar, em 120 (cento e vinte) dias, Programa de Revegetação das Áreas de Preservação Permanente dos reservatórios e do Canal.</p>	<p></p> <p>Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>Aprovação da APP variável em 23/06/15, por meio da Nota Técnica nº 02001.000646/2015-05 COHID/IBAMA.</p> <p>No Parecer 3622/2015-08 o Ibama informou que o PACUERA será analisado por meio de um documento específico, o que ainda não ocorreu. Após aprovação do Plano, o Programa de Recomposição da Cobertura Vegetal da APP poderá ser executado.</p> <p>O plano de ação para o Programa de Revegetação foi apresentado, no âmbito do PACUERA, no 7º RC, com previsão de início de atividades de plantio de mudas no período chuvoso 2017/2018. A tomada de preços está em andamento para a execução do primeiro ano do Programa. Em razão das novas tratativas de reassentamento de ribeirinhos na APP dos reservatórios e da necessidade de adequar o limite da APP, serão revistos o zoneamento do entorno dos reservatórios e a nova delimitação da APP, levando em consideração a recomposição da mesma para todo período de concessão (30 anos).</p>
<p>2.19 No âmbito do resgate de fauna, durante o enchimento dos reservatórios Xingu e Intermediário:</p> <p>a) Encaminhar relatórios mensais, contendo as informações solicitadas pela Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 647/2015;</p> <p>b) Manter o resgate de fauna durante o período de rescaldo, até manifestação do IBAMA autorizando a interrupção da atividade;</p> <p>c) Encaminhar para o CETAS da UHE Belo Monte todos os animais recebidos ou informados pelo IBAMA na região do entorno do empreendimento.</p>	<p>a) e c) </p> <p>Atendidos</p> <p>b) </p> <p>Em atendimento</p> <p>(NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>a) e c) Concluídas com a emissão do Relatório Consolidado de Enchimento dos Reservatórios da UHE Belo Monte em 29/04/2016.</p> <p>Em atendimento à condicionante específica nº 3.4 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 647/2015, citada alínea “a”, foi encaminhado, em 26/09/2016, o 33º Relatório Semanal do Rescaldo do Enchimento dos Reservatórios da UHE Belo Monte.</p> <p>b) As atividades no Reservatório Intermediário finalizaram. Em 15/04/2016, a Norte Energia solicitou ao IBAMA o encerramento das atividades de resgate de fauna embarcado no Reservatório Intermediário, o que foi aprovado pelo Ofício 02001.006623/2016-87 COHID/IBAMA.</p> <p>As atividades de rescaldo permanecem no Reservatório do Xingu.</p>

Quadro 3.0.b

Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
		<p>Foi emitida em 27/06/16 a Nota Técnica “NT_SFB_No045 Rescaldo Resgate no RX_27-06-2016”, propondo a redução de 12 para seis equipes embarcadas a partir de julho/2016, o que foi aprovado pelo IBAMA no Ofício 02001.007253-2016-03 COHID/IBAMA de 01/07/16.</p> <p>Encaminhada, em 16/09/2016, a ata de reunião e ratificados os entendimentos relacionados ao monitoramento semanal nas ilhas com registro de imagens para acompanhamento do estado da flora, sendo considerado um indicador para eventual intensificação de monitoramentos e/ou execução de resgates.</p> <p>Em 24/10/2016 foi protocolado o 1º Relatório Técnico Mensal do Monitoramento de Fauna nas Ilhas de Vegetação Remanescente do Reservatório Xingu da UHE Belo Monte (CE 508/2016-DS), em 23/11/2016 foi emitido o 2º Relatório Técnico Mensal (CE 0551/2016-DS) e em 23/12/2016 o 3º Relatório (CE 603/2016-DS), dando continuidade ao atendimento do Ofício 02001.010654/2016-32 COHID/IBAMA. . Em 22/02/17, por meio da CE 0091/2017-DS, foi emitido o Quinto Relatório, compreendendo o período de 22/01 a 21/02/17, e em. 24/03/2017 foi emitido o Sexto Relatório, compreendendo o período de 22/02 a 21/03/17.</p>
<p>2.20 No âmbito do Programa de Conservação da Fauna Terrestre:</p> <p>a) Manter as atividades de monitoramento executadas ao longo da instalação do empreendimento, por, no mínimo, dois anos após o enchimento dos reservatórios. A interrupção ou modificação na metodologia de qualquer atividade de monitoramento só poderá ser realizada após manifestação do IBAMA;</p> <p>b) Apresentar a modelagem de ocorrência de espécies, conforme especificado no Parecer 02001.003622/2015-08 COHID/IBAMA;</p> <p>c) Apresentar, nos relatórios de acompanhamento, análises comparativas com os dados de fases anteriores, pré-enchimento e enchimento;</p> <p>d) Apresentar avaliação consolidada dos impactos do empreendimento à fauna, e proposta de mitigação e/ou compensação de acordo com os resultados dos monitoramentos biológicos.</p>	<p>b) </p> <p>Atendido</p> <p>a), c) e d) </p> <p>Em atendimento</p> <p>(NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>a) Foi firmado Termo Aditivo com empresa que executa os monitoramentos nos módulos RAPELD para realização das campanhas semestrais até 2017, seguindo a mesma metodologia empregada desde o início do PBA. Em 24/03/2017, foi emitida a CE 0175/2017-DS, solicitando a retificação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico N°251/2013 (7ª Retificação), de 02 de dezembro de 2015.</p> <p>b) Foi encaminhada ao IBAMA a Nota Técnica NT_SFB_N°039_MODELAGEM_DISTRIBUIÇÃO_ESPÉCIES_151015, por meio da CE 0372/2015-DS de 20/10/2015, que apresentou a metodologia para modelagem de distribuição de espécies (MDE) e planejamento sistemático para a conservação da biodiversidade regional. A metodologia e as considerações da NE foram aprovadas pelo IBAMA no Ofício 02001.0001437/2016-51 CGENE/IBAMA. Em julho de 2016 foi concluído o estudo de modelagem. Em 24/02/2017, por meio da CE 0097/2017-DS, foi encaminhado ao Ibama o Relatório Técnico que apresentou os resultados e consideração acerca do Planejamento Sistemático para Conservação da Biodiversidade na Região da UHE Belo Monte, sendo o último produto a ser entregue ao Ibama referente à Modelagem de Distribuição de Espécies.</p> <p>c) A NE informa que as análises comparativas serão realizadas, mas que os</p>

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
		<p>resultados das comparações entre os dados levantados nas duas fases, pré e pós-enchimento, somente serão possíveis ao final de dois anos de monitoramento para a etapa de operação.</p> <p>O 16º RSAP informa que no Seminário Técnico realizado com o Ibama em dezembro de 2016, foram apresentadas as comprovações de atendimento de todos os itens desta condicionante, inclusive foram apresentados os resultados da MDE, com esclarecimentos de dúvidas específicas da equipe do IBAMA acerca dos métodos adotados e efetividade dos resultados obtidos da modelagem.</p> <p>d) A NE informa que a avaliação consolidada será realizada.</p>
<p>2.21 No âmbito do projeto de Mitigação de Impactos pela Perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento:</p> <p>a) Dar continuidade ao monitoramento da fauna atropelada, por meio de campanhas bimestrais, até a manifestação do IBAMA autorizando a interrupção das atividades, a fim de avaliar a eficácia das medidas mitigadoras;</p> <p>b) Executar medidas de mitigação adicionais, caso identificado aumento da taxa de atropelamento de fauna silvestre.</p>	<p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">Atendida</p> <p style="text-align: center;">(NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>Em 09/06/16 foi enviada ao IBAMA a Nota Técnica “NT-SBF-No 042-PMPIFA-08062016” com resultados, análises e evidências do Projeto e, diante dos resultados nela apresentados, solicitou-se o encerramento das suas atividades. O encerramento foi aprovado pelo IBAMA por meio do Ofício 02001.007909/2016-80 DILIC/IBAMA, de 20/07/2016.</p>
<p>2.22 No âmbito do Programa de Conservação da Fauna Aquática, a Norte Energia deve dar continuidade ao Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos, ao Projeto de Monitoramento da Avifauna Aquática e Semi-Aquática e ao Projeto de Monitoramento de Crocodilianos, por, no mínimo, dois anos após o enchimento dos reservatórios, conforme especificado no Parecer 02001.003622/2015-08 COHID/IBAMA. As atividades de monitoramento somente poderão ser interrompidas após anuência do IBAMA.</p>	<p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>Conforme comunicado pela NE, o monitoramento de todos os grupos deverá continuar, na periodicidade determinada pelo IBAMA, nos compartimentos já monitorados e no Reservatório Intermediário.</p> <p>Segundo o 16º RSAP, no Seminário Técnico realizado com o Ibama em dezembro de 2016, foram apresentadas as comprovações de andamento do Programa. Em março/2017, a Norte Energia encaminhou ao Ibama a solicitação de retificação da Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico N°459/2013, referente ao Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semiaquáticos. No mesmo mês foi encaminhado ao Ibama a CE 0123/2017-DS solicitando a retificação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico N°252/2013, referente ao Projeto de Monitoramento de Crocodilianos.</p>
<p>2.23 No âmbito do Programa de Conservação e Manejo de Quelônios, a Norte Energia deve dar continuidade às atividades do Projeto Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios e do Projeto Manejo de Quelônios de Belo Monte, a fim de mensurar e mitigar o impacto sobre a fauna de quelônios. Também devem ser apresentadas análises comparativas com as fases</p>	<p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">Em atendimento (NE – 10º e 11º)</p>	<p>As atividades dos dois projetos tiveram continuidade, conforme o previsto, atendendo-se ainda à determinação do IBAMA de iniciar-se o monitoramento da praia artificial formada pela dragagem do canal de fuga.</p> <p>Segundo o 16º RSAP, no Seminário Técnico realizado com o Ibama em</p>

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
anteriores, como pré-enchimento e enchimento.	RC e 17º RSAP)	dezembro de 2016, foram apresentadas as comprovações de andamento do Programa. Em março/2017 foi solicitado ao Ibama a retificação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico N°064/2012, referente ao Programa de Conservação e Manejo de Quelônios. No mesmo mês, a Norte Energia encaminhou por meio da CE 0217/2017-DS, a Nota Técnica que trata da revisão dos objetivos e metas dos Projetos inseridos no Programa de Conservação e Manejo de Quelônios, em aderência às metas específicas contidas no PBA, as quais estabeleceram que a cada período de cinco anos, com base na experiência e resultados obtidos, seja procedida a revisão dos objetivos e metas destes Projetos.
<p>2.24 No âmbito do Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável:</p> <p>a) Realizar seminário técnico aberto ao público da AID, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, com participação de especialistas em pesca, para discutir os resultados dos monitoramentos e debater os impactos decorrentes da fase construtiva e de operação da UHE Belo Monte;</p> <p>b) Iniciar, em até 60 (sessenta) dias, projeto de assistência técnica de pesca, por período mínimo de 3 (três) anos, no trecho que sofrer alterações pela formação do reservatório Xingu e do Trecho de Vazão Reduzida; e</p> <p>c) Desenvolver projeto de assistência técnica de pesca destinado aos pescadores e ribeirinhos moradores das Reservas Extrativistas Riozinho do Anfrísio e Iriri, na região da Terra do Meio.</p>	<p>a) e b)  Atendidos</p> <p>c)  Em atendimento</p> <p>(NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>a) O seminário ocorreu entre os dias 17 e 18/02/16, com relatório enviado ao IBAMA em 05/04/16.</p> <p>b) Reuniões de planejamento junto às colônias de pesca têm sido realizadas desde 03/03/16, com o objetivo de buscar estratégias para a continuidade do Projeto de Pesca Sustentável aplicável ao Reservatório do Xingu e ao TVR. Em 10/10/2016 foi encaminhada solicitação ao IBAMA para reunião técnica para tratar de critérios para a assistência técnica da Pesca. O 16º RSAP informa que em 24/10/2016 foi realizada reunião na sede do Ibama.</p> <p>c) Informou ao IBAMA que os estudos para elaboração do PBA e os resultados do Projeto de Pesca Sustentável demonstram não haver relação entre os impactos do empreendimento e o estoque pesqueiro e as atividades de pesca da RESEX.</p> <p>No OF 0221.003599/2016-24 DILIC/IBAMA, de 08/04/2016, o IBAMA solicitou a inclusão dos pescadores da RESEX Rio Xingu no rol de assistência técnica de pesca, e a apresentação de relatório com os resultados iniciais dos referidos projetos no prazo de 90 dias.</p> <p>Em 24/10/16 a Norte Energia reuniu-se com técnicos da diretoria de licenciamento do IBAMA para discussão sobre a proposta de assistência técnica que consistiria de orientação profissional na implantação de iniciativas de aquicultura, tema que foi selecionado com maior frequência nas consultas realizadas junto às comunidades de pescadores ao longo da Volta Grande do Xingu. O IBAMA por sua vez argumentou pelo acompanhamento e monitoramento da pesca mais próximo às comunidades para avaliação de impactos localizados e soluções customizadas a cada caso, que poderiam incluir outras atividades para recomposição de renda local. Esta discussão foi</p>

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
		<p>levada à reunião da Comissão da Pesca no âmbito do Fórum de Acompanhamento Social do empreendimento, realizada no dia 29/11/16. Nessa reunião, o IBAMA afirmou sua intenção de que a Norte Energia não somente fornecesse assistência técnica em projetos de formação de renda mas também efetuasse todos os investimentos necessários para a sua implantação. A Norte Energia informou na reunião que não poderia se comprometer com investimentos desse vulto sem a devida consulta à diretoria e conselho de administração da empresa. Assim, o IBAMA exigiu nova reunião para o dia 16 de janeiro de 2017 quando a Norte Energia deveria apresentar resposta quanto ao pleito do IBAMA e lideranças do setor pesqueiro que são membros da Comissão da Pesca. Essa reunião foi postergada para o dia 26 de janeiro, tendo sido realizada uma reunião prévia com IBAMA no dia 17/01/17 para entendimentos com o órgão.</p> <p>Quanto à assistência técnica para as RESEX, após discussões com ICMBio e lideranças, realizadas no segundo semestre de 2016, a empresa executora propõe ações que visam a redução da dependência dos pescadores aos atravessadores, reduzindo os custos na aquisição de gelo e efetuando o transporte do pescado diretamente ao mercado consumidor de Altamira.</p> <p>No Seminário Técnico realizado com o Ibama em dezembro de 2016, foram apresentadas as comprovações de atendimento do Projeto. Posteriormente, a Norte Energia emitiu correspondências, convidando diferentes órgãos a participar da reunião extraordinária da Comissão da Pesca, no âmbito do Fórum de Acompanhamento social da UHE Belo Monte, a ser realizada no dia 26/01/2016, com objetivo de discutir a proposta de assistência técnica à pesca que está em processo de revisão pela NE.</p> <p>Em março/2017 foi encaminhado ao órgão ambiental, o Plano Estratégico para a Implantação de Assistência Técnica ao setor Pesqueiro, para as devidas manifestações e validações junto ao órgão. O IBAMA avaliou o referido Plano e o considerou adequado e deverá ser validado junto aos pescadores. Com relação às ações específicas nas RESEX, o Instituto solicita que aguarde a deliberação do IBAMA junto ao ICMBIO para dar continuidade às ações afetas à assistência técnica aos pescadores daquelas UCs.</p>
<p>2.25 No âmbito do Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna:</p> <p>a) Apresentar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Protocolo de Ação para as atividades de resgate e salvamento da ictiofauna para fase de operação do</p>	<p>a)  Atendido</p>	<p>a) Em 08/01/16 foi protocolado o “Protocolo de Ação para as Atividades de Resgate e Salvamento durante o Comissionamento e a Operação Comercial das Unidades Geradoras UHE Belo Monte, Sítios Belo Monte e Pimental e Trecho de Vazão Reduzida (TVR)”.</p>

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
<p>empreendimento, incluindo atividades a serem executadas em eventuais mortandades de peixes;</p> <p>b) Executar resgate de ictiofauna durante as atividades de comissionamento, nas paradas das Unidades Geradoras (programadas e emergenciais), e em outras atividades potencialmente impactantes à ictiofauna;</p> <p>c) Comunicar imediatamente aos órgãos competentes, incluindo a DILIC/IBAMA, quaisquer ocorrências de mortandade de peixes;</p> <p>d) Registrar, durante as atividades de resgate de ictiofauna, as medições dos seguintes parâmetros de qualidade de água: temperatura, oxigênio dissolvido e pH;</p> <p>e) No caso de resgate de espécies exóticas, os exemplares dessas espécies devem ser sacrificados, e não devolvidos ao corpo hídrico.</p>	<p>b) a e) ✓ Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>b) Conclusão do comissionamento da Unidade Geradora (UG) 01 da Casa de Força do Sítio Pimental, com entrada em operação comercial no final de abril/16. Início do comissionamento das UG-02 e UG-03. Conclusão do comissionamento das UGs 01 e 02 da Casa de Força Principal, no Sítio Belo Monte, e início da operação comercial da UG-01 também em abril/16. Atendendo ao Ofício 02001.013561/2015-89 DILIC/IBAMA, os relatórios diários com as atividades de resgate de ictiofauna vêm sendo encaminhados ao IBAMA.</p> <p>c), d) e e) Todas as ocorrências de mortandade de peixes, medições de qualidade da água e eventual resgate de espécies exóticas estão sendo registrados e reportados nos relatórios diários das atividades de resgate de ictiofauna. Foi apresentada proposta de comissionamento eletromecânico que evite ou reduza tal mortandade, bem como medidas de monitoramento da qualidade de água no Reservatório Intermediário, considerando o fluxo preferencial para UGs e o perfil da coluna de água. O IBAMA aprovou as medidas propostas. Segundo a NE, as medidas preliminares, que não incluem ainda a instalação de aeradores, já demonstraram melhora nos níveis de oxigênio dissolvido (OD) no Canal de Fuga.</p> <p>Por meio da CE 0526/2016-DS de 03/11/2016, a Norte Energia, informou sobre a Redução de equipe de resgate de ictiofauna na área do TVR e alteração da frequência de envio dos relatórios de acompanhamento das atividades, considerando a significativa redução na necessidade de resgate nos últimos meses, tendo o último ocorrido em outubro.</p> <p>No Seminário Técnico realizado com o Ibama em dezembro de 2016, foram apresentadas as comprovações de atendimento do Projeto, sendo encaminhado que a Norte Energia faria o envio de dados georreferenciados e o Ibama iria avaliar a perspectiva de redução do número de pessoas nos resgates, além disso, foi solicitada a alteração de periodicidade do relatório para semanal. Em atendimento a essa demanda, o órgão emitiu o OF 02001.001396/2017-84 COHID/IBAMA, em 16/02/2017, confirmando o atendimento aos pleitos da Norte Energia para redução das equipes de resgate da ictiofauna e a emissão do relatório com periodicidade semanal.</p>
<p>2.26 No âmbito do Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais:</p> <p>a) Prover assistência técnica pelo período mínimo de 3 (três) anos após o repasse dos pacotes tecnológicos;</p>	<p>a) ✓ Em atendimento</p>	<p>a) Pacotes tecnológicos estão em desenvolvimento, tendo acari-zebra, acari-tubarão e três espécies de peixes anuais desovado em condições de laboratório. Realização de curso de capacitação para aquaristas e extensionistas. Em 23/03/2017 por meio da CE 0171/2017-DS, foi encaminhado ao órgão</p>

Quadro 3.0.b

Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
b) Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, proposta alternativa de ações de mitigação para o público que não aderir ao projeto.	b)  Aguardando manifestação do IBAMA quanto ao atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)	ambiental, o Plano Estratégico para a Implantação de Assistência Técnica ao setor Pesqueiro, para as devidas manifestações e validações junto ao órgão. b) Em 22/12/15, foi protocolada Nota Técnica que propõe, em síntese, acompanhamento e discussão individualizada com os pescadores ornamentais para delineamento de estratégias específicas, e futuramente em ações para complementação e/ou diversificação de renda, com monitoramento por três anos. Em complementação, deverão ser disponibilizados petrechos para a atividade, além de treinamento para aumentar a segurança e a produtividade. Segundo o 16º RSAP, verificou-se por meio do acompanhamento dos desembarques pesqueiros que, até o momento, o setor da pesca ornamental não foi negativamente impactado, sendo que os pescadores continuam exercendo sua atividade normalmente. Este setor continuará sendo monitorado no âmbito das iniciativas de Assistência Técnica. O Ibama, em seu Parecer 02001.003924/2016-59/COHID, considera esta alínea “b” da condicionante 2.26 como “atendida”.
2.27 No âmbito do Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo de Transposição de Peixes: a) Iniciar a operação do Sistema de Transposição de Peixes – STP – antes do período de migração reprodutiva da ictiofauna 2015/2016; b) Realizar avaliação de efetividade do STP, após os três primeiros ciclos hidrológicos, a partir dos dados de monitoramento oriundos dos Projetos de Monitoramento da Ictiofauna e de Implantação e Monitoramento de Mecanismo de Transposição de Peixes e encaminhar relatório ao IBAMA.	a)  Atendido b)  Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)	a) O início da operação do STP estava previsto para quando o Reservatório Xingu atingisse a cota 97,00 m, o que ocorreu em 01/02/16. O reinício da operação do STP estava prevista para quando o Reservatório Xingu atingir a cota de operação 95,60 metros, que deveria ocorrer até 13/11/2016. b) Os monitoramentos do STP iniciaram em fevereiro de 2016. Considerando a necessidade de ajustes do STP e instalação de novos equipamentos de monitoramento para avaliação de sua efetividade, foi informada ao IBAMA a drenagem do STP por 60 dias, em período sem piracema, com equipe de resgate no local para acompanhar o processo de drenagem do sistema. Complementarmente, em 01/08/2016 foi encaminhado o cronograma detalhado de ensecamento e instalação de equipamentos de monitoramento complementares no STP. Segundo o 16º RSAP, no Seminário Técnico realizado com o Ibama em dezembro de 2016, foram apresentadas as comprovações de andamento do Projeto.
2.28 Com relação à reposição florestal: a) Encaminhar, em 90 dias, o projeto de reposição florestal, utilizando as informações constantes no Relatório Final de Supressão; b) Considerar as Áreas de Preservação Permanente do reservatório, para plantio de espécies florestais para fins de geração de crédito de reposição florestal.	 a) Em atendimento	Em 22/02/16 a NE encaminhou a NT N° 015-PACUERA-SFB com o “Plano de Recomposição Florestal da APP no Entorno dos Reservatórios e de Reposição Florestal”. A Norte Energia informou no 17º RSAP que, mediante o Parecer 020001.003924/2016-59/COHID, o IBAMA considerou a alínea “a” como

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
	(Apresentação do seminário com o IBAMA em dezembro de 2016) b)  Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)	parcialmente atendida, alegando que a NT encaminhada não informou as áreas suprimidas para as obras civis. Esclarecimentos foram apresentados no 11º Relatório Consolidado. A nova versão do Programa de Recomposição da Cobertura Vegetal da APP ainda está em elaboração e apresentará os quantitativos adequados.
2.29 No âmbito do Programa de Desmatamento: a) Encaminhar o Relatório Final de Supressão após a finalização dos desmates autorizados para instalação do empreendimento; b) O quantitativo de área desmatada em APP deverá ser compensado com o plantio efetivo de espécies arbóreas em área equivalente, o qual poderá ser contabilizado para fins de cumprimento de reposição florestal.	a)  Atendida b)  Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)	a) O Relatório Final da Supressão Vegetal foi encaminhado ao IBAMA em 24 de novembro de 2015. b) O 9º RC (janeiro/2016) apresenta a quantificação das APP cuja vegetação foi alvo de supressão. No seminário realizado com o IBAMA entre 06 e 08 de dezembro de 2016, a Norte Energia questionou ao órgão ambiental se as ASV em Terras Indígenas serão tratadas nessa mesma condicionante ou no âmbito dos projetos da Superintendência de Assuntos Indígenas. Segundo o 16º RSAP, a Norte Energia deveria encaminhar os dados que subsidiem a solicitação de cancelamento das autorizações relacionadas a supressão de vegetação em terras indígenas.
2.30 No âmbito do Programa de Delineamento do Mercado Madeireiro: a) Destinar 100% do volume aproveitável das espécies protegidas na forma de produto florestal processado, por meio de doação ou utilização interna, devendo priorizar os usos que proporcionem melhor valor agregado; b) Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, planejamento que contemple a destinação de todas as classes de produtos florestais determinados no Plano Operacional de Supressão (tora, mourão, lenha e resíduos grossos) considerando as especificidades de cada categoria; e c) Otimizar a utilização interna dos produtos florestais oriundos da supressão para o uso nas obras de infraestrutura e montagem, bem como em outros	b)  Atendida (NE – Capítulo 3.0 do 9º RC) a) e c)  Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)	a) e c) Para apresentar a evolução e atualização das informações, em outubro/16 foi encaminhada a CE 481/2016-DS com o Relatório Técnico N° 60/2016 abordando o status de requerimento de AUMPF, evolução mensal da destinação de madeira e avanços no processo de destinação da fitomassa lenhosa. Informações sobre a movimentação de madeira no circuito interno da UHE Belo Monte foram apresentadas periodicamente ao IBAMA até janeiro de 2017. A partir de então, a Norte Energia passará a enviar os dados sobre a movimentação da madeira somente nos relatórios consolidados semestrais, de acordo com o preconizado pelo IBAMA no seminário realizado em dezembro de 2016.

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
programas ambientais do PBA que demandem qualquer tipo de consumo madeireiro.		<p>Os principais entraves da destinação da madeira têm sido lentamente solucionados junto ao IBAMA. Desde a retomada do funcionamento das serrarias do Travessão 27 no 2º semestre de 2016, o volume de toras enviado para as serrarias tem sido mais expressivo que no período anterior do projeto. A serraria e a carpintaria do CCBM e do CMBM estão utilizando unicamente madeira proveniente da supressão, otimizando a utilização interna desses produtos. A produção de cavacos a partir do resíduo grosso gerado pela supressão vegetal ainda não foi iniciada devido à constante necessidade de ajustes no sistema DOF pelo IBAMA.</p> <p>b) Em 22/12/15 foi enviada ao IBAMA a NT_SFB_No049-Planejamento-Destinação-Madeira_22122015 “Planejamento da Destinação dos Produtos Florestais Oriundos da Supressão de Vegetação da UHE Belo Monte”.</p>
<p>2.31 No âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas:</p> <p>a) Observar os projetos executivos para todas as áreas contempladas no Programa;</p> <p>b) Priorizar o plantio de espécies arbóreas nativas, com sementes e mudas oriundas do resgate de flora e aquelas identificadas como ameaçadas de extinção ou espécies protegidas.</p>	Informativa	
<p>2.32 Em relação aos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental, observar as seguintes orientações:</p> <p>a) MS/SVS - elaborar e encaminhar à SVS/MS, no prazo de 60 (sessenta) dias, Plano de Ação de Malária Complementar a ser executado por mais 05 (cinco) anos. O PACM complementar deverá ser realizado em conformidade com o descrito na Portaria Interministerial n.º 60/2015 e Portaria SVS/MS nº 1/2014;</p> <p>b) IPHAN – dar continuidade à implantação do Programa de Resgate e Salvamento Arqueológico, observando prazos e orientações estabelecidas pelo do IPHAN;</p> <p>c) FUNAI – dar continuidade à implantação dos planos e programas integrantes do Componente Indígena do Projeto Básico Ambiental (PBA-CI), observando as recomendações da Funai para complementação e adequação das medidas, bem como os prazos e orientações estabelecidas por aquela Fundação.</p>	<p style="text-align: center;">✓</p> <p>Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)</p>	<p>a) Em 23/03/2016 a NE enviou ao MS o PACM Complementar, revisado com base em parecer do órgão. O PACM está planejado para implantação por um período de 5 anos após a LO. Em resposta, o Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis encaminhou, em 19/07/2016, o Ofício nº 43 DEVIT/SVS/MS, aprovando o PACM e o início da sua execução.</p> <p>b) Em 15/12/15 a NE informou ao IPHAN que está em tratativas com a Fundação Casa de Cultura de Marabá e com a UFPA, esta última com vistas ao recebimento do acervo arqueológico da UHE Belo Monte e das Casas de Memória de Altamira e Vitória do Xingu. Foi construída a Casa de Memória de Altamira. No que tange à Casa de Memória de Vitória do Xingu, a NE, em 15/06/16, solicitou a dispensa da obrigação de implantá-la, substituindo-a por três terminais de consulta de exposição itinerante VS Slim.</p>

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
		<p>Em resposta a CE 292/2016, o IPHAN encaminhou o ofício 421/2016-CNA/DEPAM/IPHAN solicitando esclarecimentos e informações sobre a Casa de memória de Altamira e Vitória do Xingu e reserva técnica. Informou ainda que se pronunciará sobre a solicitação em relação a Casa de Memória de Vitória do Xingu após receber as informações solicitadas.</p> <p>Em 01/11/2016, por meio da CE 515/2016-DS, a Norte Energia prestou os esclarecimentos solicitados pelo órgão. Em 14/12/2016, foi recebido pela NE, o Ofício nº. 0595/2016-CNA/DEPAM/IPHAN, datado de 30/11/2016, referente a análise da destinação do acervo arqueológico, solicitando documentação complementar quanto à Casa de Memória de Altamira e Museu dos Povos de Ocupação do Xingu. Ainda nessa correspondência, o órgão informa que foi avaliado como adequada a substituição da Casa de Memória de Vitória do Xingu, por três terminais de consulta de exposição itinerante VS Slim, solicitando os Projetos Executivos desses espaços.</p> <p>c) Com relação ao PBA-CI, todos os compromissos assumidos em Termos de Cooperação, determinações contidas nos Ofícios e recomendações da Informação Técnica 223/2015 da FUNAI, estão sendo controlados por meio de Planilha de Gerenciamento de Condicionantes de forma integrada, com prazos e responsáveis definidos. As ações estão em andamento por meio das contratações de serviços e readequações de ações já contratadas. Além disso, foi protocolado na FUNAI em 11/10/16, com cópia para o IBAMA, o 7º RC de Andamento do PBA-CI e Atendimento de Condicionantes, bem como a planilha “Resumo Executivo de Atendimento às Condicionantes do Componente Indígena” atualizada até junho.</p>
2.33 Dar apoio operacional à fiscalização para coibir ilícitos ambientais na área de influência do empreendimento, tais como desmatamento e exploração ilegal de madeira, tráfico de animais silvestres e pesca predatória.	 Em atendimento (NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)	Realizada reunião com a Diretoria de Licenciamento do IBAMA em 28/07/16 na sede do Instituto, em Brasília, porém não houve encaminhamento específico.
2.34 Cumprir as obrigações relativas à Compensação Ambiental, previstas no art. 36 da Lei 9.985/2000, a partir da deliberação do Comitê de Compensação Ambiental Federal. O Grau de Impacto do empreendimento é de 0,5%, e o valor da Compensação Ambiental foi estipulado em R\$	 Em atendimento (NE – Capítulo	Em dezembro de 2015, foi firmado o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA entre a Norte Energia e o ICMBio, o qual inclui Planos de Trabalho para cada uma das quatro unidades de conservação federais contempladas pelo recurso da compensação ambiental. Em abril de

Quadro 3.0.b
Resumo do Status de Atendimento às Condicionantes da LO 1317/2015

Condicionante LO 1317/2015	Status NE e IBAMA*	Observações
126.325.793,01 (cento e vinte e seis milhões, trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e noventa e três reais e um centavo).	3(NE – 10º e 11º RC e 17º RSAP)	<p>2016, foi repassado ao ICMBio o montante do recurso da compensação federal, no valor de R\$ 135.088.387,06.</p> <p>No entanto, em abril de 2016, uma liminar judicial encaminhada pelo Governo Estadual do Pará e o Ministério Público Federal suspendeu a destinação de verbas de compensação ambiental da UHE Belo Monte. Em seguida, a Justiça Federal de Primeiro Grau do Estado do Pará, Subseção Judiciária de Altamira, deferiu a medida liminar e determinou a suspensão da destinação de verba ao Parque Nacional Juruena/ MT (R\$ 92 milhões) e a elaboração de novo Plano de Destinação dos Recursos de Compensação da UHE Belo Monte no prazo de 180 dias.</p> <p>Em atendimento a essa decisão da Justiça Federal, o ICMBio protocolou o Ofício SEI N° 421/2016-COCAM/ICMBio com nova proposta de aplicação do montante de R\$ 113.825.739,01 que havia sido destinado às UC federais durante a 29ª Reunião Ordinária do CCFA/IBAMA. De acordo com a Ata da 52ª Reunião Ordinária do CCFA (25/11/16), a nova proposta contempla mais três UC federais, localizadas no estado do Pará, totalizando assim sete UC a serem beneficiadas pelo recurso da compensação federal da UHE Belo Monte, a saber: PN do Juruena (R\$ 27 milhões), EE Terra do Meio (R\$ 20 milhões), PN da Amazônia (R\$ 8,8 milhões), PN da Serra do Pardo (R\$ 20 milhões), PN Jamaxin (R\$ 6 milhões), PN Rio Novo (R\$ 11 milhões) e RB Nascentes da Serra do Cachimbo (R\$ 21 milhões). Na 17ª missão, a Norte Energia informou que não houve avanço na divisão dos recursos de compensação. Em abril de 2017, o ICMBio, por meio do Ofício 70/2017-COCAM-ICMBio, declara que a Norte Energia está adimplente quanto ao cumprimento do TCCA no tocante à cláusula 4ª, referente aos depósitos do recurso da compensação ambiental, porém que não tem competência para atestar o cumprimento desta condicionante.</p>

Como se observa acima, todas as condicionantes da LO já tiveram seu atendimento iniciado, estando em andamento, e uma é considerada atendida, a 2.21, relacionada ao monitoramento do atropelamento de fauna, cuja interrupção foi aprovada pelo IBAMA. As condicionantes 2.7 e 2.8 são consideradas atendidas e a Norte Energia aguarda a manifestação do IBAMA quanto ao seu cumprimento. Diversas alíneas de outras condicionantes, com prazos curtos para atendimento, também se encontram atendidas.

Informações sobre os encaminhamentos apontados por condicionante são apresentadas no **Quadro 3.0.a** do **Anexo 3** e resumidos no **Quadro 3.0.b** acima.

Situação de Multas e Autos de Infração

Foi encaminhado documento com a atualização do status das multas e autos de infração recebidos pela NE no período, com situação até março de 2017. A tabela enviada mostra o acompanhamento da evolução dos Processos Administrativos instaurados em decorrência da emissão de Autos de Infração. Ressalta-se, no entanto, que a tabela não informa a situação de outros tipos de processos, tais como:

- Ação Civil Pública;
- Ação Ordinária;
- Cautela de Produção de Provas;
- Ação Indenizatória;
- Execução;
- Procedimento Criminal;
- Ação Cautelar Inominada;
- Ação Popular.

Também foi utilizado para atualização dessa Seção um documento denominado “Autos de Infração NE”, encaminhado a consultoria independente como material complementar ao 17º RSAP.

Em relação à situação apresentada no período anterior, foram instaurados 16 processos administrativo:

- Processo Administrativo nº 02001.007013/2016-09, instaurado em decorrência do lançamento de óleo (aproximadamente 1.000 litros) no canal de fuga das Unidades Geradoras 03 e 04 da UHE Belo Monte (Sítio Pimental), em desacordo com as exigências estabelecidas na legislação.
- Processo Administrativo nº 02001.007016/2016-34, instaurado em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº 9115198-E (IBAMA), por deixar de atender ao item "b" da condicionante 2.6, estabelecida na Licença de Operação nº 1.317/2015, referente ao não atendimento do prazo previsto para implantação do RUC Pedral.
- Processo Administrativo - Entulho Rua Acesso 3, instaurado em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº 004/2017 (SEPLAN), por abandonar material

de construção nas vias (Rua Acesso 3, Jd. Independente I) e logradouros públicos e utilizá-los como canteiros de obras.

- Processo Administrativo - Pavimentação da Avenida Perimetral, instaurado em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº 005/2017 (SEPLAN), por causar danos ao patrimônio público, tendo em vista a inércia na recomposição do pavimento removido na Avenida Perimetral - Sudam I/II para a instalação dos serviços de manutenção corretiva na rede de água (adutora) em tempo hábil.
- Processo Administrativo - Pavimentação da Rua Acesso 3, instaurado em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº 005/2017 (SEPLAN), por causar danos ao patrimônio público, tendo em vista a inércia na recomposição do pavimento removido na Rua Acesso 3 - Jd. Independente I/II para a instalação dos serviços de manutenção corretiva na rede de água (adutora) em tempo hábil.
- Processo Administrativo - Depósito de Resíduos, instaurado em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº 205/2017 (SEMAT), por depositar no solo resíduos líquidos, gasosos ou sólidos, sem a comprovação de sua degradabilidade ou capacidade de auto depuração.
- Processo Administrativo - Obstrução de Drenos e/ou canais subterrâneos, instaurado em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº 204/2017 (SEMAT), por obstruir drenos ou canais subterrâneos que sirvam de passagem às águas pluviais, bem como tubulação que se constituem em rede coletora de esgoto.
- Processo Administrativo - Entulho da terceirizada J.L.A Menezes e Cia Ltda., instaurado em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº 008/2017 (SEPLAN), por executar serviços capazes de causar impacto ao meio ambiente sem licença dos órgãos ambientais competente, mediante depósito de restos de material de obras produzidos com os serviços de ligações intradomiciliares.
- Processo Administrativo - Pavimentação da Avenida João Rodrigues e outras, instaurado em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº 010/2017 (SEPLAN), por causar danos ao patrimônio público, tendo em vista a inércia na recomposição do pavimento removido na Av. Perimetral, Av. João Rodrigues, Alameda Polivalente e Rua da Amizade, para a instalação dos serviços de manutenção corretiva na rede de água (adutora) em tempo hábil.
- Processo Administrativo - Pavimentação da Rua Manoel Umbuzeiro e outra, instaurado em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº 011/2017 (SEPLAN), por causar danos ao patrimônio público, tendo em vista a inércia na recomposição do pavimento removido na Rua Manoel Umbuzeiro e Av. Perimetral, para a instalação dos serviços de manutenção corretiva na rede de água (adutora) em tempo hábil.

- Processo Administrativo instaurado em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº 9128229-E (IBAMA), por deixar de atender a condicionante 2.11 da Licença de Operação nº 1.317/2015, referente ao prazo estabelecido para a realização das ligações intradomiciliares à rede de esgotamento sanitário da cidade de Altamira/PA.
- Processo Administrativo instaurado em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº 9128376 - Série 'E', por deixar de atender a condicionante '2.8' estabelecida na Licença de Operação nº 1.317/2015, conforme o MEM. 02001.018591/2016-62.
- Processo Administrativo instaurado em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº 9128369 - Série 'E', por deixar de atender a alínea 'd' da condicionante '2.6' estabelecida na Licença de Operação nº 1.317/2015, conforme MEM. 02001.004074/2017-97 DILIC/IBAMA.
- Processo Administrativo instaurado em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº 9128358 – Série 'E', por deixar de atender a condicionante '2.12' estabelecida na Licença de Operação nº 1.317/2015, conforme MEM. 02001.018142/2016-14 DILIC/IBAMA.
- Processo Administrativo instaurado em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº 9128367 – Série 'E', por deixar de atender a alínea 'c' da condicionante '2.24' estabelecida na Licença de Operação nº 1.317/2015, conforme o MEM 02001.018589/2016-93 DILIC/IBAMA.
- Processo Administrativo instaurado em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº 9128368 – Série 'E', por deixar de apresentar informações ambientais do cadastramento da ocupação da área alagadiça do bairro Jardim Independente I, solicitadas pelo IBAMA, por meio do ofício OF 02001.013361/2016-15 DILIC/IBAMA, pelo prazo exigido.

4.0

Andamento dos Programas do PBA

Neste trimestre a análise dos programas, apresentada no item *Requisitos do Licenciamento Ambiental, incluindo o Atendimento a Condicionantes das Licenças do Capítulo 7.0*, foi feita utilizando as informações disponíveis no 17º RSAP, naquelas coletadas nas reuniões com as equipes da NE (presenciais ou telefônicas) e nas inspeções de campo. Também foram utilizados os dados apresentados no 11º RC para o IBAMA, pois o mesmo não foi disponibilizado pela NE antes da emissão do relatório anterior.

A avaliação é feita por diferentes técnicos especialistas nas áreas dos meios físico, biótico (ecossistemas aquáticos e terrestres) e socioeconômico.

O andamento da implementação do PBA-CI no período é apresentado na sequência, na **Seção 4.1**, com fotos apresentadas no **Anexo 4**.

4.1

Andamento dos Programas do PBA-CI

A Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI) segue acompanhando diretamente todas as ações indigenistas no processo de licenciamento ambiental, sendo responsável pela execução do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), pelo atendimento das condicionantes e pelo cumprimento dos compromissos e acordos gerados no escopo do Plano Emergencial e nas mobilizações indígenas. Desde de março de 2017 a SAI está passando por uma reestruturação, que visa adequação administrativa em face aos esforços necessários à continuidade das ações, como requer esta fase avançada do licenciamento.

Com base na análise da documentação institucional e das manifestações dos profissionais envolvidos é possível afirmar que, apesar da readequação de sua equipe, recursos e metodologias, a Norte Energia, através da SAI, mantém a vitalidade de suas ações indigenistas, com plenas condições para seguir à frente das complexidades socioambientais ensejadas pelo componente indígena.

O presente relatório analisa a situação atual demonstrando que há resultados em todas as aldeias, influenciando positivamente o cotidiano dos indígenas. Aparentemente, a reestruturação da SAI tem contribuído para melhorar o relacionamento com os indígenas no sentido de superar as tensões, desentendimentos e a rejeição persistente à presença do empreendimento na região.

A Superintendência de Assuntos Indígenas

Em 2013, com a estruturação da SAI, teve início efetivo a implantação de todos os programas e projetos do PBA-CI, o cumprimento das condicionantes e o atendimento aos acordos firmados ao longo do processo de licenciamento. Nesta ocasião foi instituída a divisão entre a Gerência de Estudos Indígenas e a Gerência de Assuntos Indígenas. Em 2015, nos meses que antecederam a obtenção da Licença de Operação, a SAI passou por uma reestruturação que manteve a divisão entre as gerências e, como relatado anteriormente, enfocou na contratação de empresas executoras indicadas pelos indígenas. A reestruturação administrativa atualmente em andamento está baseada na unificação das gerências e na organização das atividades através de coordenações. No novo organograma, além do superintendente, a SAI passou a contar com um gerente e três coordenadores: o coordenador de obras e PBA-CI; o coordenador administrativo e o coordenador de atendimento e comunicação. Com esta reestruturação a equipe segue com gestores específicos para os programas do PBA-CI e pessoal de apoio. Atualmente são 27 colaboradores diretos, porém, está prevista a contratação de mais dois gestores para os programas de educação e cultura e mais pessoal de apoio.

De acordo com os técnicos da SAI a fusão das gerências está contribuindo para melhorar o relacionamento e a adesão aos programas e projetos em execução, pois os fluxos dos atendimentos e das ações do PBA-CI estão mais visíveis aos indígenas. De fato, os atendimentos estão sendo fortalecidos e seguem recebendo todas as demandas das lideranças indígenas durante três dias por semana (de 3ª a 5ª). Atualmente são 54 aldeias que regularmente buscam atendimento na SAI. Além das lideranças, a SAI também tem atendido as famílias indígenas ribeirinhas que estão sendo integradas a algumas ações do PBA-CI.

O controle dos atendimentos registra que os temas de maior interesse dos indígenas seguem sendo a distribuição das cotas de combustível e os serviços de manutenção de motores. Como analisado nos relatórios anteriores, a SAI instituiu um sistema de distribuição de cotas de combustível que atende a todas as aldeias. Este sistema está plenamente integrado à rotina mensal dos indígenas que entram em contato para confirmar a data do recebimento. A quantidade mensal de combustível segue a mesma dos anos anteriores (aprox. 80 mil litros/mês). A manutenção de motores é o principal motivo dos atendimentos na SAI que desde 2015 contabilizou 2043 atendimentos. Para estes atendimentos estão contratadas oficinas mecânicas que trabalham na manutenção dos equipamentos doados aos indígenas. Conforme dados dos relatórios anteriores, já foi doado um total de 1719 equipamentos doados, sendo que 1394 estão inventariados com registro físico. Estes equipamentos incluem: voadeiras, embarcações, motores de popa, grupo gerador, veículos, motosserras, roçadeiras, dentre outros. Os serviços e as rotinas da manutenção dos motores também foram apropriados pelos indígenas, que respeitam os prazos e as condições do atendimento. Além dos atendimentos no escritório, a equipe de indigenistas da SAI mantém uma rotina de visitas às aldeias onde acompanham com os indígenas o andamento das obras e ações do PBA-CI.

Acompanhamento do PBA-CI

Todos os programas e projetos do PBA-CI estão sendo executados pela equipe da SAI e por empresas que foram contratadas em atendimento às demandas e indicações dos próprios indígenas. Os contratos com estas executoras estão em andamento desde o final de 2015 e início de 2016, logo após a obtenção da Licença de Operação. Na SAI o acompanhamento de cada executora é realizado diretamente pelos gestores dos programas do PBA-CI. A previsão é que as executoras mantenham suas atividades até o final de 2017, quando, os resultados alcançados serão avaliados tendo como parâmetro as avaliações dos indígenas, da FUNAI, a reestruturação administrativa da SAI e os compromissos de longo prazo inerentes ao licenciamento. Como informado anteriormente, cada empresa contratada atende a algumas etnias, como segue: VERTHIC: Juruna e Arara das aldeias da Volta Grande; CRIATIVA: Xikrin; UNYLEYA: Xipaya, Kuruaya, Arara, Kararaô e Parakanã; DBCAVALLI: Xipaya, Kuruaya, Arara, Kararaô e Parakanã; FUNDAÇÃO IPIRANGA: Araweté e Assurini.

A execução do **Plano de Gestão** segue, desde 2015, sob a responsabilidade direta da SAI. De acordo com as diretrizes da Informação Técnica nº 223/2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, emitida no contexto da emissão da LO (24/09/2015), o Plano de Gestão passou a implementar o gerenciamento integrado das

ações desenvolvidas em cada aldeia e terra indígena. Como já relatado, a SAI contratou um profissional específico, reorganizou o setor administrativo para as demandas de logística e contratou uma empresa para o apoio técnico das reuniões, registros e atividades de gerenciamento, que vem sendo executado com a implantação de metodologias de acompanhamento e avaliação. O Plano de Gerenciamento atualmente em execução está baseado nas seguintes ferramentas de gestão: (i) a adoção de grupos de trabalho de integração (GTI) para otimização dos recursos disponíveis e da agenda de compromissos das comunidades indígenas envolvidas; (ii) estruturação da base de dados cartográfica e integração do SIGi com aquele implantado pelo SIG-A do PBA Geral; (iii) realização de reuniões internas de gerenciamento e monitoramento do atendimento do escopo e cronograma, e de reuniões de cunho externo, cuja logística é organizada e operacionalizada pelo Plano de Gestão, como é o caso das reuniões do CGI e dos Subcomitês; (iv) apoio às atividades desempenhadas pelo Secretário Comitê Gestor do PBA-CI; (v) elaboração de ferramentas de gestão para controle de demandas internas e externas (proveniente de órgãos licenciadores, intervenientes, associações e das comunidades) e prazos.

Além de acompanhar a execução dos compromissos do PBA-CI, o Plano de Gestão está envolvido com as discussões sobre os seminários de avaliação do PBA-CI a serem realizados nas terras indígenas como exige a FUNAI. Os gestores da SAI aguardam o posicionamento da FUNAI sobre a forma e as datas para a realização destes seminários. Enquanto este tema está indefinido o Plano de Gestão vive um momento de incertezas, pois, a partir destes seminários será revisada a matriz de impactos e serão repactuadas ações a serem executadas na continuidade do PBA-CI e definidas as responsabilidades da SAI e dos demais atores.

Com relação às reuniões do Comitê Gestor e dos Subcomitês, a coordenação do Plano de Gestão segue preocupada com o enfraquecimento e a descaracterização destas instâncias. Desde a reunião realizada entre 05 e 09 de outubro, na cidade de Altamira, os indígenas não manifestam interesse na retomada das reuniões, deixando claro que não se satisfazem com o seu caráter consultivo e de acompanhamento. Para eles, o CGI deve ser deliberativo. Este posicionamento distorce a natureza do CGI, pois inviabiliza a execução do PBA-CI pela Norte Energia ao incluir na pauta das discussões e deliberações sobre temas que ultrapassam a competência e responsabilidade do empreendedor. A solução para este tema também depende da realização dos seminários de avaliação nas aldeias.

O Programa de Fortalecimento Institucional (PFI) (Fotos 01 a 08 do Registro Fotográfico do PBA-CI, no Anexo 5) alcançou resultados positivos com as capacitações e a formalização de vinte associações indígenas, realizada entre os anos de 2013 e 2015, ainda sob a responsabilidade da empresa Verthic. As novas contratadas seguem com as capacitações em todas as aldeias, onde foram desenvolvidas diversas oficinas de planejamento e gestão de projetos e empreendimentos comunitários. De acordo com o 8º Relatório Consolidados do PBA-CI, no total, já foram capacitados 193 indígenas. A metodologia empregada nestas oficinas utiliza ferramentas usuais das capacitações, tais como: árvore de soluções, Matriz FOFA, cronogramas, ciclo de

projetos. Os resultados mais expressivos deste programa deverão ser alcançados ao longo dos anos.

O **Programa de Gestão Territorial Indígena (PGTI)** é composto por três projetos: Planejamento Territorial e Apoio à Gestão Socioambiental Compartilhada; Monitoramento Territorial; e Conservação Territorial. Desde 2013 a execução do PGTI está baseada na capacitação dos indígenas e na elaboração de diagnósticos e banco de dados sobre as terras indígenas da região. O objetivo final deste programa é a produção de subsídios para o Plano de Gestão Territorial e Ambiental, seguindo os parâmetros metodológicos adotados pela FUNAI, consolidados na Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI). Embora esteja sendo desenvolvido junto a todas as terras indígenas pelas executoras contratadas, os resultados variam bastante em cada contexto.

Além dos projetos do PGTI, a SAI desenvolve desde 2011, no âmbito das condicionantes do licenciamento, o Plano de Proteção Territorial (PPT). Em novembro de 2015, no contexto da emissão da LO, a proteção territorial tornou-se objeto do Termo de Cooperação 316, assinado pelos presidentes da FUNAI e da Norte Energia. Segundo este Termo as obrigações da Norte Energia incluem a instalação de Centro de Monitoramento Remoto; a contratação de 81 profissionais; a construção e equipagem de 11 Unidades de Proteção Territorial (oito UPTs já estão construídas); a estruturação da Coordenadoria Regional da Funai (veículos, embarcações e radiofonia); e a aviventação dos limites das terras indígenas.

Ao longo de 2016 e nestes primeiros meses de 2017 o Termo de Cooperação vem sendo implantado. Oito UPTs foram construídas e doadas para a FUNAI. Todos os equipamentos adquiridos e instalados, mas ainda não foram recebidos pela FUNAI, que recentemente solicitou algumas alterações. A Norte Energia já contratou 56 profissionais que foram selecionados e treinados com a participação da FUNAI. Os equipamentos para o Centro de Monitoramento Remoto na FUNAI foram adquiridos e instalados na FUNAI em Brasília e já produzem imagens diárias das terras indígenas. Cumpre notar que, mesmo com os compromissos do PGTI, a Norte Energia não tem acesso a estas imagens. Após todas as revisões e adequações exigidas, a FUNAI apresentou o Plano de Proteção Territorial, seus objetivos, equipe e equipamentos, para todas as comunidades. Segundo os coordenadores da SAI, a FUNAI já assinou termo provisório de recebimento do PPT. Assim que o termo definitivo for assinado, a Norte Energia ficará responsável pelo desenvolvimento das atividades de proteção territorial pelo período de 24 meses. Com relação aos outros dois itens do Termo de Cooperação, a aviventação das terras indígenas já está concluída e nova sede da FUNAI em Altamira já está sendo construída.

O **Programa de Educação Escolar Indígena (PEEI)** (Fotos 09 a 17 do **Registro Fotográfico do PBA-CI**, no **Anexo 5**), como os demais programas, está sendo desenvolvido pelas empresas contratadas indicadas pelos próprios indígenas. No âmbito da SAI este programa está provisoriamente sob a responsabilidade da coordenação administrativa, até que seja contratado um gestor específico para acompanhar as executoras. Mesmo assim, estão em andamento as atividades de planejamento

educacional, elaboração e distribuição de materiais didáticos, formação do magistério indígena e estruturação das escolas indígenas. Todas estas ações são desenvolvidas em parceria com o MEC, a Secretaria Estadual e as secretarias municipais de educação da região.

Dentre as ações realizadas destacam-se a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas indígenas alinhados com as diretrizes do Território Etnoeducacional do Ministério da Educação. Dentre os PPP já elaborados cabe salientar a grande participação da comunidade escolar Juruna da região da Volta Grande, junto a qual foi elaborado, além do PPP, documento com a sistematização as demandas em relação ao quadro de funcionários das escolas e responsabilidades dos membros da comunidade escolar.

Como já analisado nos relatórios anteriores, além das ações educacionais, a Norte Energia está construindo escolas em todas as aldeias (34 escolas). Os modelos construtivos foram definidos pelo FNDE - Ministério da Educação. Já foram entregues 08 escolas, nas aldeias da região da Volta Grande (Furo Seco, Paquiçamba, Muratu, Terra Wangã e Boa Vista) e na Terra Indígena Koatinemo. Na Volta Grande, as cinco escolas construídas já estão sendo utilizadas. Os equipamentos de cada escola, definidos pelas Secretarias de Educação, foram adquiridos pela SAI e incluem itens como: carteiras escolares, mesas, cadeiras, quadro branco, quadro magnético, ventilador, armários, fogão, freezer, geladeira, alojamento para professores, computadores, bancada para informática, dentre outros

O Programa Integrado de Saúde Indígena (PISI) (Fotos 18 a 26 do Registro Fotográfico do PBA-CI, no Anexo 5), como os demais programas, está sendo executado pelas empresas a contratadas indicadas pelos indígenas. Na SAI a coordenação das ações do PISI está sob a responsabilidade de uma profissional da área da saúde. Como objetivo geral este programa visa apoiar as ações de responsabilidade do governo com relação à saúde indígena através das seguintes linhas de ações: Incentivo à reestruturação física; Fortalecimento das práticas tradicionais de saúde; Educação em saúde indígena.

Dentre as ações em andamento estão a construção, equipagem e entrega da Unidades Básicas de Saúde, a reestruturação da Farmácia Verde; a realização de encontro com cuidadores indígenas e equipe de saúde do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI); a definição de protocolo de conduta de profissionais de saúde indígena; e a formação profissional.

As ações de formação e capacitação seguem sendo realizadas, com destaque para os cursos oferecidos em parceria com o SENAI, que foi muito bem aceito pelos indígenas. Neste curso, que será realizado novamente, os indígenas aprenderam sobre exames de qualidade da água, pequenos reparos elétricos e mecânicos nos sistemas de abastecimento implantados nas aldeias. Além das ações de formação, o PISI segue reorganizando junto ao DSEI os levantamentos para o protocolo de conduta para os atendimentos aos indígenas a partir da identificação dos procedimentos que os cuidadores realizam nas aldeias. Com relação ao projeto de criação da farmácia verde, o

DSEI recomendou que o PISI iniciasse a ação através da capacitação de uma farmacêutica local que, em março, realizou estágio na Universidade Federal do Ceará.

Com relação às Unidades Básicas de saúde, em 2016 foram entregues 13 UBS nas aldeias da Volta Grande (Muratu, Paquiçamba, Furo Seco, Terra Wangã e Boa Vista) e nas terras indígenas Koatinemo, Araweté e Apyterewa, todas na rota Xingu. Em fevereiro foram entregues outras três UBS, duas na TI Araweté e uma na aldeia Kujubim, no rio Iriri. Em março, foi entregue mais uma UBS na aldeia Juruãti. Deste modo, já foram entregues 50% das UBS. As 17 UBS restantes já estão contratadas e os equipamentos já foram adquiridos. Estima-se que no primeiro semestre de 2018 todas as UBS já terão sido entregues. Todas as UBS foram entregues e equipadas de acordo com as exigências da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Apesar das entregas serem acompanhadas e documentadas por técnicos da SAI e do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), a coordenação da SESAI ainda não recebeu formalmente os termos de doação destas instalações e equipamentos. Além da entrega destas UBS o PISI entregou para a Casa de Saúde Indígena (CASAI) duas VAN (Dukato) para o transporte de indígenas e profissionais de saúde. Com relação ao aluguel da CASAI, o DSEI já solicitou que a SAI prolongue o contrato, pois as instalações atuais estão sendo muito bem avaliadas tanto pelos profissionais quanto pelos usuários.

O **Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial (PPCMI)**, como os demais programas está sendo executado por empresas contratadas indicadas pelos indígenas. Com a reestruturação da SAI um novo gestor será contratado para acompanhar este programa. Os indígenas avaliaram positivamente as atividades de intercâmbios, curso de videoastas e festival indígena na cidade de Altamira realizado em abril de 2016. Em 2017 o festival está previsto para ser realizado em julho. Segundo a liderança da Aldeia Boa Vista, o intercâmbio para a Terra Indígena Pankararu (PE), em 2015, foi uma das atividades mais interessantes deste programa. Com relação ao projeto de Reestruturação do Museu de Altamira, o projeto segue em fase de elaboração. A versão encaminhada para a FUNAI em 2016 não foi aprovada.

O **Programa de Atividades Produtivas (PAP) (Fotos 27 a 48 do Registro Fotográfico do PBA-CI, no Anexo 5)**, que desde junho de 2015 vem sendo desenvolvido pela própria SAI e por empresas contratadas indicadas pelos indígenas, mantém suas atividades junto a todas as aldeias. A equipe do PAP foi levemente alterada com a reestruturação, estando formada por uma gestora (engenheira agrônoma) e 10 técnicos diretamente envolvidos com a execução do PAP. Nas aldeias da Volta Grande todas as atividades do PAP são desenvolvidas diretamente pela equipe da SAI, que, deste modo, tem maior controle sobre o envolvimento dos indígenas e sobre os resultados alcançados. Nas aldeias da Volta Grande estão em andamento projetos de criação de peixe em ‘tanque-rede’, produção de farinha, produção e comercialização de cacau, castanha, roças, hortaliças e frutíferas.

Nas aldeias da Volta Grande já foram implantados 29 tanques-rede. Cada tanque, com capacidade média de 800 peixes, é manejado por um grupo familiar. O acompanhamento dos projetos dos tanques-rede envolve as seguintes fases: aquisição, instalação, povoamento, ração, despesca, venda, frete e reinvestimento. Embora em

diferentes estágios de criação, o projeto dos tanques-rede já apresenta resultados concretos. Na aldeia Furo Seco a comercialização da despesca de quatro tanques rendeu aos indígenas R\$ 26.250,00 referentes aos 3379 quilos de peixe comercializado. A expectativa é que este projeto seja renovado de acordo com a adesão de cada aldeia e grupo familiar envolvido.

Vinte e sete tanques foram implantados nas aldeias das Terras Indígenas Xipaya e Curuaya, no rio Iriri. Ainda não há previsão sobre o resultado do projeto nestas aldeias, que terá um custo adicional relacionado ao frete, já que estas terras indígenas estão localizadas a uma distância, aproximada, de 500 quilômetros de Altamira. Também nestas Terras Indígenas foram demarcadas 21 estradas de seringa e realizados investimentos no capital de giro para as cantinas – um projeto associado à ONGs da região que facilita a comercialização da produção das famílias indígena e ribeirinhas.

Em todas as aldeias está sendo implantado o projeto de criação de aves. Já foram construídos 356 aviários. Está prevista a construção de mais 419 novos aviários, totalizando 775 construções. Atualmente os aviários construídos abrigam, aproximadamente, 10.500 aves em diferentes estágios de crescimento. Em muitas aldeias as aves já foram vendidas ou consumidas pelas famílias. Embora tenha havido o repovoamento de alguns aviários, o projeto prevê que os próprios indígenas façam o manejo reprodutivo das aves. O grande número de aviários deve-se à demanda dos próprios indígenas que, de modo geral, avalia positivamente os resultados já alcançados.

Além dos tanques rede e dos aviários, o PAP segue contribuindo com a produção de roças e lavouras (milho, abóbora, feijão, mandioca) e com o cultivo e a comercialização de cacau, castanha e látex. Diferentemente dos anos anteriores, a distribuição de sementes está sendo realizada apenas sob demanda, pois em muitas aldeias os próprios indígenas armazenaram sementes da safra passada. Na TI Arara da Volta Grande está sendo desenvolvido o cultivo irrigado de cacau. Junto aos Xipaya e Kuruaya Arara, Kararaô, Assurini e Araweté seguem os projetos de coleta, armazenamento e comercialização da castanha e látex desenvolvidos pela empresa DBCavalli. Neste ano a safra da castanha foi muito inferior ao ano passado. A comercialização não obteve os mesmos resultados. A expectativa é que a safra do ano que vem seja tão boa ou melhor que a do ano passado.

As casas de farinha, construída nas 34 aldeias, já estão em pleno funcionamento. Nas aldeias da Volta Grande houve uma venda significativa. Na aldeia Furo Seco foram vendidos 150 quilos; na aldeia Paquiçamba, 2000 quilos; e na aldeia Guari Duan, 70 quilos. A SAI apoiou a comercialização na cidade de Altamira.

As famílias indígenas ribeirinhas das comunidades Jericoá e São Francisco na região da Volta Grande também estão inseridas nas atividades do PAP. Nestas comunidades cada família já recebeu ferramentas, sementes (milho, arroz, feijão, abóbora, melancia e cacau) e kits de pesca (tarrafas, malhadeira, anzóis, chumbada, linha e isopor). Já foram implantados 11 aviários com capacidade para 50 aves nas duas comunidades.

Como relatado anteriormente, junto aos Xikrin da Terra Indígena Trincheira Bacajá o desenvolvimento do PAP está sendo executado pela empresa contratada CRIATIVA. A contratação desta empresa, mais do que uma indicação, foi uma exigência dos indígenas. Até o momento estão em andamento os projetos: Apoio aos Cultivos Anuais Consorciados, Manejo Bovino para Produção de Leite, Implantação de Manejo de Banana. Em dezembro foram distribuídas as sementes para os cultivos anuais e distribuídas 70 mil mudas de banana. O projeto do Manejo Bovino aguarda autorização da FUNAI para iniciar a abertura de pastagens em todas as aldeias, construção de curral, cerca e aquisição de animais. Embora a empresa indicada pelos indígenas mantenha um escritório próximo às aldeias e apesar dos indígenas já terem regularizado a COPINTRIN (Cooperativa Indígena Trincheira Bacajá), os Xikrin seguem manifestando descontentamento com os resultados dos projetos executados.

O **Programa de Supervisão Ambiental (PSA)** vem sendo desenvolvido, desde 2015, diretamente pela SAI. Com relatado anteriormente, apenas os Xikrin exigiram a contratação da empresa UNYLEYA. Este programa mantém como objetivos principais o repasse das informações sobre o PBA Geral para os indígenas da Volta Grande e Bacajá e qualificação da participação dos indígenas nos programas de monitoramento do PBA Geral e PBA-CI. Para tanto, os gestores do PSA repassam diariamente informação aos indígenas relacionadas aos monitoramentos, incluindo as condições de navegabilidade do rio Xingu e Sistema de Transposição de Embarcações (STE).

A equipe do PSA também é responsável pela organização e realização das reuniões do Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida (CVR). Este comitê é formado por dois indígenas de cada uma das cinco aldeias da Volta Grande, além de dois técnicos da Funai local e dos técnicos do PSA. Apesar da importância deste Comitê, os indígenas não têm se interessado em participar destas reuniões, alegando que eles já conhecem o assunto uma vez que são informados diariamente e que participam das campanhas de monitoramento realizadas a cada semestre. A última campanha ocorreu no mês de abril, mais uma vez os indígenas das aldeias da Volta Grande acompanharam os técnicos.

Com relação ao STE, todos afirmam que o sistema está bem integrado aos usos dos indígenas. Em janeiro de 2016 foi realizada uma pesquisa de satisfação entre os usuários do STE. Os resultados da pesquisa confirmam que os usuários estão satisfeitos com o sistema.

As ações do **Programa de Infraestrutura** seguem em andamento sob a responsabilidade direta da SAI, que no processo de reestruturação passou a ser acompanhada pela Coordenação de Obras e PBA-CI e pela Coordenação Administrativa. A equipe técnica atual é formada por uma engenheira coordenadora e por uma equipe de três fiscais que mantem as rotinas de vistoria das obras nas 34 aldeias. Está prevista a contratação de mais três fiscais. Como já relatado, este programa conduz ações de grande proporção que atendem aos projetos do PBA-CI e às exigências das condicionantes do licenciamento e dos acordos com os indígenas. Atualmente são gerenciadas obras relacionadas à construção de 724 moradias e módulos sanitários, 34 prédios escolares, 34 unidades básicas de saúde, implantação de sistemas de abastecimento de água, de rede elétrica nas aldeias da Volta Grande, abertura e

manutenção de estradas e pistas de pouso. O quadro a seguir apresenta um resumo das obras em andamento.

Descrição da Obra	Previsto	Contratado	Concluídas
Construção de casas de farinha	39	38	38
Construção de moradias	724	683	567
Módulos sanitários	724	82	26
Construção de base operacional	07	07	06
Construção de posto de vigilância	03	03	02
Construção de prédio escolar	34	34	08
Construção de unidades básicas de saúde	34	34	17
Construção/ampliação de estradas	518 km	518 km	453 km
Abertura de Pista de Pouso	21km	16km	13km
Sistema de abastecimento de água	34	34	29
Módulos sanitários	724	80	0

Estas obras são desenvolvidas por sete empresas terceirizadas que apenas em 2017 tiveram 160 trabalhadores capacitados pela SAI para atuar nas aldeias. Ao total, são aproximadamente 300 trabalhadores nas aldeias atualmente. Como relatado anteriormente, em todas as aldeias foram construídos alojamentos, pois as condições específicas destas obras exigem que os trabalhadores permaneçam nas aldeias. O número máximo de trabalhadores por aldeia foi determinado pela FUNAI, com base na população total de cada aldeia. O número de trabalhadores após u diminuído e tende a se manter estável em razão do início da construção dos 724 banheiros em todas as aldeias.

O Programa de Realocação e Reassentamento dos Índios de Altamira (PRR), após a sistematização das informações e acompanhamento das negociações com as 776 famílias indígenas citadinas e 79 famílias indígenas da área rural, está sendo retomado em função do início das obras de implantação do Reassentamento Urbano Coletivo Pedral. Em 12 de maio foram iniciadas as obras de urbanização que incluem a abertura das ruas, a delimitação dos lotes, construção das residências e área para uso comunitário (**Anexo 5**). A exemplo dos outros RUCs os lotes terão 300m² e as casas terão 65m². Ademais, serão construídas uma escola, uma UBS e uma área será destinada especificamente para a instalação das associações indígenas. Noventa e uma famílias indígenas, que atualmente vivem nos outros RUCs, optaram por residir no RUC Pedral. Estas famílias aguardam a conclusão das obras e, através dos representantes das associações indígenas, acompanham as reuniões do GT Pedral, composto por membros da FUNAI, Ministério Público, Prefeitura, Defensoria Pública da União, SAI e Norte Energia. Para os indígenas a implantação do Pedral representa uma conquista pois durante o processo de licenciamento a demanda do “bairro indígena” foi levantada em diferentes contextos.

O Programa de Comunicação Indígena (PCI), parte das condicionantes da LP, vem sendo executado desde março de 2011. Atualmente sob condução da empresa contratada, VERTHIC, o PCI mantém as rotinas de trabalho que garantem a comunicação diária com as aldeias. Desde 2012 a equipe é formada por quatro técnicos que se revezam nas atividades de comunicação, registro, manutenção e atendimento aos indígenas e demais frequentadores das instalações do Central de Comunicação.

Atualmente são 52 equipamentos de rádio instalados em todas as aldeias, nas comunidades ribeirinhas e em associações e instituições em Altamira. As manutenções são realizadas duas vezes por ano em cada equipamento. Diariamente o sistema é utilizado por indígenas, agentes institucionais e membros das equipes dos programas e projetos do PBA-CI. Como já relatado, através do PCI são transmitidos informes, orientações, questionamentos e respostas para todos os envolvidos. A rotina diária prevê a comunicação institucional no período das 08:30 às 10:00. Neste período são cumpridas as etapas: (1) chamada; (2) informes; (3) Questionamentos indígenas; (4) PBA-CI; (5) outros. A partir destas comunicações os registros do PCI seguem sendo tabulados com as entradas: Nome da Aldeia; Terra Indígena; Identificação de indígena demandante; Tipo de demanda (informação ou reclamação); Data do recebimento; Resumo da demanda; Resumo da resposta; Data da resposta. Foi incluído o campo tema da comunicação, o que se subdivide em: PBA-CI, SAI, combustível/manutenção de motores, FUNAI, SEMED, DSEI, TVR/VGX. Ao final do dia, todas as informações são consolidadas e enviadas por e-mail para a FUNAI. Em média são realizados 150 registros mensais da comunicação com as aldeias. Os registros do PCI demonstram que os indígenas têm pouco interesse pelo empreendimento, em geral as comunicações estão relacionadas às atividades em andamento nas aldeias e às agendas da FUNAI e do DSEI. Com a conclusão das obras das escolas e postos de saúde, a equipe de técnicos está planejando direcionar as comunicações para acompanhar as experiências e avaliações sobre os usos destas novas instalações.

O **Programa de Comunicação para Não Indígenas (PCNI)** mantém as rotinas de capacitação, acompanhamento dos trabalhadores, controlando a documentação (vacinação, atestado médico) e o comportamento de cada trabalhador (especialmente, a proibição do consumo de bebidas alcoólicas, os limites à circulação e uso dos recursos nas aldeias). A comunicação diária via rádio segue como o principal indicador do andamento das obras. Estas comunicações são registradas em planilhas indicando as demandas, os atendimentos e as pendências. Em 2016 foram capacitados 819 trabalhadores e colaboradores.

5.0

Sistema de Gestão

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho da Norte Energia, bem como o Sistema de Gestão Integrada (SGI) do CCBM, estão em processo de implementação contínua.

A atualização do andamento da implementação dos Sistemas de Gestão da NE e do SGI CCBM foi feita considerando, como data de corte documental, o período de janeiro a março de 2017, utilizando informações do 17º RSAP.

5.1

Sistema de Gestão da NE

A NE possui sistemáticas diferentes para tratar as questões de meio ambiente, e de saúde e segurança do trabalho aplicáveis ao projeto. O Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que incorpora apenas as questões ambientais, é discutido na **Seção 5.1.1**, enquanto as ferramentas de gestão / controles de saúde e segurança do trabalho são discutidas na **Seção 5.1.2** desse relatório.

5.1.1

Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

No que se refere à documentação do SGA aplicável a fase de construção da Usina, o 17º RSAP não apresentou a atualização da “Matriz de Documentos do PBA – Geral” e também não reportou a emissão de novos documentos ou a revisão dos documentos existentes.

As práticas de controle ambiental utilizadas na construção, bem como as atividades de supervisão das empresas executoras, permanecem seguindo a mesma metodologia informada nos relatórios anteriores, conforme resultados apresentados na **Seção 6.2** desse relatório.

Em relação ao SGA para a fase de operação, neste período a NE informou ter dado continuidade na elaboração das Matrizes de Gestão Ambiental, válidas para os diferentes macro-compartimentos do projeto.

Conforme já informado no relatório anterior, essas matrizes facilitam a visão abrangente do empreendimento e, conseqüentemente, a gestão sistêmica dos processos da Usina. De forma geral, elas permitem a identificação dos aspectos e impactos ambientais, bem como a definição/visualização dos responsáveis, dos procedimentos aplicáveis e das ações em curso pela NE. Também tem papel importante na verificação da efetividade das ações implementadas e na definição de novas ações. Destaca-se, no entanto, que a planilha contendo as revisões ocorridas nesse período não foi disponibilizada até a data de emissão desse relatório, dificultando uma análise mais detalhada desse processo.

Em relação ao cronograma de adequação do SGA para a fase de operação da Usina, cumpre destacar o atraso das atividades previstas, uma vez que o prazo para conclusão do processo de implementação (abril de 2017) não foi cumprido. Em reunião realizada na JGP, com a participação de representantes da NE e da empresa Ferreira Rocha (FR), responsável pela adequação do sistema, foram mencionadas as dificuldades enfrentadas no período e os motivos pelo atraso do referido cronograma. Entre as principais dificuldades está a complexidade da atualização da matriz dos macro-compartimentos e a demora para validação dos documentos pela NE. Como estratégia para acelerar as ações que se encontram em curso, os representantes da FR mencionaram que será realizado um tipo de *workshop* para discussão, revisão e validação dos procedimentos já elaborados.

Em relação aos procedimentos já elaborados para a fase de operação da Usina, nesse período foram apresentados:

- Manual de Gestão Ambiental (MA NES GABM SGA 001/2014)
- Padrão de Sistema para Atendimento aos Princípios do Equador e Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation* – IFC (PS NES GABM SGA 004/2013);
- Manual De Procedimentos Ambientais para Resgate de Ictiofauna nas Manobras das Unidades Geradoras da UHE Belo Monte e Pimental (PS NES GABM SGA 001/2017);
- Manual de Procedimentos Ambientais para Resgate de Ictiofauna nas Manobras dos Vertedouros da UHE Belo Monte e Sítio Pimental (PS NES GABM SGA 002/2017).

Em relação ao Manual, destaca-se que o mesmo ainda não se encontra em sua versão final, pois após a conclusão dos demais documentos do SGA ele deverá ser revisitado para o seu completo alinhamento com a metodologias implementadas.

Em linhas gerais, o referido Manual abordou a maioria dos temas/requisitos relacionados à gestão ambiental do empreendimento, no entanto, alguns itens ficaram de fora do seu conteúdo, como por exemplo, a sistemática para gestão de mudanças e para avaliação da conformidade legal das questões socioambientais aplicáveis ao projeto. Neste contexto, a NE deverá revisar o documento para contemplar essas e outras metodologias de gestão que ainda não foram incorporadas ao texto.

Outras sistemáticas mencionadas no Manual ainda precisam ser testadas para verificação de sua eficácia, como é o caso da metodologia para avaliação (auditoria) sistêmica do SGA, pois a NE optou por compilar anualmente, em um relatório de auditoria, os resultados da aplicação das diversas ferramentas de avaliação utilizadas no decorrer de cada ano, ou seja, não fará uma auditoria interna convencional, conforme prevista nas normas de gestão internacionalmente aceitas pelas entidades financeiras. Sendo assim, a consultoria independente só poderá concluir sobre a abrangência e eficácia dessa sistemática após o envio do primeiro relatório de auditoria, previsto para o início do próximo ano (2018).

No que se refere ao PS que regula o atendimento aos Princípios do Equador, vale mencionar a falta de integração entre os temas socioambientais, de saúde e segurança do trabalho. A NE optou por implantar sistemas diferentes para gestão dos temas mencionados, tendo um exclusivamente para as questões socioambientais (SGA) e outro para as questões de saúde e segurança do trabalho. Ressalta-se, no entanto, que esses temas se cruzam diversas vezes dentro da empresa e precisam interagir em muitos momentos. Segundo os representantes da Ferreira Rocha, esse alinhamento existe, só não está relatado no padrão de sistema. Neste contexto, torna-se importante a revisão do referido documento.

Quanto aos Manuais relacionados à ictiofauna, a princípio os mesmos apresentam-se adequados, no entanto, sua eficácia será avaliada nas próximas missões de monitoramento pela especialista nesse tema.

Especificamente em relação à estruturação do SGA em processo de implantação pela NE, vale comentar novamente que na matriz de documentos encaminhada no 17º RSAP, não foram identificados alguns documentos considerados de garantia para a melhoria contínua do sistema, como por exemplo, o procedimento para gestão de mudanças.

Por fim, destaca-se o não encaminhamento do Manual de Requisitos Legais atualizado. Torna-se importante mencionar que há três relatórios essa atualização não é encaminhada à JGP para verificação.

5.1.2

Sistema de Gestão de SST

No 3º trimestre de 2016 a Equipe de SST da NE apresentou a “Proposta de Estruturação de Sistema de Gestão de SST” a ser desenvolvido e implantado para a fase de operação da Usina, baseada na metodologia PDCA (Plan – Planejar; Do – Agir; Check – Verificar; e, Act – Agir).

Na sequência da proposta foi apresentado um Cronograma de Implantação, com os objetivos subdivididos em diversas ações, com datas de implantação e responsabilidades definidas. Na sequência esse plano passou a ser periodicamente revisado de modo a atender as demandas da NE.

Nesse período de monitoramento o conjunto de ações para implantação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho teve pouco avanço percentual em decorrência da postergação da mudança estrutural da Norte Energia, já esperada, para a Fase de Operação. Considerando que a alteração deveria ter ocorrido desde os primeiros meses de operação, esse atraso culminou na estagnação de diversas ações deste Plano, já que muitos dos documentos devem ser aprovados pela diretoria.

As minutas da maioria dos procedimentos e documentos propostos já se encontram elaborados e disponibilizados para avaliação, no entanto, nenhum deles foi emitido/aprovado até o momento. Na avaliação desses documentos foi possível verificar que os mesmos contemplam ou contemplarão diretrizes para os seguintes tópicos:

- Política de SSTMA;
- Procedimento de identificação de riscos e impactos;
- Programas de gestão e controle dos riscos e impactos identificados;
- Gestão da capacidade e competência organizacional, incluindo determinação de atribuições e responsabilidades;
- Preparação e resposta a emergência;
- Tratamento de não-conformidades;
- Comunicação e tratamento de acidentes/incidentes;
- Engajamento das partes interessadas; e,

- Monitoramento e análise do desempenho.

Continuam implantados, tal como apresentados em outras missões de monitoramento, os seguintes documentos:

- Padrão de Sistema, Inspeção, Supervisão e Auditoria de Saúde e Segurança do Trabalho e Meio Ambiente – PS NE SSTMA 002/2014;
- Padrão de Sistema de Comunicação de Incidentes de Terceiros – PS NE SSTMA 001/2014;
- Plano de Atendimento a Emergência do Complexo UHE Belo Monte – PL NE SSTMA 001/2016;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Aplicado às Obras do Entorno (PGRS-OE) – PL NE SSTMA 002/2015;
- Procedimento Operacional de Movimentação de Cargas nos Circuitos de Geração no Sítio Belo Monte da UHE Belo Monte – PS NE SSTMA 001/2015; e,
- Procedimento de Controle de Acesso a Áreas Restritas – PS NE SSTMA 002/2015.

Ainda estão pendentes de elaboração os documentos que tratarão dos seguintes temas:

- Identificação e avaliação de Requisitos Legais e outros;
- Diretrizes para a gestão de Treinamentos e capacitação.

Ao longo do processo de monitoramento socioambiental do empreendimento, foi possível acompanhar o estabelecimento e sedimentação do processo de supervisão da NE sobre suas contratadas, e a constante evolução, melhoria e adaptação aos novos cenários.

5.1.3 Estrutura Organizacional

Meio Ambiente

Segundo informado no Relatório Gerencial Mensal - Atividades da Área de Gestão de Pessoas, a NE conta com um total de 378 funcionários, entre Altamira (328) e Brasília (50), sendo que 174 (46%) são da Diretoria Socioambiental (DS).

Dos 14 colaboradores contratados no 1º trimestre de 2017, oito (8) foram para a DS, sendo 03 (três) profissionais com nível de gerência (Gerência de Saúde Pública, Gerência de Fiscalização das Obras do Entorno e Gerência do Meio Biótico), 01 (um) alocado na Superintendência de Assuntos Fundiários e Relocação, 2 (dois) na Superintendência de Assuntos Indígenas e 2 (dois) na Superintendência do Meio Socioeconômico.

Neste período cinquenta e oito (58) colaboradores foram desligados da DS, sendo 45 (quarenta e cinco) por término de contrato, sem interesse da empresa pela prorrogação e/ou efetivação, além do encerramento das atividades previstas no ato da contratação, 01

(um) contrato de diretor estatutário, 11 (onze) efetivos e 01 (um) estagiário que completou o período permitido de dois anos de estágio.

Na Diretoria de Gestão foram oito (8) desligamentos no período, todos devido a reestruturação relativa a unificação das superintendências desta diretoria para formação da Superintendência de Gestão.

Os desligados das duas diretorias estavam associados às seguintes áreas:

- Gerência Administrativa
- Gerência de Comunicação e Interação Social
- Gerência do Meio Biótico
- Gerência de Fiscalização das Obras do Entorno
- Gerência de Estudos
- Gerência de Saúde Pública
- Gerência de Execução
- Gerência de Recursos Tecnológicos
- Gerência Administrativa de Contratos
- Gerência de Assuntos de ADM e SST
- Superintendência do Meio Socioeconômico
- Superintendência do Meio Físico e Biótico
- Superintendência das Obras do Entorno
- Assessoria de Gestão

SST

No período houve a desmobilização de dois Técnicos de Segurança do Trabalho, sendo um de campo e outro de gestão. Uma diminuição da equipe também foi registrada na Missão de Monitoramento anterior, quando nenhuma observação precisou ser feita com o intuito de melhoria da performance na supervisão. Por outro, é importante ressaltar a estagnação de atendimento das ações do Plano de Ação para implantação do Sistema de Gestão, que ocorre de forma paralela às demais atividades regulares de supervisão das empresas executoras. Assim, nesta fase de desenvolvimento/implantação e manutenção das diretrizes do Sistema de Gestão, existem dois grupos de atividades que devem ser desenvolvidos em paralelo.

O Gerente de SSTMA mantém parte de seu tempo dedicado a Gerência de Assuntos Administrativos. É importante que a Norte Energia não mantenha o nome desse profissional no Registro do SESMT, caso esteja, pois este não pode exercer atividades além daquelas relacionadas com o setor de SST, conforme determina a NR-04.

5.2

Sistema de Gestão das empresas da Obra Principal

A modalidade de contratação das empresas pela Norte Energia para a execução da Obra Principal incluiu a necessidade dessas empresas manterem Sistemas de Gestão para controle dos perigos das suas atividades, bem como equipe dedicada para sua

implantação e manutenção. Nenhuma alteração significativa foi reportada no RSAP ou identificada durante as entrevistas e avaliação de documentos.

Neste trimestre não houve qualquer atividade da montadora Andritz, responsável pela UHE Pimental. O CMBM, responsável pela UHE Belo Monte, de acordo com as informações obtidas, recebeu a notificação para encerrar suas atividades, pois será substituído por outra empresa. O desempenho do CMBM, como será apresentado adiante, não resulta em níveis satisfatórios já há algumas missões de monitoramento, ainda que este certamente não foi o único (ou principal) motivo da substituição.

A Eletronorte, embora tenha um Sistema de Gestão implantado na usina que opera e de onde traz boa parte de seu efetivo, não apresenta desempenho bom regularmente. As pendências ocasionalmente decorrem da falta ou atraso na mobilização de algum recurso e/ou falta de planejamento. O monitoramento das próprias ações é ínfimo e não possibilita qualquer tipo de análise interna que resulte na identificação de seus pontos frágeis, sobre os quais devem ser propostas ações de melhoria. Assim, a Supervisão realizada pela Equipe de SST da NE tem fundamental importância nesse processo.

O resultado da manutenção dos controles operacionais estabelecidos nos Sistemas de Gestão das empresas é apresentado no **Capítulo 6.0**. Os dados referentes às inspeções ambientais e de saúde e segurança do trabalho realizadas no período também são apresentados no mesmo capítulo.

Estrutura Organizacional da Obra Principal

O CCBM continua reduzindo sua equipe como resultado da diminuição de atividades e da desmobilização de funcionários, porém de forma equilibrada na maior parte das áreas.

Em relação as Equipes de SST do CMBM, a redução de equipe também foi percebida, mesmo que esteja em plena atividade. É possível sentir o reflexo da redução de equipe, que corrobora com os resultados registrados neste período.

Em relação à Eletronorte, a disponibilização dos Técnicos de Segurança do Trabalho, teoricamente um em cada usina, não se mostra efetiva, inclusive nas duas últimas missões de monitoramento estes não acompanharam as inspeções de campo ou participaram das entrevistas, exceto nesta última vez, quando a Engenheira de Segurança da operadora acompanhou todas as atividades, juntamente com um dos operadores. Com o intuito de melhorar o desempenho e garantir nivelamento das demandas e registros de pendências, a NE, tal como informado na missão anterior, designou um Técnico de Segurança exclusivo para atender às demandas da Eletronorte. Ainda é cedo para determinar a efetividade dessa estratégia, mas os primeiros resultados já são promissores.

O **Capítulo 6.0** apresenta as informações detalhadas do desempenho das empresas executoras no trimestre compreendido por este relatório.

6.0

Desempenho Ambiental, Social e de Saúde e Segurança do Trabalho da Construção

O presente Capítulo tem por objetivo apresentar o desempenho socioambiental e de saúde e segurança das atividades construtivas de implantação da UHE Belo Monte no período de janeiro a março de 2016, sendo verificada a implementação das medidas relativas aos Programas de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI) e de Recuperação de Áreas Degradadas, que fazem parte do PAC. Já as medidas previstas no Programa de Saúde e Segurança serão descritas na **Seção 6.3**, onde se avalia o desempenho de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) das atividades construtivas de implantação da UHE Belo Monte.

A análise do desempenho Ambiental, Social e de Segurança do Trabalho da Construção baseou-se principalmente nos resultados do PAC reportados nos Relatórios Gerenciais Mensais das Executoras do PCAI (CCBM, CMBM e Andritz) no período, apresentados como anexo ao 17º RSAP; nos dados coletados na inspeção de campo realizada entre 15 e 19 de maio de 2017 para as questões socioambientais e entre 22 e 26 para as questões de saúde e segurança do trabalho; além dos documentos complementares solicitados e enviados pela NE (ver Lista de Documentos Analisados no **Anexo 1** e Reuniões, Entrevistas e Inspeções Realizadas no **Anexo 2**).

6.1

Sumário do Status da Construção

Nesta seção são apresentadas informações sobre o status das Obras Principais no trimestre janeiro-março, com base no RGM-E do CCBM, e das Obras do Entorno, como base nos relatórios do Plano de Requalificação Urbana e Travessão (PRU).

6.1.1

Obras Principais

Atividades realizadas no período de janeiro a março de 2017:

Acessos utilizados nas obras

- Canais e Diques
 - Continuidade das atividades de manutenção das vias e acessos com aplicação de rocha, compactação e nivelamento do solo. Inserção de rochas como proteção de crista dos taludes na cota 100 (leste Oeste) e Autoban em CD, e dos Diques BV, além dos Bloqueios de acessos onde não há mais atividades.
- Pimental
 - Continuidade das atividades de manutenção e melhorias nas vias e acessos, com aplicação de forro de brita, areia e rocha. Realização de nivelamento do solo no

acesso principal da obra e aplicação da pavimentação asfáltica. Proteção dos taludes da ensecadeira principal na unidade PI.

- Belo Monte
 - Continuidade nas atividades de manutenção e melhorias nas vias e acessos internos e externos do Sítio Belo Monte, com aplicação de forro/rocha e nivelamento do solo em diversos acessos dos canteiros, principalmente na área dos Diques em decorrência do intenso período chuvoso na região.

Canteiro de obras e acampamentos

- Canais e Diques
 - Canal de Derivação: Conclusão da remoção da ensecadeira do km 0, continuidade da atividade de manutenção e adequação dos BFs e regularização da Cota 100 da Leste Oeste e Autoban. Continuidade na limpeza dos bueiros, monitoramento de ictiofauna na limpeza da vala Coletora da Margem Direita e Margem Esquerda
- Bela Vista
 - Diques: Continuidade das atividades de intervenção dos novos projetos, de execução de tapete invertido e trincheira drenante; continuidade da recuperação da jazida e a exploração da pedreira, além das recargas de rocha, filtro, transição e enrocamento. Concluídas as atividades de construção das canaletas de drenagens, e de construção das escadas dos diques. Manutenções e limpezas nas mesmas em decorrência o período chuvoso.
- Pimental
 - Margem Direita / Margem Esquerda / CF / AM: Recapeamento da jazida, conclusão da construção da ensecadeira, escavação comum, recarga de rocha e transição na construção da barragem da Margem Direita. Conclusão da pavimentação da ensecadeira principal, e continuidade das atividade de acabamento com injeção nas estruturas da produção civil e de desmobilização de ativos.
- Belo Monte
 - Diques, Área de Montagem / Transição / CFI e CFII: Acompanhamento das atividades de aterro do Conduto CF II, conformações de Jazidas e BFs. Entrega do Dique 6B, 6C e 8A, além das atividades de acabamento na AM e CFI. Continuidade no andamento de todas as atividades de execução da CFII e início do processo de desmobilização das áreas de Ponto de Apoio da CF II. Conclusão das atividades da construção da Malha de Aterramento no Pátio da Área de Montagem – BM
- Continuidade da desmobilização das estruturas ambientalmente críticas que não se encontram mais em operação. Desmobilização da ETE Canais. Continuidade das atividades de manutenção nas redes, além dos remanejamentos e desmobilização de

geradores, bombas e transformadores que não possuem frentes de serviço ativas. Desmobilização das linhas de transmissão de alta e baixa tensão dos pontos de apoio da equipe de elétrica e bombeamento.

Jazida / bota fora / área de empréstimo

- Canais e Diques
 - Diques DCI – Margem Esquerda e Margem Direita Autobam: Continuidade das atividades de manutenção dos Bota fora com ligações das bacias e recuperação dos pontos com processos erosivos e melhoramento nos sistemas de drenagens. Intervenções, construção de descidas d'água, continuidade na construção e na limpeza da Vala Coletora, e regularização da Cota 100.
- Bela Vista
 - Pedreira, Dique 14C, Dique 13, Dique 19B e Dique 28: Acompanhamento dos novos projetos. Intervenções, execução de tapete invertido e trincheira drenante. Continuidade no monitoramento e umectação dos mesmos no período noturno, além de recuperação e conformação, drenagens e construção de curvas de nível. Proteção das cristas dos taludes com aplicação de matacos, enrocamentos e Dreno de Pé.
- Pimental
 - Todas as áreas de Jazidas, áreas de empréstimo e Bota fora já estão no processo de recuperação.
- Belo Monte
 - BF01, BF 5B, BF 07, AE G1, e B3: Acompanhamento das atividades de conformação de taludes, correção dos processos de ravinamento, regularização, atendimento a não conformidades e aplicação de proteção com matacos nas Cotas 100.

6.1.2

Obras do Entorno

As informações sobre o avanço das Obras do Entorno (OE) no período foram obtidas nos Relatórios do Plano de Requalificação Urbana (PRU) de janeiro, fevereiro e março de 2017, encaminhados junto ao 17º RSAP.

Altamira

Sistema de Abastecimento de Água

- Rede de distribuição de água: concluída.
- Em 15/06/2015 a Prefeitura Municipal de Altamira encaminhou o Ofício nº 087/2015/GAB/ATM à NE, informando sobre o interesse da Municipalidade em receber e operar os Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e solicitando informações e esclarecimentos.
- Em 15/05/15 a NE protocolou junto à SEMAT/PMA o requerimento para renovação da Licença de Operação (LO) do sistema.

- Concluídos os comissionamentos dos setores Mirante, Centro/ETA, Bela Vista e Ibiza. Nos setores Colinas/Alberto Soares, Mutirão e Brasília, os comissionamentos encontram-se em andamento. No setor Santa Ana, o comissionamento não foi iniciado. A PMA encaminhou, no dia 03 de fevereiro de 2017, o Ofício OF 023/2017/SEPLAN, em que solicita a paralisação das atividades de comissionamento até que a Norte Energia encaminhe as informações solicitadas, as quais são: apresentação de cronograma de obras, informando todos os locais que necessitam de manutenção, com datas para início e fim; e projeto e metodologia construtiva a ser aplicada. Em reunião para alinhamento com a PMA foi agendada para dirimir as dúvidas apresentadas, por meio da CE 044/2017-DS-GSSE de fevereiro de 2017, mas a PMA a cancelou. Nesse contexto, a Norte Energia informa ter apresentado as informações solicitadas em reunião realizada no dia 14 de fevereiro de 2017 e registrada por meio da CE 050/2017-DS-GSSE

Sistema de Esgotamento Sanitário

- Rede de coleta de esgoto e estações elevatórias: concluídas.
- Estação de Tratamento de Esgoto (ETE): concluída, e vem sendo operada pela NE.
- A realização da ligação intradomiciliar de 17.000 imóveis ao sistema de esgotamento sanitário instalado, em atendimento à condicionante 2.11 da LO nº 1317/2015, está em andamento. Desde junho de 2016 até maio de 2017, havia 6.722 imóveis com obras concluídas de água e esgoto, totalizando mais de 11.000 ligações (cada imóvel possui duas ligações, uma de água e uma de esgoto), com 322 recusas somente.
- Até que as ligações intradomiciliares do esgotamento sanitário estejam concluídas, em atendimento à condicionante 2.12 da LO nº 1317/2015, está em andamento a realização do monitoramento da qualidade da água nos igarapés Ambé, Altamira e Panelas, além do rio Xingu.
- Serão priorizadas as ligações em prédios e residências estruturadas, comércios, hospitais, hotéis e nas residências de famílias de baixa renda, custeadas pela NE.

Aterro Sanitário e Remediação do Lixão

- Aterro sanitário entregue e sendo operado pela Prefeitura de Altamira.
- Obras de remediação do lixão concluídas.

Drenagem Urbana

- Segundo informado no Relatório do PRU de março de 2016, em relação à drenagem urbana, as obras vêm sendo realizadas conforme avança a implantação do Projeto de Parques e Reurbanização da Orla (Projeto 5.1.8 do PBA).

Educação

- Não houve progresso nesse período. No período anterior foram finalizadas todas as escolas que estavam em andamento, somando 32 escolas concluídas, apenas 1 encontra-se em fase de elaboração de projeto e 2 em recomposição pela Prefeitura.
- O número de salas de aula entregues e a capacidade de atendimento não foram atualizadas (168 salas de aula entregues, com capacidade média para atender a 8.442 alunos).

Saúde

- Situação inalterada há vários períodos: dos 9 equipamentos de saúde previstos para este município, 8 estão construídos e 1 em fase de elaboração de projeto.

Vitória do Xingu**Abastecimento de Água e ETA e Esgotamento Sanitário e ETE**

- Sistemas implantados pela NE e já repassados à municipalidade.
- Sistema de abastecimento de água em operação pela municipalidade.

Aterro Sanitário

- Aterro concluído, repassado ao município por meio do Termo de Doação nº DS-T-001/2014 e em operação desde março de 2013.

Drenagem Urbana

- O sistema de drenagem profunda de Vitória do Xingu composto de redes coletoras e caixas de inspeção de águas pluviais urbana está concluído.

Educação

- Não houve progresso nesse período. Do total de 31 obras em educação previstas, 19 escolas estão concluídas e 1 encontra-se em andamento.
- O número de salas de aula entregues e a capacidade de atendimento não foram alteradas (32 salas de aula entregues, com capacidade média para atender a 1.648 alunos).

Saúde

- Os 8 equipamentos de saúde previstos estão concluídos.

Belo Monte e Belo Monte do Pontal**Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**

- Os sistemas encontram-se concluídos e repassados às Prefeituras de Vitória do Xingu e Anapu.

Aterros Sanitários

- Os resíduos coletados na comunidade de Belo Monte continuam a ser transportados e dispostos na célula do aterro sanitário da sede municipal de Vitória do Xingu;
- A NE adquiriu os equipamentos listados no do Ofício nº 02/2014-GABINETE DO PREFEITO (caminhão coletor, a retroescavadeira, a balança para pesagem de materiais, o trator de esteira e a esteira para seleção e triagem de materiais recicláveis), sendo concluídas as atividades relacionadas ao aterro sanitário de Belo Monte.
- Os resíduos de Belo Monte do Pontal continuam sendo triados e transportados para o aterro sanitário do canteiro de obras do sítio Belo Monte, até que o aterro de Anapu seja concluído;
- O projeto executivo do aterro a ser implantado em Anapu foi encaminhado à Prefeitura de Anapu em 23/02/2016 (CE 054/2016-DS).
- Por meio do Ofício nº 050/2016-GAB, de 08/04/16, a prefeitura afirma que não apresenta objeção ao projeto executivo, mas solicita inclusão de um galpão para lava-jato e implantação de célula para resíduos de saúde, o que será atendido pela NE.
- A NE pediu prorrogação de 180 dias para atendimento ao item (c) da Condicionante 2.10.
- Em referência ao processo de implantação do aterro na área aprovada, próxima à sede de Anapu, ainda que todas as exigências da Secretaria de Meio Ambiente de Anapu (SEMMAT) tenham sido atendidas e as obras civis contratadas, a referida Secretaria, em 01 de dezembro de 2016, emitiu novo Parecer Técnico (PT nº 30/2016) solicitando esclarecimentos adicionais e a readequação do sistema de tratamento de percolados. A Norte Energia está efetuando a análise ao PT nº 30/2016 da SEMMAT. No entanto, insta pontuar que, aliada a não emissão das licenças ambientais pela SEMMAT, que transcende a gerência da Norte Energia, tem-se o início da estação chuvosa,

característica da região Norte, que também dificultará o início da execução das obras no primeiro trimestre de 2017. Até que as obras civis estejam concluídas, a Norte Energia dará continuidade aos serviços de transporte de resíduos sólidos gerados em Belo Monte do Pontal até o aterro sanitário do sítio Belo Monte (CCBM).

- A Norte Energia por meio da CE 019/2017-DS-SSE de 01 de Janeiro de 2017 fez os devidos esclarecimentos e reiterou a necessidade de emissão imediata das taxas de licenciamento referentes às Licenças Prévia e de Instalação de modo a viabilizar o início da obra que, conforme já informado, encontra-se contratada. Em paralelo a ação supracitada, a Norte Energia por meio da CE 072/2017-DS de 31 de janeiro de 2017 solicita manifestação formal da Prefeitura Municipal de Anapu no que concerne a previsão de emissão das Licenças Prévia e de Instalação pela Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Anapu (SEMMAT), de forma a solicitar anuência do IBAMA quanto ao pleito de prorrogação do início das obras.
- Nesse período não houve manifestação do órgão licenciador e da municipalidade no que viabilizasse o início da obra.

Drenagem Urbana

- As obras de drenagem em Belo Monte e Belo Monte do Pontal estão finalizadas desde dezembro de 2013.

Melhorias nos Caminhos de Serviços nas Vilas de Belo Monte e Belo Monte do Pontal

- As obras estão concluídas.

Anapu

Educação

- Não houve progresso nesse período. No total, 7 escolas já estão construídas.
- O número de salas de aula entregues e a capacidade de atendimento também foram atualizadas (40 salas de aula entregues, com capacidade média para atender a 1.980 alunos).

Saúde

- Os 9 equipamentos de saúde previstos estão concluídos.

Brasil Novo

- Todas as 8 obras em educação e os 8 equipamentos de saúde previstos para este município encontram-se concluídos.
- Total de 23 salas de aula entregues, com capacidade média para atender a 1.048 alunos.

Senador José Porfírio

Educação

- Não houve progresso nesse período, 5 escolas estão concluídas e 1 encontra-se em andamento.
- O número de salas de aula entregues e a capacidade de atendimento não foram alteradas (22 salas de aula entregues, com capacidade média para atender a 1.148 alunos).

Saúde

- Os 5 equipamentos de saúde previstos para este município estão concluídos.

Pacajá**Saúde**

- O equipamento de saúde previsto para este município está construído.

Obras nos Reassentamentos Urbanos Coletivos - RUCs

- Os 5 RUCs (Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Água Azul e Laranjeiras) estão concluídos, o público-alvo definido pelo PBA já teve sua relocação concluída e estes se encontram em processo de consolidação social.
- No que diz respeito à relocação do bairro Jardim Independente II, as informações são apresentadas à ANA e ao IBAMA em relatório específico, tendo o último sido protocolado em 4 de janeiro de 2017 (ver status da condicionante 2.6 da LO, no Quadro 3.0.a do **Anexo 3**).
- No que diz respeito ao RUC Pedral, as informações também vêm sendo prestadas ao IBAMA em relatório específico, com último envio em 17/03/2017 (ver status da condicionante 2.6 da LO, no Quadro 3.0.a do **Anexo 3**).

Projeto de Parques e Reurbanização da Orla**Pontes e Travessias e Sistema Viário**

- **Igarapés Altamira, Ambé e Pannels:**
 - Todas as pontes encontram-se concluídas e operacionais.
 - No OF 02001.004081-2016-16, o IBAMA solicitou à NE que recuperasse áreas assoreadas no igarapé Pannels sob a ponte da Tancredo Neves. A NE informou ao IBAMA, em 12/05/16, que foi realizada inspeção nos taludes dessa ponte, e que não foi verificada a necessidade de intervenções, já que a proteção vegetal natural está se consolidando. Nos lugares onde não houve esta recomposição natural, a NE iniciou o plantio de graminha em 12/05.
 - Em atendimento ao Ofício 02001.004081-2016-16, em 17/06/16 a NE encaminhou relatórios fotográficos e projeto de drenagem dos RUCs.
 - No que concerne a retirada da Ponte da Rua da Peixaria, a NE informou (CE 0425/2016-DS de 31 de agosto de 2016) que foi dada entrada em uma Ação de Produção Antecipada de Provas, solicitando a interdição e remoção da referida ponte e que aguardávamos o cumprimento de prazo pelo perito para entrega do laudo pericial. Atualmente, aguardam a informação do perito, quanto ao valor de seus honorários, sendo que já indicaram os assistentes técnicos e quesitos. Paralelamente, a Norte Energia manejou Agravo de Instrumento no Tribunal, contra a decisão de primeiro grau que não autorizou a remoção da ponte. Ainda não houve decisão e está sendo monitorado.
 - Durante esse período de monitoramento houve elevação do nível do reservatório, resultando na submersão desta ponte. Face a esta situação, a Norte Energia mobilizou o Corpo de Bombeiros, que procedeu com a imediata sinalização e interdição da referida ponte. Além disso, o Corpo de Bombeiros se comprometeu a acionar a Defesa Civil.

Sistema Viário

- As obras foram retomadas na segunda quinzena de agosto/2016 com os serviços de mobilização do canteiro de obra e plano das intervenções viárias, sinalização e autorizações dos órgãos pertinentes.
- Tendo em vista a retomada das atividades e, por conseguinte, a inclusão de novos serviços contratuais, os avanços serão reajustados conforme o escopo das empresas contratadas. Neste sentido, os avanços serão reavaliados podendo ocorrer decréscimo de valores, já apresentados anteriormente nos trechos de obras.
- Na CE 422/2016-DS de 30/08/2016, a Norte Energia informa as ações realizadas pela Prefeitura Municipal de Altamira em áreas, devidamente licenciadas pela própria, para as obras de intervenção viária no âmbito do projeto de Parques e Reurbanização da Orla. Uma vez que, a continuidade dessas atividades poderia acarretar prejuízos, atrasos e retrabalhos nas áreas de intervenção.
- Os trechos T2 e T3 referentes a margem direita do Igarapé Altamira, encontram-se em fase final de conclusão e liberados para o tráfego, à exceção da interligação deste viário à Avenida João Coelho, para a qual a Norte Energia solicitou, por meio da CE 527/2017-DS-SSE de 20 de dezembro de

2016, anuência da municipalidade para sua efetiva conclusão, sem manifesto até o momento.

- Em função de percalços decorrentes do inadimplemento da empreiteira contratada acumularam-se atrasos nas intervenções do sistema viário, referentes aos trechos T1, T4, T5 e T6. Neste contexto, a NE informou que medidas administrativas cabíveis estão sendo tomadas para contratação e mobilização de uma nova empresa.

As atividades encontram-se em andamento, com os respectivos cronogramas sendo acompanhados e reavaliados. Segue o status do avanço:

- 1º TRECHO - Ponte Cel. José Porfírio até Ponte Ernesto Acioly – avanço da obra: 90%.
- 2º TRECHO - Margem direita do igarapé Altamira - Ponte Cel. José Porfírio até Ponte João Coelho – avanço da obra: 93%.
- 3º TRECHO - Margem direita do igarapé Altamira - Ponte João Coelho até Ponte Goldim Lins - avanço da obra: 93%.
- 4º TRECHO - Ponte Ernesto Acioly até Trevo de Vitória do Xingu - avanço da obra: 60%.
- 5º TRECHO - Av. Abel Figueiredo até Ponte Goldim Lins - avanço da obra: 62%.
- 6º TRECHO - Av. Cel. José Porfírio - avanço da obra: 72%.

Requalificação da Orla (Infraestrutura e Paisagismo)

- A NE concluiu o levantamento dos pontos de drenagem da Orla, de modo a viabilizar a elaboração de um plano estratégico para implantação/adequação da drenagem.
- A Prefeitura de Altamira, no entanto, por meio do ofício nº 004/2016/GAB/SEPLAN de 14/01/16, não autorizou qualquer tipo de atividade que interfira com a Av. João Pessoa e seu paisagismo. Esta situação permanece inalterada.
- Foi iniciada a intervenção na rede de esgoto da Orla, prioritariamente no Hospital São Rafael. A destinação final do esgoto predial foi redirecionada para a rede de esgoto implantada pela NE.
- Intervenções informadas pela Norte Energia por meio da CE 893/2016-DS de 06/09/2016 na Av. João Pessoa, onde foi interceptado o esgoto que drena para o rio Xingu para a rede coletora implantada pela Norte Energia, de modo que somente a drenagem fluvial, de fato, chegue ao rio. Tal atividade encontra-se concluída, tendo intervindo em 7 pontos na Orla do Xingu, a saber: Tv. Pedro Gomes; Tv. Agrário Cavalcante; Tv. Dez de Novembro; Tv. Lindolfo Aranha; Tv. Comandante Castilho, Rua Paula Marques; e Rua Pedro Lemos.
- Conforme informado ao IBAMA na correspondência CE 1058/2016-DS de 13/12/2016, em virtude do novo posicionamento da Prefeitura de Altamira, manifestado por meio do Ofício nº 194/2016-PMASEPLAN em 18/11/16, encaminhado à Norte Energia por meio do OF 02543.000224/2016-85 ESREG ALTAMIRA/PA/IBAMA em 23/11/16; a Norte Energia, de modo a evitar a superposição de escopo, está atuando na readequação do projeto na linha da reestruturação física das intervenções já realizadas pela municipalidade como os quiosques e a revitalização das quadras de areia e de concreto.
- Devido ao não atendimento dos compromissos acordados na reunião ocorrida com a SEPLAN, foi encaminhada, em 23/01/2017, a correspondência CE 012/2017-DS-SSE reiterando a necessidade de obtenção de informações para a realização das ações necessárias à elaboração dos novos projetos de requalificação da Orla do Cais.
- Em 07/03/2017, a Norte Energia encaminhou a CE 046/2017-DS-SSE reiterando a correspondência supracitada, alegando a necessidade de obtenção das informações acordadas para a realização das ações pertinentes no menor prazo possível. Não houve manifestação da municipalidade no período compreendido deste relatório.

Atracadouros

- Péres do mercado do peixe: obras concluídas
- Porto Seis: As obras concluídas.
- Porto do Pepino e Atracadouros do Pannels e do RUC Laranjeiras: obras concluídas.
- Atracadouro do Pannels: obras concluídas
- Atracadouro RUC Laranjeiras: obras concluídas

Iluminação e Interferências

Houve pequena alteração da situação reportada no relatório anterior:

- Serviços preliminares - avanço de 70%.
- Remoção de interferências - avanço de 99%.
- Iluminação da Orla, Sistema Viário (Pacote 02) e Parques - avanço de 43%.

CIPAR (Centro Integrado de Pesca Artesanal, Centro Náutico, Colônia de Pescadores, Casa de Memória e Aquários); Praias; e Mirantes e Centro de Informações Turísticas – CIT

- Casa de memória: obras concluídas*
- Sede das associações: obras concluídas*

*Através de interfaces com o Projeto de Valorização do Patrimônio Multicultural (item 9.1.2 do PBA) estas estruturas estão sendo objeto de tratativas de repasse junto à Universidade Federal do Pará – UFPA. Adicionalmente, está em curso a contratação de uma empresa para a realização de serviços complementares que porventura sejam necessários para adequada funcionalidade da edificação.

- Mercado do Peixe – avanço de 95%. Concluídas as obras de infraestrutura, superestrutura e cobertura. Os serviços foram temporariamente interrompidos em função da desmobilização da empreiteira (decisão unilateral), cuja substituição está sendo providenciada.
- Centro Náutico – obras concluídas. A estrutura do Centro Náutico foi repassada a Associação dos Carpinteiros Navais de Altamira e Xingu, no dia 27 de fevereiro de 2017, e já se encontra em operação pelos Associados.
- Sede dos aquaristas – concluídas as obras civis.

Praias

- Praias da Orla, do Adalberto e do Massanori: obras concluídas.
- O PRAD na Praia do Adalberto foi concluído. Para a Praia do Massanori, as atividades foram iniciadas com o isolamento da área destinada para o PRAD, que continua em processo de elaboração.
- Prosseguem os entendimentos para a transferência desses equipamentos da NE para a gestão e manutenção da Prefeitura de Altamira.

Parques (Urbanismo e Paisagismo)

Parque Altamira

- 1ª Etapa: Trabalhos na Margem esquerda, entre as pontes Cel. José Porfírio e João Coelho:
 - 99% da terraplanagem concluídos;
 - Concretagem da ciclovia e passeio para pedestre: avanço de 99%;
 - Plantio de grama - avanço de 85%;
 - Paisagismo em detalhamento de gramado, árvores e detalhamentos ornamentais.
 - Concluído o lançamento das redes de drenagem. As interligações com as ruas existentes encontram-se em finalização.
- 2ª Etapa: Trabalhos na margem direita, entre as pontes Cel. José Porfírio e João Coelho:
 - 98% da terraplanagem concluídos;
 - Concretagem da ciclovia e passeio para pedestre: avanço de 99%;
 - Plantio de grama - avanço de 90%;
 - Paisagismo em detalhamento de gramado, árvores e detalhamentos ornamentais.
 - Em andamento as atividades de acabamento e conexões com as ruas existentes
- 3ª Etapa: margem esquerda do igarapé da Ponte da João Coelho a Gondim Lins:
 - Lançamento de solo para compactação e terraplanagem da área: avanço de 85%;
 - Plantio de grama conta com avanço de 40%;
 - Concretagem da ciclovia e passeio para pedestre, ambos com avanço de 99%;

- Concluído o lançamento das redes de drenagem interna ao parque.
- 4ª Etapa: margem direita do igarapé da Ponte da João Coelho a Gondim Lins:
 - Lançamento de solo para compactação e terraplanagem da área: avanço de 95%;
 - Concretagem da ciclovia e passeio para pedestre: avanço de 99%;
 - Plantio de grama conta com avanço de 90%;
 - Concluído o lançamento das redes de drenagem interna ao parque.
- Em 25/04/2016 a NE solicitou ao IBAMA a prorrogação do prazo do item (c) da Condicionante 2.10 em 90 dias. Em 02/06/16, o IBAMA solicitou, no OF 02001.005913/2016-11 CGENE-IBAMA, justificativas para análise do pleito, que foram encaminhadas pela NE em 09/06/2016. Em 29/09/16 a NE enviou informações sobre o processo em resposta ao of. 02001.010971/2016-59 COHID/IBAMA e reiterou que permanece no aguardo da manifestação do órgão licenciador.
- A SEMAT, da Prefeitura de Altamira, realizou em 25/02/15 a Consulta Pública para “a apresentação da minuta de Lei que institui a criação dos Parques Naturais Municipais denominados: Parque Igarapé Altamira e Parque Igarapé Ambé”. Ficou a cargo da SEMAT o agendamento de uma nova consulta pública, mas até o momento não se manifestou para tal.
- Em continuidade ao processo de criação do Parque Altamira, o GT deliberou pela continuidade nas discussões sobre o Plano de Manejo tendo como horizonte a sua consolidação nos próximos 2 (dois) anos.
- Em 29/11/2016, por meio do Ofício nº 001/2016/COMAM, a Norte Energia foi convocada para realizar uma apresentação acerca do Zoneamento Proposto e Proposta do Plano de Comunicação para o Parque Natural Municipal de Altamira para o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Altamira - COMAM. Nesta ocasião, dada a falta de quórum, foi remarcada a sua realização para o início do mês de dezembro. Em 15/12/2016, em atenção ao Ofício nº 002/2016/COMAM foi realizada a referida apresentação para os membros do COMAM.
- Em virtude de um acréscimo da área de serviço em aproximadamente 45.000 m² e da necessidade de complementação das redes de drenagem existentes na cidade para se conectarem as do parque, houve comprometimento no atendimento ao prazo de conclusão previsto para outubro de 2016, conforme informado ao IBAMA por meio da CE1017/2016-DS.

Parque Igarapé Ambé

- Em resposta ao ofício 02543.000210/2016-61 ESREG ALTAMIRA/PA/IBAMA, a Norte Energia, em 07 de novembro de 2016, esclareceu, por meio da CE1017/2016-DS, que as obras do Parque Ambé foram iniciadas no final de outubro com a mobilização das duas empresas contratadas para sua implantação. Sendo assim, uma das empresas ficará responsável pelo Trecho 01 e, a outra, pelos Trechos 02, 03, 04 e 05.
- 1ª Etapa:
 - 1º trecho: Baixo do Bairro Aparecida (Início – setembro / 2016 e Término previsto inicialmente – Dezembro/2016)
 - 90% da terraplanagem executada e nivelamento;
 - Plantio de grama: avanço de 85%;
 - Concretagem da ciclovia e passeio de pedestre: avanço 60% respectivamente;
 - Construção dos equipamentos de lazer: em andamento.
 - 2º trecho: Da Avenida Ernesto Acioly até a Travessa da Harmonia - Bairro Boa Esperança (Início – setembro/2016 e Término previsto inicialmente – Janeiro/2017)
 - Terraplanagem: avanço geral de 85%;
 - Plantio de grama: avanço de 20%.

- 3º trecho: Da Travessa da Harmonia (Bairro Boa Esperança) até a Rodovia Transamazônica - BR-230 (Início – setembro/2016 e Término previsto inicialmente – Fevereiro/2017)
- Terraplanagem: avanço geral de 85%.
- 2ª Etapa
 - 4º trecho: Da Rodovia Transamazônica (BR-230) até a Rua 6 do Bairro Mutirão (Início – setembro/2016 e Término previsto inicialmente – Fevereiro/2017)
 - Terraplanagem: avanço geral de 80%.
 - 5º trecho: Da Rua 6 do Bairro Mutirão até o RUC Jatobá (Início – setembro/2016 e Término previsto inicialmente – Fevereiro/2016)
 - As obras não foram iniciadas pois dependem de definições que estão em discussão no Âmbito do GT dos Parques. Essas definições estão associadas ao zoneamento e à vocação conservacionista desse trecho. Nesse sentido, devem ser consideradas propostas minimamente intervencionistas visando à preservação da qualidade ambiental existente.
- Conforme informado pela NE, as intervenções cujo cumprimento está comprometido, seja por razões internas ou por fatores que fogem a governança da empresa, também os parques devem ser incluídos na repactuação de prazo, com marcos de controle, conforme indicado no seminário técnico com o IBAMA em dezembro de 2016.

Mirantes e Centro de Informações Turísticas – CIT

- Obras concluídas.

Obras de Requalificação no Travessão 40

- As obras encontram-se concluídas e foram repassadas em definitivo à Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu por meio do Termo de Doação nº DS-T-028/2014.

6.2

Desempenho Ambiental da Construção

No presente Capítulo serão abordadas as medidas correspondentes aos Programas de Controle Ambiental Intrínseco e de Recuperação de Áreas Degradadas, ambos parte do PAC, cujo andamento pôde ser observado nos RGM-Es do CCBM, CMBM e da Andritz no período, e nas inspeções de campo de 15 a 19 de maio de 2017.

6.2.1

Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI)

6.2.1.1

Controles Ambientais das Obras Principais

A seguir são apresentadas as medidas de controle ambiental implementadas no âmbito do PCAI pelo CCBM, CMBM e Andritz no período. As informações foram obtidas nos RGM-Es do CCBM, CMBM e Andritz referentes a março de 2017. Informações mais detalhadas sobre o PRAD constam na **Seção 6.2.2**, adiante.

- Vias de acesso

CCBM:

- Manutenção e melhorias nas vias e acessos internos e externos, incluindo a sinalização viária horizontal, pavimentação do acesso principal da obra da unidade de Pimental, a recuperação da pavimentação nos Travessões 27 e 55 e a aplicação de forro de rocha e nivelamento do solo;
- Finalização das atividades da construção das canaletas de drenagens superficiais nos acessos da BR-230 nas proximidades do acesso à Estação de Transbordo de Carga (ETC);
- Ações de melhorias com a prática das roçadas às margens da pista, lavagem da pista BR-230 (altura da Ponte de BM) e limpeza das canaletas de drenagens para evitar sedimentos nos acessos;
- Ações de melhorias com correção da pavimentação, lavagem da quadra esportiva, roçada nas áreas internas e externas da Vila Residencial Belo Monte.

CMBM e Andritz:

- Umectação de acessos internos dos pátios de montagem eletromecânica, por meio de caminhão-pipa;
- Nesse período não foi realizada umectação das vias em função do período de inverno amazônico.

- Canteiro de obras e acampamentos

CCBM:

- Acompanhamento das desativações e desmobilizações de áreas para a retirada e destinação dos resíduos gerados, como é o caso da área dos pontos de apoio da Casa de Força II de Belo Monte;
- Finalização das atividades da dragagem do Km 0 junto à remoção da ensecadeira, da unidade de Canais e Diques;
- Continuidade das atividades de detonação e carregamento de rocha na Pedreira 1A;
- Andamento das atividades de conformação das jazidas da Margem Direita e Margem Esquerda no sítio Pimental;
- Conclusão da pavimentação da ensecadeira principal, e da aplicação de matacos para proteção dos seus taludes;
- Continuidade das atividades de acabamento e injeção;
- Conclusão das atividades de construção e limpeza das canaletas, das escadas dos diques e realizada a entrega dos Diques 6B e 8ª, no sítio Belo Monte;
- Construção da nova rodoviária próxima à Área de Montagem;
- Continuidade nas manutenções das vias e acessos internos;
- Construção das escadas e limpeza das canaletas dos Diques na unidade de Bela Vista;
- Continuidade das atividades de desativação e desmobilização de áreas. As áreas foram classificadas como ambientalmente críticas e ambientalmente não críticas.

Dentre as áreas críticas podem ser citadas: Oficinas Mecânicas, Rampas de Lavagem, Centrais de Resíduos, entre outras;

- Para áreas ambientalmente críticas, onde o procedimento de desmobilização de estruturas for concluído com a remoção de todas as estruturas e ativos, estão sendo elaborados relatórios específicos contemplando todas as informações quanto às ações realizadas e o registro fotográfico das etapas de desmobilização;
- A desmobilização segue o Procedimento Executivo PE-CCBM-220-39 e o Procedimento Operacional PO-CCBM-220-89. O PE CCBM 220 39 está sendo revisado e complementado pelo Procedimento para Gerenciamento de Áreas Contaminadas, que está sendo elaborado.

CMBM

- Continuidade das obras de drenagem dos refeitórios e alojamento.

Andritz:

- Finalização das atividades de desmobilização das estruturas de apoio provisórias, seguindo o procedimento PE-MA-PIM-001 - Procedimento Desmobilização Estruturas do Canteiro de Obras. Dentre as áreas ambientalmente críticas podem ser citadas: ETDI, caixa SAO, oficina de manutenção, ETE, caixa de acumulação de efluentes sanitários, área dos geradores, galpão de resíduos contaminados, galpão de pintura e jateamento.

- Subestações e Linhas de Transmissão

CCBM:

- Continuidade das atividades de manutenção nas redes, além dos remanejamentos e desmobilização de geradores, bombas e transformadores que não possuem frentes de serviço ativas, além da desmobilização das linhas de transmissão de alta e baixa tensão dos pontos de apoio da equipe de elétrica e bombeamento.

CMBM

- Geradores dispõem de um dispositivo de controle ambiental, bacia de contenção interna, e bacia de contenção externa para aqueles equipamentos que não possuem a bacia interna, para conter eventuais vazamentos;
- Vistoria semanal dos geradores com aplicação de checklist. Caso seja detectada alguma irregularidade, são tomadas medidas de correção, evidenciadas em documentos, planos de ação e relatórios fotográficos;
- Em caso de vazamentos de óleo é realizada a mitigação da área afetada, assim como a manutenção do gerador;
- Em casos de emissão de fumaça preta fora dos padrões permitidos, o gerador é paralisado e encaminhado para manutenção, voltando a ser liberado mediante atendimento à NBR 6016.

Andritz:

- Geradores providos de contenção interna;
- Alguns geradores considerados fixos são posicionados em uma área provida de piso e sistema de drenagem, com bacia de contenção e caixa de acumulação de efluentes;
- Monitoramento através de medição de fuligem, com utilização de escala Ringelmann.

- Áreas de empréstimo, jazidas, bota-foras e estoques

CCBM:

- Foram concluídos os diques do Reservatório Intermediário, Barragem Lateral Esquerda e Direita do Sítio Belo Monte e Barragem Lateral Esquerda de Pimental e as atividades de construção das canaletas de drenagens de Belo Monte;
- Acompanhamento das atividades de conformação dos taludes, implantação das biomantas, hidrossemeadura e controle dos processos erosivos;
- Continuidade no acompanhamento da exploração da Pedreira e manutenção das canaletas de drenagem dos diques e construção das escadas no sítio Bela Vista;
- Continuidade às atividades de regularização do terreno, com construção de curvas de nível, aprimorando o sistema de drenagem das jazidas e bota-foras no sítio Pimental.

CMBM:

- Continuidade no enterrio de madeira na vala implantada na AE-E1, área indicada pela Norte Energia, localizada próxima à barragem Santo Antonio, no sítio Belo Monte.
- Armazenamento temporário em área cedida pela Norte Energia dos novos resíduos de madeira gerados no canteiro de obras do CMBM, enquanto aguarda-se a destinação final, que será feita por enterrio.

- Tráfego, transporte e operação de máquinas e equipamentos

CCBM:

- Manutenção preventiva dos equipamentos, seguindo programação com base nas horas de uso. Planilha de controle revisada semanalmente;
- Verificação da existência de potenciais vazamentos;
- Continuidade ao acompanhamento das manutenções corretivas;
- Monitoramento da emissão de fumaça preta através da escala Ringelman.
- Treinamento dos funcionários envolvidos em atendimento a emergências ambientais e em contato com as comunidades do entorno;
- Umectação constante dos acessos e canteiros por meio de caminhões-pipa, objetivando a prevenção de emissão de partículas suspensas, assegurando a boa visibilidade aos motoristas e operadores.
- Disponibilização de kits de emergência nos equipamentos para utilização em caso de vazamento de óleo ou outros produtos químicos; e

- Plano de Manutenção programada da frota de máquinas e equipamentos, para prevenção de ocorrência de vazamentos.

CMBM:

- Treinamento dos funcionários no atendimento a emergências ambientais e relacionamento com a comunidade;
- Umectação constante das frentes de serviço e pátio de montagem;
- Disponibilização de kits de emergência individuais em pontos estratégicos para utilização em caso de vazamento de óleo ou outros produtos químicos;
- Monitoramento de fumaça preta dos veículos movidos a diesel;
- Acompanhamento dos Planos de Manutenção Preventiva;
- Instalação de placas de orientação e disponibilização de kits de atendimento a emergências ambientais, compostos por material absorvente, sacos plásticos e pás;
- Realização de DDPS – Diálogo Diário de Produção com Segurança nas frentes de serviço, a respeito dos procedimentos que devem ser tomados em caso de vazamento de óleo e/ou produtos químicos.

Andritz:

- Monitoramento de fumaça preta em equipamentos e veículos que utilizam óleo diesel utilizando a Escala Ringelmann;
- Utilização do kit de emergência ambiental, composto por material absorvente, pá e enxada, em casos de derramamento/vazamento acidental de óleo;
- Treinamento dos funcionários responsáveis pelo abastecimento de combustível no uso correto de bandejas de contenção durante o abastecimento de equipamentos e também como proceder em caso de vazamento de óleo.

- Transporte de trabalhadores e de máquinas e equipamentos

CCBM:

- Vistoria periódica, pela equipe de Segurança do Trabalho, dos ônibus vans e veículos leves que transportam trabalhadores;
- Para o transporte de materiais, equipamentos e peças, respeito às normas que definem o porte dos equipamentos, a classe das carteiras de habilitação dos motoristas, estratégias de transporte para minimizar os distúrbios à comunidade;
- Identificação de todos os equipamentos de transporte, tanto de profissionais quanto de equipamentos ou de materiais, de acordo com o sítio construtivo.
- Manutenção preventiva das máquinas e equipamentos. Quando necessário realizar manutenções e reparos de maior especialidade, os equipamentos são encaminhados para avaliação pelo setor de manutenção.

CMBM

- Veículos utilizados para o transporte de funcionários, peças e equipamentos atendem aos requisitos legais e normativos pertinentes;

- Transporte de pessoal realizado por ônibus, equipados com cintos de segurança e motoristas habilitados que passam periodicamente por treinamentos de orientação.

Andritz:

- Funcionários devidamente habilitados e com treinamento específico;
- Elaboração de Análises Preliminares de Riscos e Permissões de Trabalhos Especiais;
- Realização de inspeções diárias através de checklist das máquinas, veículos e equipamentos. Encaminhamento para manutenção específica dos equipamentos e veículos que apresentam anomalias.

- Manejo de substâncias perigosas

CCBM:

- Continuidade na operação do posto de combustível no sítio Belo Monte, composto por tanque aéreo horizontal e dotado de todos os dispositivos de proteção ambiental necessários, tais como: piso impermeável, canaletas de direcionamento do fluxo da água de lavagem de piso (ou caso ocorram vazamentos) para caixa separadora de água e óleo, extintores, cobertura e kits de emergência ambiental. Tanques contendo bacias de contenção com capacidade de 110% daquela de armazenamento do reservatório;
- Solicitação das Fichas de Informações de Segurança do Produto Químico (FISPQs) para os fornecedores das substâncias perigosas;
- Encerramento das atividades do Posto de Combustível Definitivo de Pimental em dezembro de 2016. O combustível foi armazenado em um tanque móvel que se posicionava na área impermeável da Oficina Central que, por sua vez, já se encontrava desativada. As atividades de abastecimento a partir deste tanque móvel tiveram duração de pouco mais de um mês, sendo finalizadas em janeiro de 2017. Atualmente, o abastecimento das máquinas e equipamentos é realizado através dos caminhões comboios, cujo combustível é proveniente do posto de combustível do sítio Belo Monte;
- Abastecimento em campo, realizado pelos caminhões comboios, seguem as diretrizes do Procedimento Operacional para Abastecimento e Lubrificação em Campo (PO CCBM 220 33);
- Devido à necessidade de rocha para utilização na produção de concreto e atendimento das atividades de britagem de rocha para manutenção de acessos, enrocamentos e proteção de taludes, em maio de 2016 foram retomadas as atividades na Pedreira P1A, situada no Sítio Bela Vista;
- A atividade de detonação foi terceirizada à empresa Compel Detonação, a qual é responsável pelo acondicionamento, movimentação das cargas e detonação. O manejo dos materiais usados nas detonações é realizado apenas por profissionais das empresas contratadas, pois os mesmos possuem treinamentos específicos e autorização para a atividade;
- Produtos químicos utilizados nas frentes de serviço dos canteiros, tais como tintas, solventes e outros, são armazenados em locais isolados, com restrição de

acesso, sinalizados e com contenção contra vazamentos. As FISPQ's são mantidas junto às substâncias perigosas utilizadas.

CMBM:

- Abastecimento de combustível dentro do canteiro de obra feito através de caminhão comboio, com bandeja de contenção e pó de serra para uso na contenção ambiental em caso de eventual vazamento;
- Depósito de Produtos Químicos provido de piso impermeável, ventilação e contenção, com identificação quanto aos riscos, com apresentação das FISPQs dos produtos armazenados e com kit ambiental para mitigação de possíveis vazamentos;
- Utilização dos procedimentos da Análise Preliminar de Impactos Ambientais (APIA) nas atividades que apresentam risco potencial de impactos.

Andritz:

- Produtos químicos acompanhados de sua respectiva Ficha de Informação de Segurança do Produto Químico (FISPQ);
 - Abastecimento de combustível dentro do canteiro de obras realizado por caminhão comboio licenciado na SEMA/PA, com auxílio de bandeja aparadora para evitar derramamento em solo;
 - Utilização dos procedimentos da Análise Preliminar de Impactos Ambientais (APIA) nas atividades que apresentam risco potencial de impactos.
 - As estruturas construídas para armazenamento do tanque de óleo com capacidade para 25.000 litros contendo o óleo tipo ISO VG-68, óleo lubrificante hidráulico, estão em processo final de desmobilização, restando para o próximo relatório a descontaminação do piso de concreto e a remoção das estruturas.
- Tratamento de efluentes domésticos e industriais

Efluentes Domésticos

CCBM:

O tratamento dos efluentes sanitários gerados nos canteiros de obra da UHE Belo Monte é realizado pelo sistema de lagoas (facultativa e maturação) no sítio Belo Monte. Em setembro de 2016, a ETE de Canais foi desativada, estando atualmente em processo de desmobilização. Em fevereiro de 2017, com a desativação dos alojamentos de Pimental, a ETE deste Sítio passou a receber apenas contribuição de águas pluviais e o efluente gerado nas instalações da Andritz. Os efluentes gerados nos banheiros químicos móveis e nas caixas de acumulação dos Sítios Canais, Pimental e Bela Vista estão sendo coletados com caminhão limpa fossa e descartados na ETE do Sítio Belo Monte.

Os efluentes são monitorados mensalmente por meio da análise dos seguintes parâmetros: pH (a 20°C); T (°C); O.D.; Sólidos totais; Turbidez; Coliformes totais; DBO₅; DQO; Nitrogênio amoniacal; Nitrogênio total; Fósforo total; Nitrato; Nitrito; óleos e graxas minerais; óleos e graxas vegetais e animais; e *Scherichia coli*.

Semestralmente faz-se uma análise mais completa, incluindo metais pesados, hidrocarbonetos, entre vários outros parâmetros.

Os resultados do tratamento de efluentes para o período de janeiro a março 2017 foram apresentados no RGM-E do CCBM, em quadros resumo no corpo do relatório, e em comparativos e nos laudos incluídos como anexo. O monitoramento é feito por amostragens, conforme estabelecido no procedimento Plano de Amostragem para o monitoramento dos efluentes industriais e sanitários.

Foram apresentadas informações quanto ao volume de efluente gerado por mês, incluindo o número de laudos analisados, o número de laudos satisfatórios e insatisfatórios, e as eficiências de remoção de DBO. Os valores obtidos para cada parâmetro foram comparados com os limites da CONAMA N° 430/11. A análise crítica dos resultados que consta no quadro restringe-se ao parâmetro DBO, já que a legislação brasileira estabelece limites para poucos parâmetros. O Quadro Sintetizado mais uma vez incluiu, além dos resultados das análises dos efluentes sanitários tratados, também as análises de qualidade da água no corpo receptor feitas no período deste monitoramento, em amostras coletadas a montante e a jusante do local de descarte do efluente tratado.

Andritz e CMBM:

O comissionamento da ETE do CMBM foi realizado no período de 12/12/2016 a 27/03/2017. No dia 27/03/2017, iniciou-se a destinação do efluente tratado no Igarapé Santo Antonio (outorga n° 2815/2017, com validade até 02/04/2022). A ETE encontra-se em operação, tratando o efluente gerado no canteiro de obras, alojamento e refeitório do CMBM. O efluente também monitorado. No RGM-E do CMBM foram apresentados o volume de efluente gerado por mês, o número de laudos analisados, o número de laudos satisfatórios e insatisfatórios, e as eficiências de remoção de DBO. Os valores obtidos para cada parâmetro foram comparados com os limites da CONAMA N° 430/11.

Os efluentes domésticos coletados nas caixas de acumulação das instalações da Andritz são destinados para tratamento na ETE Sistema Lagoas/CCBM – Sítio Pimental. Apesar do monitoramento da ETE Pimental ser realizado pelo CCBM, a Andritz também faz o acompanhamento da eficiência do tratamento desta ETE.

Conforme mencionado no RGM-E do PCAI da Andritz, os efluentes domésticos gerados nas suas instalações são coletados nas caixas de acumulação e destinados para tratamento na ETE Sistema Lagoas/CCBM – Sítio Pimental. No RGM-E da Andritz foi apresentada a análise de suficiência de tratamento de esgoto e o laudo de análise de uma amostra analisada em dezembro de 2016. No RGM-E da Andritz foram apresentados os resultados de uma análise realizada em março de 2017.

Do exposto, constata-se que os efluentes do CMBM já não são mais tratados nas estruturas do CCBM, permanecendo nesta situação apenas os da Andritz.

Efluentes Industriais

Além dos resultados do monitoramento dos efluentes domésticos, o RGM-E do PCAI informa também os resultados do tratamento dos efluentes industriais nas Caixas Decantadoras de Sólidos e Caixas Separadoras de Água e Óleo (CSAO).

CCBM:

Até março de 2017 permaneciam em operação, nos Sítios Construtivos, as seguintes unidades de tratamento de efluentes industriais: no Sítio Belo Monte: três CSAO, sendo uma em oficina mecânica do CCBM, uma na Oficina de Telebelts, e uma no posto de combustíveis definitivo. Além disto, existe uma caixa decantadora de sólidos na Central de Concreto Definitiva. No Sítio Pimental: quatro CSAO, sendo uma no posto de abastecimento definitivo, uma na Oficina Mecânica Definitiva, uma na Rampa de Lavagem Definitiva e uma na Oficina de Manutenção / Rampa de Lavagem Ilha Marciana. A caixa decantadora da Central de Concreto Definitiva do Sítio Pimental foi desativada.

As instalações de tratamento de efluentes industriais dos Sítios Canais e Bela Vista se encontram desativadas e algumas desmobilizadas. Há apenas uma CSAO da Oficina Mecânica e rampa de lavagem definitiva do canteiro Bela Vista que se encontra em funcionamento.

O monitoramento do tratamento de efluentes industriais é feito em relação aos seguintes parâmetros: Nitrogênio amoniacal; Óleos e Graxas Minerais; pH; Temperatura; Turbidez; e Surfactantes. Os resultados são comparados aos limites da CONAMA 430/11.

Os resultados foram apresentados no RGM-E em Quadros Sintetizados que informam o total de laudos realizados, a quantidade de satisfatórios e insatisfatórios (um parâmetro extrapolando o limite da legislação já torna o laudo insatisfatório), e a eficiência em porcentagem, considerando os laudos satisfatórios em relação ao total de laudos. Os laudos foram incluídos como anexo, e foi apresentada uma análise crítica dos resultados insatisfatórios, com indicação da ação tomada.

O CCBM também apresenta informações em relação ao controle de limpeza das bacias de sedimentação e Caixas SAO, como o número de limpeza programadas e realizadas, e indicador de atendimento previsto.

Andritz e CMBM:

O efluente industrial produzido pela Andritz é tratado na Estação de Tratamento de Dejetos Industriais – ETDI. Os resultados foram apresentados no RGM-E em Quadro Sintetizado que informa o total de laudos realizados, a quantidade de satisfatórios e insatisfatórios, e a eficiência em porcentagem. A CSAO instalada pela montadora foi desativada em dezembro de 2016.

No caso do CMBM, o RGM-E de março continua informando sobre a ETE para efluentes industriais derivados do processo de decapagem de tubulações instalada em fevereiro de 2016, pertencente à empresa Coneval, que presta serviço ao CMBM. O efluente final tratado fica disponível para reutilização na atividade de decapagem. O efluente tratado fica disponível para reutilização na atividade de decapagem, diminuindo a utilização dos recursos hídricos. Os efluentes gerados em casos de vazamentos de óleo são destinados à empresa contratada ECOPETRO com LO nº 2015011211.

A discussão dos resultados do tratamento de efluentes domésticos e industriais e a análise da conformidade do empreendimento com os padrões legais aplicáveis são feitas adiante, no **Capítulo 7.0**.

- Tratamento da água para abastecimento

As coletas e análises de água são realizadas por meio de uma programação mensal de cada executora.

CCBM:

A única ETA que permanece em operação é a do Sítio Belo Monte. Esta ETA é composta por bombeamento, calha Parshall, sistema de adição de produtos químicos, floco decantador, decantador, filtro de carvão ativado e sistema de desinfecção.

A ETA do Sítio Bela Vista foi desativada em outubro de 2015, sendo a água potável utilizada no canteiro transportada por meio de caminhão pipa desde a ETA do Sítio Belo Monte. As ETAs das unidades de Canais e Pimental foram desativadas em julho de 2016 e fevereiro de 2017, respectivamente.

De acordo com o Plano de Amostragem da Água Potável, o atendimento à Portaria 2914/11 é feito por meio da seguinte grade de amostragem:

- Escherichia coli, Coliformes Totais, Turbidez, Cloro livre, pH e cor são amostrados duas vezes por semana na saída do tratamento e uma vez por semana na rede de distribuição e reservatórios/bebedouros.
- Contagem de bactérias heterotróficas é feita 1 vez por semana em 20% das amostras coletadas.
- Escherichia coli, Coliformes Totais e Cianobactérias são amostrados mensalmente no ponto de captação.
- Amostragem completa conforme anexo VIII da Portaria 2914/11, na saída do tratamento e no ponto de captação, com frequência semestral.

O resultado do monitoramento da qualidade da água nas ETAs e nos bebedouros para o período de janeiro a março de 2017 foi apresentado no RGM-E de março na forma de Quadros e gráficos que informam o total de laudos realizados, a quantidade de satisfatórios e insatisfatórios (um parâmetro extrapolando o limite da legislação já torna o laudo insatisfatório), a eficiência em porcentagem, considerando os laudos

satisfatórios em relação ao total de laudos. No caso de irregularidade, são apresentadas informações como o número do laudo, localização, data da coleta e ação tomada, incluindo o número da RNC ou RAC abertas. Os laudos de potabilidade das ETAs e dos bebedouros do CCBM foram apresentados como anexo ao RGME, assim como os quadros sintetizados de potabilidade, incluindo ETAs e bebedouros. O CCBM também apresentou informações quanto aos laudos insatisfatórios e as respectivas ações tomadas.

Andritz e CMBM:

Desde janeiro de 2017, a água potável consumida pela Andritz é fornecida integralmente pela ETA da própria montadora, localizada no sítio Pimental. Trata-se de uma estação de tratamento de água compacta, com capacidade de tratamento de 20 m³/h, com sistema de tratamento físico-químico por coagulação, floculação, decantação, filtração e desinfecção para remoção do material particulado e coloidal, orgânico ou mineral, responsável pela manifestação de turbidez e cor à água bruta. A ANA, por meio do Ofício nº 1733/2015/SRE-ANA, autorizou a captação de água para a Andritz. Pelo pequeno volume captado, foi emitida a certidão de dispensa de outorga.

O abastecimento da rede de água do alojamento e as frentes de serviço, escritório, Área 1 e Casa de Força é realizado por meio de caminhão-pipa.

O quadro com os resultados da Análise de Eficiência da ETA 20 m³/h (período entre janeiro a março) e os laudos foram apresentados no RGM-E da Andritz.

O CMBM é abastecido por ETA do CCBM (ETAs de 35 m³/h e 100 m³/h do Sítio Belo Monte), sendo a água transportada por meio de caminhão tanque, próprio para a atividade.

Um sistema de tratamento de água foi adquirido pelo CMBM para utilização de águas provenientes de poços artesianos. Os equipamentos deste sistema estão comissionados e liberados para operação, aguardando-se o parecer sobre o pedido de outorga solicitado pelo CMBM à SEMA/PA.

O CMBM apresentou resultados da análise de potabilidade dos poços artesianos.

Em relação aos bebedouros, as manutenções e análises de amostras de qualidade da água são realizadas pelas montadoras. O resultado das análises de potabilidade da água dos bebedouros dessas empresas foi apresentado nos RGM-Es das montadoras através de quadros e gráficos que informam o total de laudos realizados, a quantidade de satisfatórios e insatisfatórios, a eficiência em porcentagem, considerando os laudos satisfatórios em relação ao total de laudos.

A discussão dos resultados será feita no **Capítulo 7.0**, onde se analisa a conformidade do empreendimento com os padrões legais aplicáveis.

- Gestão de resíduos sólidos

As medidas gerais de gestão de resíduos sólidos praticadas pelo CCBM e demais empresas são descritas no **Capítulo 7.0**.

A forma de gerenciamento de resíduos sólidos do consórcio construtor e das empresas montadoras é a mesma. Os RGM-Es do CCBM, CMBM e Andritz incluíram como anexo o Inventário dos resíduos gerados na obra pelas empresas, para o período de janeiro a março de 2017. Esses quadros informam a quantidade gerada por mês para cada um dos 16 Grupos de resíduos classificados, e o tratamento previsto ou realizado para cada tipo de resíduos. Foram apresentados também os quantitativos, no trimestre, dos resíduos destinados às empresas terceirizadas e ao aterro sanitário, discriminados para cada mês e por tipo de resíduo.

Ressalta-se que o CCBM realiza continuamente o reaproveitamento de resíduos gerados nos canteiros, como, por exemplo: tambores metálicos, papel para rascunho, madeira, IBCs (tipo de container que chega à obra com produtos químicos) e pneus, dentre outros materiais. Foram apresentadas as planilhas com o Demonstrativo Operacional de Queima do Incinerador da obra, que evidenciou que o equipamento permaneceu inoperante nos três meses de cobertura deste relatório. O incinerador não opera desde junho de 2016, tendo o CCBM decidido que o mesmo não voltará a operar, devendo ser solicitado o cancelamento da licença de operação junto ao órgão ambiental competente. Os resíduos Classe I serão destinados a empresa subcontratada, autorizada e licenciada para tal atividade.

A Andritz anexou também ao RGM-E os Manifestos de Carga de Resíduos, referentes aos resíduos destinados ao aterro sanitário de Altamira, aos resíduos Classe I, óleo usado e sucata. No período foi informada a realização de enterrio de madeira na área disponibilizada pela NE, ao lado do escritório central da Andritz, conforme procedimento aprovado pelo IBAMA.

Com base nessas fontes de informação, é possível avaliar quais resíduos estão sendo destinados e para onde, e quais ficam armazenados na obra.

Durante o trimestre (out-dez 2016) foi elaborado o procedimento de desmobilização de estruturas que possuem riscos de existência de passivos ambientais, tendo sido aprovado pela Norte Energia.

Desde outubro de 2016 os resíduos de madeira provenientes da construção civil passaram a ser queimados de forma controlada em área implantada na Jazida F2 no Sítio Belo Monte. Essa atividade de enterro e queima controlada de resíduos de madeira da construção civil foi licenciada e autorizada pelo IBAMA por meio do Ofício nº 02001.009529/2016-80 COHID/IBAMA. Apesar desta aprovação, o CCBM continua realizando o controle sobre a reutilização dos resíduos da construção civil, de forma a reaproveitar os materiais e reduzir o volume de resíduos de madeira a serem destinados.

No relatório RGM-E do CCBM é apresentado um Quadro com informações quanto ao volume de resíduos de madeira destinados para queima controlada na Jazida F2, incluindo o volume acumulado desde outubro de 2016 e os valores para os três meses do período.

Ressalta-se que apenas a Central de Resíduos do Sítio Belo Monte encontra-se ativa. As demais, de Pimental e Canais, foram desativadas respectivamente em janeiro e junho de 2016, e a de Bela Vista desmobilizada em janeiro de 2016. O aterro sanitário do Sítio Pimental também teve sua atividade paralisada em razão da redução das atividades no referido canteiro de obras. Portanto, todo o resíduo está sendo coletado nas frentes de serviço e encaminhado para o aterro sanitário do Sítio Belo Monte.

- Emissões atmosféricas e ruídos

Os RGM-Es do CCBM, CMBM e Andritz reportaram, para o período de janeiro a março de 2017, as medições de fumaça preta que realizaram nos veículos e equipamentos, utilizando a Escala Ringelmann. Os Relatórios incluem quadros / planilhas com o número de equipamentos avaliados por cada empresa no período, a quantidade de equipamentos com desvio e a porcentagem dos equipamentos avaliados em relação ao total de equipamentos na unidade.

O monitoramento de fumaça preta do CCBM e do CMBM tem sido feito forma amostral desde o início de 2016, devido à redução do quantitativo contratado e do número de equipamentos em operação.

Em relação ao CCBM, no período anterior havia-se informado sobre a definição de uma nova metodologia de monitoramento de fumaça preta, de forma a obter um maior número de equipamentos avaliados. Conforme procedimento PS CCBM 220-15 – Emissões Atmosféricas R-06, apresentado no período anterior, o monitoramento de fumaça preta passou a ser realizado durante a manutenção de 500 horas de operação dos equipamentos.

Os resultados das medições de fumaça preta são descritos no **Capítulo 7.0**.

O CCBM também reporta o controle de poeira, através da umectação das vias, inclusive daquelas utilizadas pelas empresas CMBM e a Andritz. As montadoras realizam apenas a umectação dos pátios de montagem eletromecânica, por meio de caminhão-pipa.

Em relação ao ruído, a última medição em áreas externas foi realizada em maio de 2016, atendendo a periodicidade anual do monitoramento. A próxima medição deverá ser reportada no próximo RSAP.

- Desmobilização de Estruturas do Canteiro de Obras

As construtoras, especialmente o CCBM, vinham desmobilizando estruturas, equipamentos e instalações dos vários canteiros da obra. No entanto, esta atividade foi descontinuada neste último trimestre em razão da revisão do Procedimento Executivo

PE CCBM 220 39 (Revisão 01 – 12/01/2017), identificado como Desmobilização de Estruturas do Canteiro de Obras. Por outro lado, a empresa Andritz, apesar de não possuir um procedimento de desmobilização aprovado pela NE, continuou as atividades de desmobilização e desinstalação do canteiro de obra no Sítio Pimental; esta situação, inadequada do ponto de vista formal, resultou em dúvidas quanto à efetividade das medidas adotadas pela empresa para garantir a remediação de áreas potencialmente contaminadas verificadas em campo.

O CCBM aplicava o Procedimento Executivo PE CCBM 220 39 (Revisão 01 – 12/01/2017), identificado como Desmobilização de Estruturas do Canteiro de Obras, para definir critérios do processo de desmobilização de estruturas do canteiro de obras do consórcio e destinação dos resíduos gerados, atendendo, assim, às condicionantes das licenças de operação dos postos de combustíveis e o Plano Ambiental de Construção (PAC), para posterior execução das ações propostas no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas. A emissão do procedimento foi muito salutar e já vinha sendo apontada como necessária nas últimas missões de monitoramento. O procedimento estava sendo efetivamente adotado e registrado pelo CCBM, e acompanhado pela NE e sua equipe de supervisão ambiental. O 16º RSAP apresentou algumas evidências da adoção deste procedimento. No entanto, não neste relatório que a mesma preocupação havia sido internalizada pelas demais empresas presentes nos canteiros de obra, especialmente as montadoras.

Sobre o Procedimento Operacional PO CCBM 220 89 (Revisão 00), referente ao processo de desmobilização de estruturas ambientalmente críticas do CCBM, durante a inspeção nas áreas em desmobilização na Ilha Marciana, no Sítio Pimental, foi discutida quando da 16ª Missão de Monitoramento a inserção no procedimento de uma etapa prévia de representação cartográfica das áreas com e sem potencial de impacto ambiental significativo.

No 17º RSAP foram apresentados os mapas de áreas ambientalmente críticas de várias áreas dentro dos sítios das obras, apesar de não ter sido apresentada a revisão do procedimento de desmobilização de estruturas do canteiro de obras. Durante a missão de monitoramento foi relatado pela NE e CCBM que o procedimento havia sido revisado para atender as recomendações da auditoria socioambiental.

No 17º RSAP foi apresentado, também, o Procedimento de Desmobilização de Estruturas do Canteiro de Obras (PE-MA-PIM-001) e o Procedimento Operacional – Desmobilização das Estruturas Ambientalmente Críticas (PE-MA-PIM-001) da empresa Andritz. Os documentos apresentados incluem os procedimentos escritos, tabelas e mapas de áreas críticas e modelos de documentos para registros das atividades realizadas. O documento, em geral, apresenta cuidados adequados para o gerenciamento e tratamento de áreas contaminadas durante as obras, por exemplo, nas áreas de manipulação e armazenamento de produtos químicos, combustíveis, lubrificantes e resíduos, inclusive perigosos. O procedimento ainda cita a realização de amostragens de solo detalhadas e análise do padrão industrial da Resolução Conama 420/09 como parte da avaliação final para descontaminação.

- Observações das Inspeções de Campo da Auditoria Independente

Além da verificação documental, cujos resultados estão apresentados acima, a verificação dos controles ambientais adotados nas obras foi feita também com base nas inspeções de campo em algumas das frentes de obra realizadas pelo consultor independente no período de 15 a 19 de maio de 2017.

As observações efetuadas em ambas as inspeções, evidenciando situações adequadas e inadequadas de adoção das medidas de controle ambiental e de recuperação previstas no PCAI e no PRAD, são apresentadas resumidamente a seguir. O **Registro Fotográfico do PCAI** apresentado no **Anexo 6** ilustra as condições verificadas em cada uma das inspeções.

Observações

Sítio Belo Monte (Fotos 1 a 48)

Alojamento do CMBM – condições de organização e limpeza

A área do alojamento do CMBM não apresenta boas condições de organização e limpeza. Foram identificados problemas como a presença de mato e lixo, falta de alambrado, canaletas desniveladas, contenedores para segregação de lixo quebrados, abertos ou sem sacos plásticos e sinalização para conscientização ambiental ausente ou danificada.

Canteiro de obras do CMBM – condições de organização e limpeza, caminhão comboio, gerenciamento de resíduos, armazenamento de transformadores e oficina de limpeza de peças.

A área do canteiro de obras do CMBM também não apresentou boas condições de organização e limpeza, onde foram encontrados praticamente os mesmos problemas da área do alojamento. Também foram encontrados problemas na segregação do lixo nas áreas de trabalho, falta de kit de mitigação no caminhão comboio, no armazenamento de transformadores para distribuição de energia e na manipulação de solventes em uma oficina de limpeza de peças.

Consórcio ELM – tratamento de óleo mineral isolante

O Consórcio ELM realiza o tratamento do óleo mineral isolante numa instalação onde anteriormente funcionou o posto de abastecimento do canteiro pioneiro. Esta providencia melhorou muito o controle ambiental desta atividade, pois o local possui piso concretado, drenagem perimétrica e caixa de contenção de vazamentos, e simplifica a manipulação de óleo isolante na região da casa de força.

Casa de Força Principal – sistemas de separação água e óleo

A Casa de Força Principal conta, no momento, com dois sistemas separador de água e óleo, localizadas na margem direita do canal de restituição e no septo divisor do mesmo canal.

Oficina de Telebelts

A oficina de telebelts encontra-se desativada no momento e, segundo informações do CCBM, deve ser desmobilizada definitivamente em breve. No local foram verificados problemas na drenagem da área de lavagem de equipamentos, especificamente, na condução dos efluentes para o separador de água e óleo. No entanto, este equipamento não está em uso no momento.

Depósito de argilas pozolanas da Votorantim Cimentos

O depósito da Votorantim Cimentos está sendo reorganizado, sendo que as argilas estão sendo tratadas e, posteriormente, utilizadas na fabricação de concreto. A quantidade de material depositado no local diminuiu sensivelmente, mas ainda é grande. Apesar disto, persistem os problemas de carreamento de material para as áreas mais baixas e vegetadas ao redor da área da Votorantim.

Pátio de equipamentos desmobilizados

No pátio de equipamentos desmobilizados foram verificados os cuidados adotados para evitar a contaminação de solo em razão do vazamento de combustível, lubrificantes e outros fluídos dos equipamentos e veículos.

Sítio Pimental e Canais (Fotos 49 a 82)

Recuperação do Travessão 27

O Travessão 27 recebeu algumas obras de recuperação nos trechos que foram considerados mais críticos. Essas obras contemplaram correção de feições de erosão, drenagem superficial e proteção superficial, no entanto, mesmo nestas obras ainda é necessário reconstruir canaletas e descidas d'águas.

Áreas de empréstimo da margem direita do Rio Xingu

As áreas de empréstimo da margem direita do Rio Xingu receberam conformação topográfica, terraceamento e proteção superficial (hidrossemeadura). As ações adotadas mostraram-se eficientes no controle das águas pluviais e na melhoria da proteção do solo contra ação da chuva. No entanto, alguns trechos precisaram ser repassados no próximo período úmido (correção de feições de erosão e hidrossemeadura).

Canteiro de obras da Andritz

O canteiro de obras da Andritz foi desativado e as construções estavam sendo desmontadas e/ou demolidas. No entanto, foi verificado que a montadora não possui um procedimento aprovado para esta atividade. Além disto, no campo foram verificados problemas de movimentação de materiais com características desconhecidas e provavelmente não inertes junto com outros materiais possivelmente não contaminados (entulhos e madeiras).

Alojamentos da Andritz

O alojamento da Andritz foi desativado e as construções foram desmontadas; os pisos e bases concretados foram demolidas e os entulhos enterrados no próprio local. Não foram encontradas evidências de solos contaminados, feições de erosão e outros passivos ambientais.

Em relação ao auto monitoramento, conforme vem sendo mencionado, o CCBM realiza vistorias diárias nas frentes de serviço das obras, com aplicação de listas de verificação nos pontos de controle estabelecidos em cada Sítio Construtivo. No Relatório do PCAI do 17º RSAP não foi reportado o resultado dessas inspeções.

As não conformidades resultantes da supervisão ambiental realizada pela NE, por meio da empresa BIOCEV, foram verificadas no Relatório Gerencial Mensal da Coordenadora – RGM-C PAC – Obra Principal, que apresenta resultados consolidados até março de 2017. Maiores detalhes sobre essa supervisão são apresentados adiante, na **Seção 6.2.1.2**.

6.2.1.2

Supervisão Ambiental da Norte Energia na OP

Como parte dos documentos pós-vistoria foi encaminhado para análise da consultoria independente o Relatório Gerencial Mensal da Coordenadora (RGM-CRGM-C_PAC) emitido em março desse ano. Apesar do nome mensal, o relatório de março apresenta os dados do 1º trimestre de 2017, consolidando também as informações relevantes relacionadas as atividades de Coordenação do PAC durante todo o período de atuação da BIOCEV, pois trata-se de um relatório cumulativo. Esse relatório inclui, entre outros, os seguintes anexos:

- Atas de reuniões;
- Sobrevoos pela UHE Belo Monte;
- Planilha de gestão dos Relatórios de Inspeção de Campo da BIOCEV - RIC-BIO, para as diversas executoras;
- Relatórios Fotográficos de inspeções do PCAI e do PRAD;
- Planilhas de gestão dos desvios (ROs e RNCs) resultantes das inspeções nas atividades das executoras;
- Quantitativo de RDs sob a coordenação da BIOCEV;
- Relatório de gestão dos registros de desvio do PCAI e PRAD;

- Mapas dos RDs do PCAI e do PRAD;
- Mapa dos Pontos de Controle.

Especificamente no trimestre abrangido por este relatório (janeiro a março/17) foram gerados 7 Relatórios de Inspeção de Campo (RIC-BIO), e elaborados 44 (quarenta e quatro) Registros de Desvios (RDs) do PCAI (16 ROs e 28 NCs), sendo a grande maioria (34 RDs, 77% do total) do CCBM.

Já a gestão do PRAD, executado pelo CCBM, resultou em 23 (vinte e três) RDs, sendo todas NCs.

Conforme a lista de anexos acima, verifica-se que o RGM-CRGM-C_PAC apresentou mapas com a localização dos desvios registrados nos Sítios Belo Monte, Pimental e Bela Vista, no canal de derivação e no travessão 27.

O RGM-C_PAC inclui também um controle dos seguintes indicadores utilizados pela BIOCEV para avaliar a implementação do PCAI e do PRAD:

Indicadores do PCAI:

- I - % de atendimento ao cronograma de vistorias de pontos de controle
- II - % mínima de atendimento ao cronograma de manutenção e limpeza
- III - % mínima de laudos satisfatórios de caixa SAO
- IV - % mínima de atendimento de laudos satisfatórios de bebedouros
- V - % de realização de ações imediatas para laudos insatisfatórios de bebedouros
- VI - % mínima de atendimento de laudos satisfatórios das ETAs
- VII - % de realização de ações imediatas para laudos insatisfatórios de ETAs
- VIII - % de avaliação de laudos recebidos
- IX - % de Laudos Satisfatórios de ETES
- X - % de Ações Imediatas para Laudos Insatisfatórios de ETES
- XI - % de resíduos recicláveis destinados para reciclagem em relação ao total resíduos sólidos urbanos (classe b) destinados

Indicadores do PRAD:

- I - Esforço de fiscalização sobre as áreas interferidas
- II - Quantidade de áreas recuperadas no ano agrícola
- III - Sistema de drenagem definitivo implantado
- IV - Avaliação da taxa de sobrevivência das mudas plantadas

O RGM-C_PAC reportou ainda, em relação à gestão da conformidade, a realização das reuniões ordinárias do PAC e das reuniões extraordinárias.

6.2.1.3

Controles Ambientais e Supervisão nas Obras do Entorno

O resultado da verificação de campo no que tange a Meio Ambiente foi satisfatório, inclusive foi observada redução gradual da quantidade de registros de desvios em cada um dos meses, embora a quantidade de obras também tenha diminuído. A Equipe de SSTMA manteve a verificação de obrigações ambientais, inclusive as contratadas apresentam informações mensais de geração de resíduos, potabilidade de água, licenças ambientais de fornecedores e outros.

No período o número de desvios ambientais resultou em 344 em janeiro, 202 em fevereiro e 180 em março/2017, resultando num total de 726, o que representa uma redução de 18% se comparado com o trimestre anterior. Dos temas de desvios registrados no período, destacam-se Resíduos (84), Check-List de Meio Ambiente (27) e contaminação do solo e água (37), mesmos itens do trimestre anterior. Também existem outros desvios vinculados à temas diversos, tais como “Documental”, não diretamente associados à Meio Ambiente, mas teve como destaque temas como “Licenças” e “Relatórios mensais de destinação de resíduos”.

Em linhas gerais as obras vitorizadas apresentaram condições bastante adequadas de Meio Ambiente. No entanto, a exceção continua por conta da obra paralisada da construção do Sistema viário de Altamira, onde existe uma vala formada pelo processo erosivo formado pela água da chuva em função do sistema de drenagem definitivo não estar concluído.

A Equipe de SSTMA da NE mantém sua metodologia de acompanhamento mensal da geração de resíduos sólidos nas obras do entorno. As diretrizes elaboradas para orientar as empresas contratadas na implantação de planos de gerenciamento de resíduos mantêm o efeito desejado, e as empresas apresentam resultados cada vez melhores nesse tema.

Controle Ambiental nas Obras Paralisadas em Altamira

Nas inspeções anteriores foi evidenciado que as obras de infraestrutura viária e de saneamento (terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial e paisagismo) estiveram paralisadas durante os períodos de abrangência das 13^a e 14^a missões de monitoramento, mas haviam sido retomadas na época da 15^a missão de monitoramento. No entanto, quando da inspeção para a 16^o missão monitoramento foi verificado que a construtora contratada para obras de infraestrutura viária e saneamento não estava mais no canteiro de obras e não havia qualquer atividade nos trechos. Desta forma, as obras estavam novamente paralisadas e sem definição de prazo de retomada. A NE informou durante a inspeção de campo que o contrato havia sido rompido em decorrência da insuficiência técnica da construtora para execução das obras.

Na inspeção para a 17^o missão de monitoramento foi informado que a nova construtora havia sido contratada e a mobilização era esperada para os próximos dias. Os serviços contratados compreendem a Rodovia Ernesto Acioly, Avenida Cel. José Porfírio e ruas

e avenidas no entorno do Parque Linear do Igarapé Altamira. O novo prazo para conclusão destas obras é de 6 meses, ou seja, até o fim do ano de 2017.

As obras nos demais equipamentos públicos, como, por exemplo, mercado de pescados e centro de cultura e memória, estavam paralisadas, apesar de próximas da conclusão. A oficina de barcos foi entregue para uso da associação de pescadores.

As observações efetuadas nas inspeções das OE são apresentadas resumidamente a seguir. O **Registro Fotográfico de Meio Ambiente nas Obras de Entorno**, apresentado no **Anexo 7**, ilustra as condições relatadas a seguir.

Obras na cidade de Altamira

Parque linear do Igarapé Ambé II e Ambé I

A área de implantação do parque linear corresponde ao entorno da região alagada que adentra pelo igarapé, desde a Rodovia Ernesto Acioly até a Rodovia Transamazônica. Neste trecho foi realizada, até o momento, a demolição das construções, remoção de entulhos, resíduos e outros materiais sem utilidade, compensação de corte e aterro para regularização do terreno e eliminar possíveis empoçamentos de água. As árvores de interesse paisagístico e/ou frutíferas existentes no terreno foram mantidas na medida do possível. Na 17ª missão de monitoramento foi verificada a instalação do sistema de drenagem superficial e construção de equipamentos de lazer (calçadas, ciclovia, quadras, parquinhos e quiosques).

Remoção de plantas aquáticas no Igarapé Altamira

A NE removeu as plantas aquáticas que haviam ocupado todo o trecho do Igarapé Altamira que passou a fazer parte do Reservatório do Rio Xingu. Para isso, foram mobilizadas uma balsa, uma retroescavadeira e barcos com motor de popa. Além disto, uma equipe de resgate de ictiofauna foi mobilizada durante a remoção das plantas para salvar os peixes eventualmente presos nas raízes e plantas removidas do igarapé. As plantas aquáticas estão acumuladas na margem do igarapé, mas serão transportadas e definitivamente dispostas no bota-fora do antigo barreiro na Avenida Trancredo Neves (caminho do aeroporto).

Estrada Cama de Varas e RUC Laranjeiras

As obras na Estrada Cama de Varas foram retomadas; os pontos de erosão estão sendo corrigidos, mas provisoriamente foram sinalizados para evitar acidentes com os usuários.

RUC Pedral

As construtoras contratadas para as obras do RUC Pedral estavam terminando a mobilização no local durante a missão de monitoramento.

Bota-fora do RUC Pedral

O bota-fora do RUC Pedral apresenta vários problemas de estabilidade e erosão, sendo que os dispositivos de drenagem superficial implantadas estão assoreados e/ou erodidos e a proteção superficial não foi efetiva no recobrimento do solo.

Bota-fora do barreiro

O bota-fora do barreiro será construído numa antiga cava de extração de barro para olarias. O local já recebeu o material retirado do bota-fora do RUC Pedral e ainda irá receber as plantas aquáticas removidas do Igarapé Altamira. A recuperação do local será facilitada pelas condições deprimidas e planas do local, mas será necessário manter o controle de acesso do local, caso contrário irá transformar-se num bota-fora clandestino de resíduos de construção civil.

6.2.2

Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)

O PRAD é realizado, principalmente, pela empresa CCBM, que foi responsável pela movimentação do solo e rocha durante todo o período construtivo. O quadro a seguir apresenta os quantitativos de áreas previstas e recuperadas nos vários anos de implantação do PRAD:

Ano Agrícola	Quantitativo Previsto a Recuperar (ha)	Quantitativo de Áreas Recuperadas (ha)
2012/2013	0,5	0,62
2013/2014	186,32	145,54
2014/2015	95,45	197,38
2015/2016	561,76	558,43
Total	844,03	901,97

Em atenção à possibilidade das áreas de efetivo plantio de espécies florestais, definidas nos projetos de recuperação de áreas degradadas encaminhados ao IBAMA, serem computadas para fins de geração de crédito de reposição florestal, conforme estabelecido pelo IBAMA no Ofício 111/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 29/05/2012, a NE informou que apenas o realizado no ano agrícola 2013/2014 foi encaminhado ao IBAMA com este direcionamento, por meio da CE 347/2014-DS, de 09/12/2014. Nesse documento foi solicitada a concessão de 24.508 m³ de créditos de reposição florestal correspondente à área de 122,54 ha efetivamente plantada. O PRAD referente ao ano agrícola 2014/2015 seria encaminhado ao IBAMA em julho de 2016, quando seria solicitada a concessão de mais 36.220 m³ de créditos de reposição florestal, correspondente ao plantio de 181,10 ha.

Os resultados obtidos, conforme relato da NE, nas principais atividades previstas no PRAD foram os seguintes:

- Produção de Mudanças
- Estoque de Solo Orgânico

- Conformação e Drenagem do Terreno
- Plantio de Espécies Arbóreas e Herbáceas
- Hidrossemeadura
- Manutenção
- Monitoramento

Conforme já apontado desde o relatório da 13ª missão de monitoramento, o programa apresenta números robustos de execução dos seus vários itens, como por exemplo, implantação de sistema de drenagem, hidrossemeadura e plantios, os quais são consistentes com a grande quantidade de áreas impactadas pelas obras. No entanto, os relatórios apresentados não identificam os retrabalhos realizados, os quais são facilmente verificados no campo.

No RSAP não foram informados os quantitativos de recuperação de áreas degradadas para o ano de 2016/2017, bem como os retrabalhos realizados. As informações apresentadas no 17º RSAP e nas inspeções e reuniões realizadas durante a missão de monitoramento mostraram que as principais atividades realizadas no último período úmido tiveram bastante sucesso na reconformação topográfica, drenagem superficial (camalhões / murunduns, canaletas/valetas e descidas d'água enrocadas), hidrossemeadura, plantio de mudas florestais e refúgios de fauna com resíduos de madeira nas amplas áreas de empréstimo existentes nas margens direita e esquerda do Rio Xingu, no Sítio Pimental, nas áreas de empréstimo e bota-fora do Sítio Belo Monte (que já tiveram a sua utilização encerrada) e nos bota-foras ao longo do Canal de Derivação, especialmente, o Bota-fora BF-33.

Nos bota-fora e áreas de empréstimo merece ser destacado o sucesso obtido com a hidrossemeadura e/ou semeadura no recobrimento de áreas muito amplas, especialmente nas saias de aterros e terraços; esta atividade deverá ser repassada no próximo período úmido para efetivamente proporcionar o recobrimento de todo o solo e propiciar um solo de melhor qualidade para a fixação da regeneração espontânea da vegetação natural.

Além disto, merecem destaque os taludes de corte nas margens do Canal de Derivação, as saias de aterro dos diques de fechamento do Reservatório Intermediário e as margens do Travessão 27, que receberam serviços de correção de feições de erosão, retaludamente ou abatimento de inclinação, sistema de drenagem definitivo e proteção superficial com rachão, hidrossemeadura e/ou biomanta. No próximo período úmido estas atividades precisam ser estendidas para os trechos de áreas de empréstimo e bota-fora afetadas por feições de erosão.

O **Anexo 6** apresenta os registros fotográficos das áreas de implantação do PRAD visitadas na presente missão de monitoramento. As observações de campo das áreas já recuperadas foram apresentadas na **Seção 6.2.1.1**, junto com as observações do PCAI.

6.2.3

Fiscalização Externa – Entidades Oficiais

O 16º RSAP não informa as vistorias realizadas por entidades oficiais na UHE Belo Monte nesse período de monitoramento. Esse tema será abordado no próximo relatório trimestral (abril a junho de 2017).

As inspeções do Ministério do Trabalho são tratadas na **Seção 6.3.6** deste Relatório.

6.3

Desempenho de Saúde e Segurança do Trabalho (SST)

Para consolidação da análise do desempenho de SST da Construção e Montagem foram analisados principalmente os resultados reportados pela NE no 17º RSAP. Nos **Anexos 8 e 9** são apresentados os **Registros Fotográficos de SST das OP e OE**, respectivamente referente às inspeções de campo realizadas no período de 22 a 26 de maio 2017.

6.3.1

Norte Energia (NE)

A Gestão de SST da NE foi estruturada de modo a garantir prioritariamente o gerenciamento das empresas contratadas. No entanto, os principais aspectos legais são plenamente atendidos entre as diversas atividades de gestão que adota. Nesse contexto, está assegurado o atendimento dos seguintes temas:

- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA (abril/2016 a março/2017);
- Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional – PCMSO (abril/2016 a março/2017);
- Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT (Registro em 2012; atualização em 2015);
- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA (SIPAT realizada em setembro/2016 em Altamira, Belo Monte e Brasília, conforme evidências apresentadas; as reuniões ordinárias são realizadas em Belo Monte; os integrantes são indicados por diretoria, garantindo representatividade nas reuniões e disseminação das informações; o mandato atual iniciou em dezembro/2016 com a utilização inédita de um sistema informatizado e seguro;
- Divulgação de riscos e informes sobre saúde ocupacional e segurança do trabalho (via Boletins Informativos);
- Ordem de Serviço de Segurança (OS) apresentada aos funcionários e mantida arquivada;
- Ficha de Entrega de Equipamento de Proteção Individual – EPI: documento que contém as informações relativas ao registro de entrega e do número do Certificado de Aprovação (CA) dos equipamentos.

A descrição apresentada nos últimos RSAPs mostram-se bastante sucintas em termos de desempenho, inclusive os dados da Norte Energia não fizeram parte das tabelas do

Resumo Estatístico Mensal – REM. Assim, é esperado que, a partir da estruturação e desenvolvimento do Sistema de Gestão do Empreendedor, a Norte Energia apresente resultados do desempenho de forma mais estruturada.

6.3.1.1 Obra Principal – Civil (CCBM)

Lista de Verificação (LV) – Spot Check

A quantidade e o resultado de desempenho a partir da aplicação de Listas de Verificações no CCBM passaram a ser apresentados de forma consolidada em decorrência da desmobilização das frentes de trabalho em Pimental, em Canais e Diques. Em Pimental, no entanto, ainda permanecerá uma equipe para execução de “injeções de concreto” que têm como objetivo corrigir pequenas infiltrações na Casa de Força.

No trimestre foram aplicadas 279 Listas de Verificação, sendo 117 em janeiro, 73 em fevereiro e 89 em março/2017. O CCBM, embora tenha reduzido consideravelmente seu efetivo, ainda conta com diversas frentes de trabalho, distribuídas por diversos pontos da Usina. Isso justifica a necessidade de se manter a Supervisão, sempre avaliando a suficiência do volume de verificação em relação à distribuição dos funcionários, atividades em execução, temas críticos etc.

Em termos de desempenho, os resultados mantiveram-se acima de 91%, sendo considerado bom, principalmente nesta fase das obras.

Registro de Desvio (RD)

Foram emitidos 416 para o CCBM, resultado 35% menor do que o total registrado no trimestre anterior. Para tanto foram registrados 154 em janeiro, 156 em fevereiro e 96 em março/2017. De fato, a quantidade de LVs aplicadas também diminuiu. Assim, é possível inferir sobre a relação direta entre redução de efetivo/aplicação de Listas de Verificação e a redução de Registros de Desvios.

O percentual de atendimento desses desvios manteve-se bastante adequado, porém com uma considerável redução em março/2017, quando atingiu 86%. Nos demais meses registrou-se 98% e 96%.

Registro de Não conformidade (RNC)

Ficou evidente que a NE passou a agrupar desvios correlatos em uma única LV, possibilitando a determinação de causas básicas e ações mais abrangentes para saná-los de uma maneira mais efetiva. Essa mudança, alinhada com recomendações constantes nos Relatórios de Monitoramento Socioambientais anteriores, proporciona uma ferramenta distinta dos já utilizados RDs.

Como resultado, no período foram emitidos 14 RNCs, das quais 10 foram fechadas, 1 estava em atendimento e o restante encontrava-se pendente de atendimento, resultando em 79% de atendimento.

6.3.1.2

Obra Principal – Montagem (CMBM)

Lista de Verificação (LV) – Spot Check

No período foram aplicadas apenas 221 LVs no CMBM, o que corresponde a uma redução de 16% em relação ao total aplicado no trimestre anterior. O desempenho mensal variou de 86% a 90%, resultando numa média de 88%.

Registro de Desvio (RD)

Foram registrados 328 desvios no trimestre (aumento de 20%, apresentando-se inversamente proporcional ao efetivo de funcionários, que se manteve no período, e a redução na quantidade de Listas de Verificação aplicadas). O percentual de atendimento desses desvios passou de 66% em janeiro, 62% em fevereiro e 72% em março/2017. De qualquer forma, é importante lembrar que esse resultado foi de apenas 21% em dezembro/2016.

Ao serem questionadas sobre o que havia motivado tais resultados, as Equipes de SST do CMBM e da NE indicaram que a desmobilização de parte da Equipe de SST ainda surte reflexos, porém agravada pela recente determinação de rescisão do contrato de montagem que resultará na saída da empresa em até dois meses. Certamente, existe um empenho evidente em atender as pendências, porém aquelas que requeiram a contratação de algum especialista ou aquisição de recursos, certamente serão desconsideradas.

Registro de Não conformidade (RNC)

De acordo com o RGT-SST dos 125 RNCs emitidos, 11 estavam em atendimento, 81 atendidos e 33 pendentes de fechamento, representando um percentual de atendimento de 74%, pouco melhor do que aquele registrado no trimestre anterior.

6.3.1.3

Obras do Entorno - OEs

A Supervisão de SST é realizada por meio da aplicação de Listas de Verificação de Segurança e Saúde Ocupacional.

As contratadas da NE não reportam seu próprio desempenho. Assim, os dados da supervisão realizada pela equipe interna de NE serão utilizados para reproduzir e permitir avaliação do desempenho das empresas.

Para as contratadas menores e/ou que apresentam pouco risco para a gestão da NE, adotou-se o monitoramento por meio do Resumo Estatístico Mensal – REM, no qual as empresas reportam a quantidade de funcionários, eventuais acidentes com e sem afastamento, dias perdidos e treinamentos realizados. A partir desses dados, o empreendedor tem a possibilidade de reavaliar sua estratégia de atuação.

6.3.1.4

Operação - Eletronorte

Lista de Verificação (LV) – Spot Check

Neste período foram aplicadas 42 Listas de Verificação que apresentaram resultados mensais variando de 88% (em janeiro e março) a 95% (em fevereiro/2017). Na avaliação dos resultados observa-se uma pequena melhora em relação ao trimestre anterior, inclusive considerando que foram aplicadas 20% a mais de LVs (7).

Registro de Desvio (RD)

A aplicação dessas LVs resultou em 61 Registros de Desvios – RDs, representando um aumento de 260%. Para tanto, foram registrados 23 em janeiro, 26 em fevereiro e 12 em março de 2017. A quantidade proporcional de desvios por LV entre os dois trimestres aumentou em 196% (de 0,49 desvios por LV para 1,45 neste trimestre).

O percentual de atendimento teve registro apenas em janeiro de 2017, quando se registrou 4%. Nos demais meses este foi nulo, demonstrando a continuidade do enorme atraso no atendimento das demandas registradas. Vale lembrar que o percentual está sempre atualizado pela data de corte do RSAP, ou seja, até 31/03/2017 foram estes os valores alcançados.

Ao apresentar o resultado anual acumulado, o percentual de atendimento foi de apenas 2%. De acordo com a NE, a presença do Técnico de Segurança próprio dedicado a auxiliar a Eletronorte no atendimento de suas pendências a partir de maio/2017, já traz alguns resultados positivos.

Registro de Não conformidade (RNC)

Situação similar é registrada no tratamento de RNCs. Existiam 34 registros pendentes de atendimento por ocasião do encerramento do 17º RSAP e apenas 7 atendidos, resultando num percentual de atendimento de apenas 20%.

6.3.2

Desempenho de SST da Obra Principal (OP) - CCBM

O CCBM mantém **atividades de promoção e de preservação da saúde** de seus funcionários por meio de seu Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), em consonância com o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

(PPRA), priorizando as ações coletivas e buscando a promoção da saúde e prevenção de doenças.

No que concerne às ações de **Segurança do Trabalho**, o CCBM mantém implantado o procedimento *PS CCBM 220 27* com foco no monitoramento e medição de desempenho utilizados pelo consórcio. Os resultados de todas as ferramentas são cruzados e avaliados criticamente com o objetivo de direcionar as ações corretivas para melhoria de desempenho. As saídas dessas ferramentas foram alinhadas por tema vinculado às causas dos desvios e acidentes.

Os resultados, em termos de acidentes do trabalho, demonstram alto nível de desempenho de uma obra desse porte, além da sedimentação do conhecimento relacionado com a prevenção, o que se configura em práticas seguras observadas em campo. Os funcionários entrevistados evidenciaram conhecer as questões de segurança relacionadas com suas atividades, inclusive apresentaram documentos demandados pela Equipe de SST (listas de presença, listas de verificação, análise preliminar de risco etc.).

Em relação às ações previstas no **Projeto de Segurança e Alerta** o CCBM manteve a sinalização viária e fluvial da fase de obras do empreendimento. Esta última sendo gradativamente substituída pela sinalização definitiva, conforme os projetos estão sendo liberados e aprovados pela Marinha.

O Consórcio Construtor mantém implantado o “*PS CCBM 220 94 - Procedimento para Gestão de Segurança no Tráfego Rodoviário*”. No entanto, não ficou evidente a abrangência da gerência sobre eventuais emergências ambientais durante o transporte de produtos perigosos.

Foram realizadas apenas 2 blitzes de trânsito neste trimestre e emitidas 8 notificações diante da identificação alguma irregularidade com os equipamentos e veículos (4 para funcionários próprios e 4 para terceiros).

Para acompanhamento dos acidentes de trajeto, a NE estabeleceu e mantém indicador relacionado com a frequência de ocorrência de acidentes por grupo de funcionários. De acordo com a informação apresentada, nenhuma ocorrência foi registrada no trimestre.

Referente aos simulados previstos no **Plano de Ação de Emergências (PAE)**, o CCBM atendeu a programação prevista para o trimestre em 89%. Esse resultado não é preocupante considerando todo o histórico de simulação já realizado e ocorrências reais sem maiores implicações de deficiência. No entanto, é importante que as situações emergenciais continuem sendo testadas de modo que a redução de efetivo, as frentes de trabalhos remotas e as diversas mudanças de cenários durante a desmobilização não impliquem em adversidade para o eventual atendimento de vítimas numa ocorrência real.

Por fim, sobre **Treinamentos de SST** aplicados pelo CCBM nenhuma alteração significativa, além da diminuição das horas-homem de treinamento, foi registrada no período. A NE determinou como meta de treinamento 0,5% de toda hora-homem de

exposição ao risco e o CCBM superou esse valor em todos os meses: 3,4% em janeiro, 2,9% em fevereiro e 3,3% em março/2017.

Resumo Estatístico Mensal – REM

Há dois trimestres o CCBM vem registrando ótimos resultados em termos de baixas taxas de frequências de acidentes (no 14º trimestre de monitoramento foi registrado o primeiro período com um mês sem acidentes com afastamento e no trimestre anterior não houve nenhuma ocorrência dessa natureza). Neste 16º período houve apenas uma ocorrência, em fevereiro/2017, que resultou em 90 dias de afastamento. Esse evento resultou numa Taxa de Frequência de Acidente com Afastamento de 1,42 e Taxa de Gravidade de 128, esta última acima do limite máximo admissível pela NE, se considerado apenas o valor mensal.

A NE mantém acompanhamento da qualidade dos relatórios de investigação de acidentes, bem como proposição de ações de melhoria da análise. Para tanto, passou a fazer uso de uma Lista de Verificação específica. Assim, qualquer desvio identificado, deverá gerar um ou mais RDs.

Em março/2017, por exemplo, haviam 27 funcionários afastados.

6.3.3

Desempenho de SST da Obra Principal (OP) – Montadoras CMBM

Com base nas informações apresentadas pelo RSAP, ainda é possível perceber um pequeno incremento da mão de obra, considerando que as admissões têm superado as demissões. O Relatório Trimestral de SST apresentado pela NE apresentou o reporte sucinto das principais ações adotadas pelo CMBM para controle e acompanhamento da **Saúde Ocupacional** de seus funcionários.

A quantidade de exames periódicos e de audiometrias semestrais realizadas ficou abaixo do previsto novamente, porém essas pendências são regularmente sanadas com a realização dos exames demissionais. No entanto, é importante que a Equipe de SST da NE avalie com o quão atrasada está a realização desses exames periódicos.

O Consórcio Montador indicou ter 12 funcionários afastados por motivo de acidente do trabalho no último mês do período.

O CMBM informou que a equipe de saúde não realizou nenhuma campanha, palestra ou treinamento no 1º trimestre de 2017. A justificativa apresentada pela executora foi que as ações previstas na revisão do cronograma do PCMSO se iniciarão em Abril de 2017

No que se refere às ações voltadas à **Segurança do Trabalho**, a inspeção de campo permitiu avaliar a influência da Supervisão realizada pela Norte Energia, cuja metodologia se mostra bastante adequada.

De acordo com o RGT, ocorreram as reuniões mensais ordinárias da CIPA, bem como

participação na investigação dos acidentes em todos os meses. No entanto, nenhuma inspeção da CIPA foi realizada em todo o trimestre, demonstrando pouca atuação da mesma frente às suas obrigações. No trimestre anterior apenas uma fora realizada.

O CMBM evidenciou manter as inspeções periódicas em seus equipamentos, muitas vezes com o apoio de listas de verificação, para garantir que todos os itens críticos estão sendo minimamente considerados. Além disso, continuam sendo realizadas auditorias com foco no comportamento dos funcionários, sendo estas realizadas por diversos profissionais de nível de liderança, além dos integrantes da Equipe de SST. Os resultados desse monitoramento interno foram confrontados na reunião de análise crítica com os dados gerados pela Supervisão da Equipe de SST da NE, conforme apresentado anteriormente.

No conjunto de ações previstas no **Projeto de Segurança e Alerta** o CMBM manteve o Plano de Gestão de Segurança Viária (PGSV). Certamente as responsabilidades do Consórcio Montador são muito menores do que aquelas sob a gestão do CCBM; porém, é possível identificar a implantação de sinalização e ações que visam à gestão do tráfego nas áreas liberadas para uso da montagem.

A NE apresentou a taxa de frequência de acidentes de trajeto do CMBM que resultou em valores nulos no período.

De acordo com o RGT-SST, o CMBM atendeu 100% dos **Simulados do Plano de Ação de Emergências (PAE)** programados nos dois primeiros meses do trimestre.

No que tange à quantidade de **treinamento** aplicada, o RGT-SST-OP indicou que foram registrados 2,6% de HHT/HHER¹ no trimestre, valores que superam o limite estabelecido pela NE. Os temas recaem basicamente sobre normas legais.

Resumo Estatístico Mensal – REM

O CMBM registrou 4 ocorrências no primeiro trimestre de 2017, sendo duas em janeiro e um em cada um dos demais meses. Em nenhum dos meses a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento superou o limite máximo definido pela NE. No entanto, a quantidade de dias de afastamento resultou na extrapolação da Taxa de Gravidade em janeiro/2017 (107 contra 100).

Além dos eventos com afastamento, existiram outros 8 sem afastamento. Em termos de potencial de gravidade, apenas 17% das ocorrências foram classificadas como PG3 e nenhuma como PG4, o mais crítico.

¹ HHT/HHER: hora-homem de treinamento em relação a quantidade de horas-homem de exposição ao risco.

6.3.4

Desempenho de SST da NE, OE e Executoras do PBA

Resultado da Supervisão de SST

A NE apresentou o Relatório Gerencial Trimestral de Saúde e Segurança do Trabalho (RGT-SST) consolidado para todas as suas contratadas, o que incluiu as Obras do Entorno e Executoras do PBA.

No período foram aplicadas 263 Listas de Verificação em diversos contratos ativos, quantidade esta muito próxima daquela aplicada no trimestre anterior. Em janeiro o resultado global (Segurança, Meio Ambiente e Saúde) variou de 3 a 93%; em fevereiro de 12% a 100%; e, em março/2017 de 25% a 100%. Numa simples avaliação é possível identificar que os valores mínimos melhoraram no decorrer do trimestre.

De acordo com a NE, alguns contratos não são avaliados todos os meses, porém no final do período é garantido que todas as empresas executoras tenham sido supervisionadas. Os impedimentos de realização da supervisão ocorrem por diversos motivos, principalmente nas obras indígenas.

No período foram registrados 2.112 desvios, o que representou uma redução de quase 20% em todos os contratos supervisionados. Considerando a quantidade de desvios por Lista de Verificação aplicada, pode-se notar uma melhora ainda maior.

A quantidade de desvios de Segurança do Trabalho oscilou consideravelmente no trimestre: partindo de um pico de 476 em janeiro, passando por 268 em fevereiro e resultando em 362 no último mês. Em relação à Saúde Ocupacional, a situação foi bastante similar, porém com quantidades muito menores. De acordo com o RGT-SST, o tema que apresentou maior expressão no período foi o “Documental”, como nos trimestres anteriores.

O segundo tema que apresentou maior registro de desvios foi, novamente, “Área de vivência e Condições de Trabalho OE”, características de empresas de pequeno porte da região Norte com base no acompanhamento desde o início do projeto.

Sobre esta constatação similar à do período anterior, é importante que a NE analise criticamente os dados e proponha ações mais efetivas de modo a evitar que esses temas continuem sendo apontados como os mais frequentes.

Resultado da Vistoria da Missão de Monitoramento

As atividades de construção do sistema viário de Altamira continuam inacabadas, o que tem proporcionado transtornos para a comunidade, mesmo que os riscos estejam sendo minimizados com a instalação de sinalização.

Além desta, também foram visitadas outras obras, tais como Reserva Técnica de Arqueologia que acomodará os materiais oriundos do resgate; as atividades de

interligações domiciliares executadas por duas das empresas; escritório da FUNAI; e Centro de Estudos Ambientais – CEA.

As frentes de trabalho das obras apresentavam-se bastante adequadas e dotadas das instalações requeridas pela legislação trabalhista. Diversos controles operacionais puderam ser conferidos em campo, reflexo da Supervisão realizada pela NE.

No CEA foi possível conferir as melhorias feitas pela NE, principalmente o novo refeitório e cozinha.

Resumo Estatístico Mensal – REM

No período foi registrada apenas uma ocorrência no conjunto de atividades de construção e de execução do PBA que resultou no afastamento de um colaborador, porém este foi de apenas dois dias. Somente este evento, considerando um efetivo de 180 funcionários, foi responsável por uma Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento de 29,6, e uma Taxa de Gravidade de 59.

6.3.5

Desempenho de SST da Operação - Eletronorte

Desde sua mobilização, a Eletronorte havia apresentado alguns resultados de suas ações para inclusão no RSAP anterior, porém essa ação não foi concretizada para este período. Este e outros motivos contribuíram para que a NE# designasse um Técnico de Segurança para atuar exclusivamente para a Eletronorte, auxiliando na implantação dos controles e geração de evidências. O início de atuação deste profissional foi maio/2017; assim, os primeiros resultados aparecerão apenas nos próximos meses.

6.3.6

Fiscalização Externa – Entidades Oficiais

Neste trimestre não houve qualquer inspeção ou auditoria de entidade oficiais relacionadas à Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional.

7.0

Conformidade Socioambiental do Empreendimento

Neste Capítulo apresenta-se uma avaliação geral sobre a conformidade do empreendimento UHE Belo Monte com todos os requisitos do processo de licenciamento, incluindo o cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo IBAMA e pelos demais órgãos intervenientes no decorrer do processo, e com os padrões legais aplicáveis. Será também discutida a conformidade em relação à estruturação e implementação dos Sistemas de Gestão da Norte Energia e do CCBM, fundamentais para que o Projeto seja desenvolvido atendendo aos padrões legais aplicáveis e aos requisitos do licenciamento.

A avaliação a seguir baseou-se nas informações recebidas da NE e contidas no 17º Relatório Socioambiental Periódico - RSAP (referente ao período de janeiro a março de 2017); em documentos recebidos pós-vistoria; bem como em dados coletados pelo Consultor Ambiental Independente durante as inspeções de campo e nas reuniões mantidas com a NE e/ou empresas por ela contratadas.

Gestão Socioambiental do Empreendimento

Sistema de Gestão da NE

No que diz respeito à gestão das questões ambientais do empreendimento, mais especificamente dos controles relacionados à fase de implantação da UHE, a situação permanece a mesma já informada nos relatórios anteriores, ou seja, as rotinas previstas no SGA continuaram a ser realizadas nesse período de monitoramento.

Quanto à adequação do SGA para fase de operação, no relatório anterior a NE apresentou documento específico com as diretrizes e ações em andamento para estruturação do novo sistema de gestão ambiental. Conforme mencionado no referido documento o SGA seguirá os mesmos preceitos metodológicos adotados no sistema desenvolvido e implantado na fase de implantação do empreendimento.

Nesse período houve atraso do cronograma de implantação do projeto, cujo prazo final expirou em abril de 2017. Até a data de emissão desse relatório não havia sido encaminhado novo cronograma para repactuação dos prazos.

Em relação às informações sobre o SIG-A no período, informou-se apenas que foi estruturado um Plano de Gerenciamento, que tem, como uma das diretrizes, a "estruturação da base de dados cartográfica, a definição e a validação das variáveis presentes nas Planilhas Modelo e a integração do SIGi com aquele implantado pelo SIG-A do PBA".

Nenhuma informação sobre o SGP consta no 17º RSAP, mas sabe-se que ele continua sendo empregado para sistematização online das informações e controle de fluxo de dados.

No que diz respeito ao PAC, que é o Plano do PBA executado pelo CCBM, cabe ressaltar o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, e os Programas de Controle Ambiental Intrínseco – PCAI e de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho e seus dois Projetos (i) Projeto de Controle Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, e ii) Projeto de Segurança e Alerta), os quais também são implementados pelas empresas montadoras, e cujos resultados estão apresentados no **Capítulo 6.0** deste Relatório.

O programa previsto no PAC que trata de **Saúde e Segurança do Trabalho** contempla, em sua maior parte, o atendimento aos requisitos legais brasileiros estabelecidos de saúde e segurança no trabalho pela Portaria 3.214 de 1978 e o conjunto de Normas Regulamentadoras (NR). Esse programa está dividido em: i) Projeto de Controle

Médico, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho; e, ii) Projeto de Segurança e Alerta, conforme já exposto e detalhado anteriormente no **Capítulo 6.0**. As diretrizes previstas nesses projetos, se baseando quase que inteiramente em legislação, passa a fazer parte das obrigações de qualquer contratada. No entanto, podem ser observadas, nos contratos mais antigos, restrições que fazem com que a cobrança do atendimento de pendências por vezes fique prejudicada, o que fora contornado pela Equipe de SST da NE. Assim, é possível estabelecer cobranças inclusive envolvendo os fiscais de contrato, fato que ficou comprovado a partir da entrevista conduzida com o superintendente de montagem nesta missão de monitoramento.

As contratações conduzidas pela **Norte Energia** estão estruturadas de modo que a execução dos *Programas de Saúde e Segurança* e das ações do *Projeto de Segurança e Alerta* seja de responsabilidade direta de suas empresas contratadas, ficando sob sua responsabilidade supervisionar as atividades para garantir que essas empresas tenham condições de alcançar esses objetivos, minimizando os riscos do empreendimento em termos de acidentes, multas, embargos e danos à sua imagem. A Supervisão é realizada por equipe técnica competente e preparada para as atividades.

Um sistema informatizado com plataforma em tablete permite o registro de informação das ocorrências de campo, inclusive com inserção de fotos. Os desvios seguem para os responsáveis e para os gestores, entrando num fluxo até seu encerramento após análise das evidências produzidas e anexadas nesse sistema.

Do ponto de vista da gestão da saúde e segurança do trabalho, o Projeto Hidrelétrico Belo Monte apresenta bons níveis de conformidade com a legislação brasileira. Embora seja possível identificar pendências em campo ou em documentos analisados, estas são pontuais.

A Supervisão de SSTMA, tal como foi estruturada, possibilita a comparação dos resultados com o monitoramento interno de cada contratada da Obra Principal, o que inclui a investigação das causas dos acidentes ocorridos. Essa comparação permite determinar os temas considerados mais críticos e um plano de ação para tratamentos dos mesmos. Entretanto, a supervisão realizada tem condições de melhorar a partir do ponto que associa os desvios à “linguagem” das ferramentas de planejamento, como se tem discutido há algumas missões de monitoramento. Esse cruzamento permitirá identificar o que, no planejamento, deve ser modificado para garantir melhores resultados. No entanto, o que se contata são ferramentas de planejamento (PPRA, PCMAT, APRs e outras) que não são diretamente correlacionadas com os resultados da supervisão realizada pela NE, tampouco com o próprio monitoramento interno das empresas executoras, responsáveis por tais ferramentas.

O **CCBM** passou a considerar os sítios construtivos como sendo apenas uma obra, porém composta por frentes de trabalho, mesmo que distantes umas das outras. Da mesma forma, o reporte da NE em seu RGT passou a acompanhar tal premissa. O desempenho no conjunto de LVs aplicada foi bastante regular neste trimestre, fato mais adequado do que o registrado no período passado. No que se refere ao desempenho no atendimento dos RDs, também foi notada uma regularidade aceitável.

A montadora **CMBM**, por outro lado, apresentou novamente resultados aquém do esperado no que se relaciona com o atendimento das pendências (Registros de Desvios), porém consideravelmente melhor do que o registrado no trimestre anterior. De acordo com as justificativas da empresa, a saída do Gestor de SST, atraso na obra, feriados do fim do ano e situação financeira da empresa/contrato, favoreceram o cenário registrado no trimestre anterior. Neste trimestre o principal fator foi o recente recebimento da carta de rescisão do contrato com a NE. Esses resultados inconstantes demonstram a ineficácia do tratamento dos pontos falhos que se observa de maneira sistêmica e definitiva.

No caso das **Obras do Entorno**, o desempenho neste quarto trimestre de 2016 foi mais adequado do que aquele apresentado no período anterior, inclusive os resultados mais baixos dentre os contratos melhoraram no decorrer dos meses. Sobre a apresentação dos dados seria importante que a NE comentasse ou indicasse a evolução dos contratos com notas mais baixas com o intuito de identificar que melhoram com o passar do tempo, sendo este um grande indicativo da eficácia de sua estratégia de gestão/supervisão. É importante lembrar que muitas dessas empresas possuem pouca cultura de prevenção por ser locais e estão em desenvolvimento a partir do(s) contrato(s) com a NE.

Durante as visitas às obras do entorno ficou evidente os bons níveis de organização das frentes de trabalho, inclusive o conteúdo dos apontamentos dos Técnicos de Segurança da NE é sempre bastante pertinente e têm como foco o planejamento das atividades, evitando muitas vezes a emissão de Registros de Desvios.

A **Eletronorte**, responsável pela operação da UHE Belo Monte, continua a apresentar deficiência no atendimento das pendências identificadas, sendo que para algumas delas a solução ainda tardará a ser atendida, como no caso da elaboração do PPRA, PCMSO e LTCAT, bem como a constituição da CIPA. A quantidade de pendências sem solução ainda é grande. Com o objetivo de garantir o atendimento dos próprios apontamentos feitos pela Equipe de Supervisão da NE, um Técnico de Segurança do próprio empreendedor foi designado para identificar e tratar as pendências, auxiliando as Equipes de Operação e Manutenção na correta condução de suas atividades no que concerne às diretrizes de SST.

A estrutura do Sistema de Gestão de SST em desenvolvimento pela NE para a fase de operação tende a solucionar os entraves para a melhoria de gestão da Eletronorte, porém os resultados devem começar a ocorrer somente no 2º semestre de 2017. A partir de junho, como informado pela NE, a nova diretoria, responsável pela Gerência de SST, certamente trará maior agilidade na aprovação para a consecutiva implantação dos procedimentos que compõem a gestão.

A realização de Auditorias estruturadas por parte do empreendedor deve ser considerada como uma oportunidade de avaliação da gestão, enquanto que a Supervisão foca apenas nas questões operacionais e fomenta as evidências objetivas para direcionar as auditorias de processo.

Neste trimestre a Equipe de SST da NE demonstrou ter modificado a metodologia de registro de não-conformidade, passando a registrar fatos sistêmicos e críticos ao invés de registrá-la em decorrência do atraso de atendimento de Registros de Desvios. Os resultados ainda são preliminares, mas a tendência é que o atendimento sistêmico tenderá a diminuir as ocorrências de mesma natureza.

Em relação à estrutura organizacional da NE, foi possível evidenciar que a proposta se mantém ativa, inclusive é evidente que esta considera o desempenho das contratadas na reorganização da distribuição dos Técnicos de Segurança e/ou necessidade de contratação de novos profissionais. A partir de maio/2017, como relatado anteriormente, um Técnico de Segurança da NE passou a atuar exclusivamente para auxiliar a Eletronorte e garantir a continuidade dos trabalhos independentemente do rodízio dos Técnicos de Segurança da operadora/mantenedora.

Era esperado para 2017 o início da Equipe de Atendimento à Emergência e recursos materiais associados para efetiva implantação do PAE, principalmente na UHE Pimental, em operação desde o início de 2016. No entanto, devido à diversos fatos, os recursos para essa atividade ainda não foram liberados. Assim, a NE continua contando com o apoio de suas empresas executoras para atender eventuais emergências. De acordo com as informações obtidas nesta missão de monitoramento, a definição e o início de atuação da nova diretoria trarão benefícios a este processo, o que será acompanhado na próxima missão de monitoramento.

Em relação ao desempenho de SST, os indicadores reativos do CCBM e CMBM superaram os limites máximos estabelecidos em apenas um dos meses, mais especificamente a Taxa de Gravidade que considera a quantidade de dias de afastamento. Certamente a redução do efetivo resulta num impacto muito maior do que os resultados de trimestres anteriores. O Potencial de Gravidade das ocorrências ficou mais concentrados naqueles menos significativos, inclusive nenhum foi registrado como PG4 (o mais crítico).

O tratamento efetivo dos temas considerados críticos por meio da Supervisão e Análise Crítica da NE para se evitar a recorrência ainda é um ponto de atenção. É esperado que um tratamento adequado por meio da metodologia de Não-Conformidade trará melhores resultados para este assunto.

Em relação aos treinamentos de meio ambiente, nesse trimestre foram treinadas 180 pessoas pela NE, em 13 treinamentos/cursos/palestras dos mais variados temas, totalizando 455,5 horas, sendo 1 treinamento externo e 12 internos. Desses treinamentos, estão relacionados diretamente às questões socioambientais:

- Integração de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente, com a participação de 10 colaboradores;
- NR 05 – CIPA, com a participação de apenas 1 colaborador; e
- Prevenção de Acidentes para Componentes da CIPA, também com a participação de apenas 1 colaborador.

Esses treinamentos, envolvendo também as empresas subcontratadas (obras do entorno), foram informados em Planilha anexa ao Relatório Gerencial Mensal - Atividades da Área de Gestão de Pessoas da NE, período de janeiro a março de 2017.

Quanto aos treinamentos específicos de Meio Ambiente realizados pelo CCBM, vale comentar que o 17º RSAP não trouxe informações consolidadas sobre esse tema, o qual será objeto de verificação nos próximos monitoramentos.

Supervisão Ambiental da NE - OP

Os resultados da Supervisão Ambiental da NE na OP feito pela BIOCEV, considerando as medidas previstas no PCAI (CCBM, CMBM, Andritz) e no PRAD, foram verificados com base no RGM-C PAC – Obra Principal de março/17.

Com base no RGM-C PAC – Obra Principal foi possível verificar o status da gestão de desvios do PCAI e do PRAD para o trimestre janeiro-março, que resultou na abertura de 44 RDs para o PCAI, sendo 16 RO e 28 NC. Para o PRAD, o total de RDs no período foi 23, sendo todos NCs.

Em relação ao fechamento dos RDs emitidos pela Biocev até março de 2017, ressalta-se que no PCAI tem aproximadamente 27 registros de desvios em aberto, sendo 20 não conformidades e 7 registros de ocorrência, possuindo status de aguardando verificação, pendência a vencer e vencido, localizados em todos os sítios. As categorias dos registros de desvios com maiores ocorrências estão relacionadas a problemas referentes a resíduos, organização e limpeza, e produtos químicos.

Já em relação ao PRAD, encontram-se em aberto 42 não conformidades, contendo status de aguardando definições, aguardando verificação, pendência a vencer e vencido, localizados em todos os sítios e nas vias de acesso do empreendimento. Os processos erosivos – construtivos mantêm-se como a categoria com maior incidência de registros de desvios

Há também RIC-BIOS de 2015 ainda pendentes ou em atendimento. A maior parte deles (1 pendentes e 6 em atendimento) é do CCBM. Apenas um RIC-BIO em atendimento é de outra executora (Votorantim).

Para os indicadores do PCAI acompanhados pela BIOCEV, os resultados são os seguintes para os meses de janeiro e março, com destaque em negrito para os números que ficaram abaixo da meta:

Indicadores do PCAI	Meta	janeiro	fevereiro	março
% de atendimento ao cronograma de vistorias de pontos de controle	80	100	100	100
% mínima de atendimento ao cronograma de manutenção e limpeza	85	96,65	98,61	100
% mínima de laudos satisfatórios de caixa S.A.O.	90	57	100	100
% mínima de atendimento de laudos satisfatórios de bebedouro	95	98,7	100	100

Indicadores do PCAI	Meta	janeiro	fevereiro	março
% de realização de ações imediatas para laudos insatisfatórios de bebedouros	100	100	NA*	NA*
% mínima de atendimento de laudos satisfatórios das ETAs	95	100	100	100
% de realização de ações imediatas para laudos insatisfatórios de ETAs	100	NA*	NA*	NA*
% de avaliação de laudos recebidos	100	100	100	100
% de Laudos Satisfatórios de ETEs	95	100	100	100
% de Ações Imediatas para Laudos Insatisfatórios de ETEs	100	NA*	NA*	NA*
% de resíduos recicláveis destinados para reciclagem em relação ao total resíduos sólidos urbanos (classe b) destinados	40	19	25	28

*Não se aplica, pois não foram emitidos laudos insatisfatórios no período.

Em relação aos indicadores informados, no mês de janeiro a *% mínima de laudos satisfatórios de caixa S.A.O.* ficou abaixo da meta. Segundo a Biocev, isso ocorreu devido à identificação de três laudos insatisfatórios nas análises das caixas SAO do CCBM. As tratativas adotadas pelo CCBM foram monitoradas por meio do relatório gerencial mensal da Executora e da Não Conformidade do CCBM RNC-MA-BM-0017-2017, a qual foi concluída com a apresentação de laudos satisfatórios e evidências das ações nas referidas caixas SAO, conforme documentos apresentados no RGM-E de fevereiro/2017.

Em relação a *% de resíduos recicláveis destinados para reciclagem em relação ao total resíduos sólidos urbanos (classe b) destinados*, verifica-se que a meta também não foi atingida no período (janeiro a março de 2017). Segundo a Biocev, em janeiro e fevereiro não foi obtida carga completa de resíduos recicláveis para destinação externa pelo CMBM. Em relação a março, a Biocev informa que o RGM-E do CMBM foi devolvido para correção, uma vez que o mesmo não apresentou o resultado deste indicador. Devido ao atraso na entrega do relatório pelo CMBM, a atualização do resultado deste indicador será realizada no próximo período. O resultado atingido pelo CCBM, em março de 2017, foi de 55%.

Em relação aos indicadores do PRAD, são esses os resultados alcançados pelo CCBM até o momento:

Indicadores do PRAD - CCBM	Meta	Período
Esforço de fiscalização sobre as áreas interferidas	80	1º semestre 2015 = 84% 2º semestre 2015 = 100% 1º semestre 2016 = 100% 2º semestre 2016 = 100% 1º trimestre 2017 = 100%
Quantidade de áreas recuperadas nos anos agrícolas	95 (média anual)	Ano agrícola 2013/2014 = 77% Ano agrícola 2014/2015 = 203% Ano agrícola 2015/2016 = 95% Ano agrícola 2016/2017 = 52%*
Sistema de drenagem definitivo implantado	80 (média anual)	Ano agrícola 2013/2014 = 86% Ano agrícola 2014/2015 = 92% Ano agrícola 2015/2016 = 99%

Indicadores do PRAD - CCBM	Meta	Período
		Ano agrícola 2016/2017 = 86%*
Avaliação da taxa de sobrevivência das mudas plantadas	80	2º semestre 2014 = 80% 1º semestre 2015 = 81% 2º semestre 2015 = 77% 1º semestre 2016 = 74% 2º semestre 2016 = 76% 1º semestre 2017**

* Ano agrícola 2016/2017 em andamento. O resultado mensal é um valor apenas representativo do acompanhamento de parte da meta anual, podendo a mesma ser atingida até o final do período agrícola. Os dados foram atualizados de acordo com o RGM-E de janeiro/2017. Até o momento da emissão do RGM-C (março de 2017) a executora não havia encaminhado os dados referentes aos meses de fevereiro e março de 2017.

** Ainda não foram disponibilizados os dados referentes a 2017, pois o primeiro semestre encontra-se em curso.

Em relação ao PRAD, verifica-se que a taxa de sobrevivência das mudas plantadas têm se mostrado abaixo da média há três semestres, no entanto, a Biocev informa, no seu relatório (RGM-C) de março de 2017, que em todas as estruturas monitoradas são realizadas as atividades de manutenção e replantio de mudas, objetivando a efetiva recuperação das áreas.

Em relação à campanha de monitoramento atual (1º semestre de 2017), a próxima atualização dos resultados está prevista para junho, quando deverão ser apresentados pelo CCBM os dados necessários para realização do cálculo semestral deste indicador.

Requisitos do Licenciamento Ambiental, incluindo o Atendimento a Condicionantes das Licenças

Conforme já informado, neste trimestre a análise dos programas foi feita utilizando as informações disponíveis no 17º RSAP, naquelas coletadas nas reuniões com as equipes da NE (presenciais ou telefônicas) e nas inspeções de campo. Também foram utilizados os dados apresentados no 11º RC para o IBAMA, pois o mesmo não foi contemplado no relatório anterior.

Em relação ao PAC, incluindo o Programa de Controle Ambiental Intrínseco – PCAI, o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e o Programa de Saúde e Segurança, que abrange o Projeto de Controle Médico de Saúde Ocupacional, Segurança do Trabalho (3.4.1 do PBA) e o Projeto de Segurança e Alerta (3.4.2 do PBA), vale mencionar que os mesmos encontram-se em implementação e são coordenados pela empresa BIOCEV, contratada da NE. Informações mais detalhadas sobre o desempenho da Obra Principal frente a estes Programas e Projetos estão apresentadas nas **Seções 6.2.1, 6.2.2, 6.3.2 e 6.3.3.**

Em relação aos Programas e Projetos do Meio Físico, não se verificam desvios significativos no seu desenvolvimento. Com o enchimento dos reservatórios, podem ser verificados os prognósticos, a suficiência e efetividade das medidas de mitigação previstas para a fase de reservatório e operação. É interessante também acompanhar as atividades e os resultados obtidos na recuperação ambiental das áreas dos canteiros de

obras por meio dos programas do meio físico, principalmente pelo Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos e o Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios, mas também pelo Plano de Gestão dos Recursos Hídricos e o Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas.

Os programas do meio físico são os seguintes:

- 10. Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos minerais
 - 10.1. Programa de Monitoramento da Sismicidade
 - 10.2. Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias
 - 10.3. Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos
 - 10.4. Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios
- 11. Plano de Gestão dos Recursos Hídricos
 - 11.1. Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico
 - 11.2. Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados pelos Diques (tratado, a seguir, em conjunto com a limnologia e qualidade da água)
 - 11.3. Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas
 - 11.4. Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água (tratado a seguir em conjunto com a limnologia e qualidade da água)
 - 11.5. Programa de Monitoramento do Microclima Local

Em agosto de 2016 foram encerrados os contratos de gerenciamento de todos os programas do meio físico, exceto do (10.3) Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos que foi continuado em razão do redimensionamento de atividades e prazos ao longo da sua execução. Em outubro de 2016, foram elaborados novos contratos que, em razão das cotações e negociações realizadas, resultaram na continuidade das atividades com as mesmas empresas, exceto para o (10.4) Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios, que foi assumido pela própria equipe de acompanhamento de programas ambientais para o meio físico da NE.

Apesar do lapso de tempo entre os contratos, não houve prejuízo para os programas, pois as coletas de amostras e medições periódicas e/ou contínuas são realizadas por outras empresas, cujos contratos permaneceram vigentes. Na 16ª missão de monitoramento foi verificado que os novos contratos estão em andamento e que as atividades se desenvolvem normalmente.

Os aspectos mais relevantes tratados na inspeção no Reservatório Intermediário e igarapés afetados por este reservatório e na reunião de acompanhamento dos programas do meio físico, realizada em 17/05/2017 com a presença de representantes da NE e Ferreira Rocha, foram os seguintes:

- A NE continua relatando dificuldades com o vandalismo e/ou furto de algumas de suas instalações para coleta de informações, como por exemplo, estações

sismológicas, meteorológicas e fluviométricas. Os equipamentos instalados no campo possuem algumas partes de interesse para furto, como por exemplo, placas solares, baterias, fiação e outros. A NE reforçou as medidas para mitigar este problema, especialmente o reforço das proteções das estações, com construções de alvenaria, chumbadores e ferragens.

- O Programa de Monitoramento da Sismicidade está com as suas atividades prejudicadas em razão do roubo das estações BM1 e BM2, ocorridos entre outubro e novembro de 2016 e da estação BM3 em janeiro de 2017. A estação BM3 foi recuperada no início de fevereiro de 2017. Desta maneira, o projeto ficou sem monitoramento sísmológico local no mês de janeiro de 2017, o qual só foi restituído com a volta do equipamento BM3. Esta situação mantém-se inalterada desde então. A NE relatou dificuldades para providenciar a substituição dos equipamentos perdidos, pois tem sido encontradas dificuldades na importação de parte dos equipamentos necessários.
- O Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias continua aguardando definição sobre o bloqueio definitivo de áreas por parte do DNPM.
- O Programa de Monitoramento da Estabilidade de Encostas Marginais e Processos Erosivos realiza suas campanhas conforme programado, sendo que a 22ª campanha em abril de 2017, respeitando a periodicidade trimestral. Neste período foi identificada uma feição de erosão na margem do Rio Xingu em local cadastrado como TVR1, próximo da “Pousada Mangueiras”, a jusante do vertedouro da barragem no Sítio Pimental. Neste local será realizada uma pequena obra de estabilização da margem e reconstrução de uma cisterna que foi comprometida pela variação do nível d’água subterrâneo.
- O Programa de Controle da Estanqueidade dos Reservatórios permanece aguardando posição do IBAMA quanto ao seu encerramento em razão do esgotamento da motivação original do EIA. As atividades remanescentes em razão de condicionante da LO têm as suas atividades conduzidas pelas equipes da NE.
- O Programa de Monitoramento Hidráulico, Hidrológico e Hidrossedimentológico coleta informações hidrológicas de maneira contínua, e resolveu os problemas anteriormente encontrados com a permanência dos leituristas. A campanha anual de medições em trechos críticos foi realizada em outubro de 2016, coincidentemente com o período seco na região. Além da coleta de informações, durante o período de estiagem, foram mobilizadas equipes de apoio à navegação nos pontos críticos; a próxima campanha de monitoramento será realizada em outubro de 2017.
- O Programa de Microclima Local coleta informações continuamente.
- O Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas teve continuidade com as atividades conforme previsto originalmente e com medições e análises mensais, exceto nos pontos de monitoramento vinculados a situação dos Jardins Independente I e II onde são realizadas medições semanais de níveis dinâmicos.
- A situação do Jardim Independente II foi mitigada com a remoção das famílias localizadas em palafitas na lagoa. O trecho ainda aguarda uma solução com relação à drenagem das águas que permita a desativação do conjunto de bombas operado pela NE.
- A situação do Jardim Independente I, apesar da pressão exercida pelos moradores, permanece inalterada com a continuidade do monitoramento pelo período de 1 ano para verificação da interferência do Reservatório do Rio Xingu no nível d’água

subterrâneo e superficial local. Conforme já havia sido discutido na missão de monitoramento anterior, a análise preliminar dos dados coletados, segundo a NE, sugere que, em resposta ao período de chuva, os níveis aquíferos regionais e locais (suspenso) tendem a subir e igualarem-se numa cota mais alta. Aparentemente, isso tem reflexos em superfície com a subida no nível d'água da lagoa.

Foi informado novamente pela Norte Energia que as campanhas de campo dos monitoramentos da Vegetação (fitossociológicos e fenológicos) seguem sendo realizadas de acordo com a metodologia e os cronogramas previstos. Os últimos resultados foram apresentados no 11º Relatório Consolidado (fevereiro de 2017). No caso do monitoramento da Floresta de Terra Firme, é relatado que, após quatro anos de estudo (2012-2016), verificou-se que a vegetação apresentou alta taxa de regeneração natural nas áreas antropizadas que foram preservadas com a instalação da UHE Belo Monte.

Em contrapartida, a Floresta Aluvial apresentou sensível redução na taxa de regeneração, no período de 2014 a 2016. É informado que essa mortalidade pode estar relacionada aos estresses sofridos pela floresta promovidos pela antropização da área e alagamento em função do período de alta vazão do rio Xingu. Não houve, no entanto, mudanças na composição florística e índices de riqueza da Floresta Aluvial.

Já no monitoramento do componente arbustivo-arbóreo das formações pioneiras, foi observado nos primeiros meses de operação da UHE um número maior de indivíduos mortos e poucos ingressos e, para o monitoramento das Podostemaceae, ainda não se observou diferença nos padrões fenológicos das espécies analisadas. O período de realização dos monitoramentos ainda é insuficiente para atribuir ao enchimento do reservatório às alterações na vegetação verificadas nas análises de dinâmica da população realizadas.

A Norte Energia relatou pouco avanços para os *Projeto de Formação de Banco de Germoplasma* e do *Projeto de Salvamento da Flora*. Houve troca da empresa executora entre outubro e novembro de 2016 e ainda estão sendo renovadas e/ou estabelecidas parcerias com instituições de pesquisa. Tem sido dada ênfase à produção de mudas para a fase inicial do projeto de recomposição florestal das APP dos reservatórios e à coleta de amostras e sementes das matrizes do banco de germoplasma. Em abril, foi realizado um curso de acesso vertical ao dossel, com membros da equipe executora do projeto, para coleta de amostras e sementes das matrizes.

Grande parte da área da antiga Casa de Vegetação foi destinada para a produção de mudas. Há previsão de fornecimento de 50 mil mudas para a primeira fase da recomposição vegetal. No momento, há 325 matrizes do banco de germoplasma marcadas em 26 áreas e seu monitoramento fenológico e coleta de propágulos continuam sendo realizados sistematicamente. Desde o início do projeto, 10 de 15 espécies-alvo tiveram exsicatas confeccionadas e doadas a instituições parceiras. Ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, foram doadas 64 exsicatas (de 7 espécies) e 6.638 sementes (de 12 matrizes e 3 espécies). No entanto, a Norte Energia reportou, na 17ª missão, que o JBRJ informou não ter mais interesse nos materiais botânicos

provenientes das matrizes do projeto.

O Ofício 02001-001546/2017-50/COHID/IBAMA, de 20 de fevereiro de 2017, encaminhou os Pareceres N° 02001-000061/2017-49/COHID/IBAMA e N° 02001-000019/2017-79/NLA/MG/IBAMA, os quais contém análise dos 9° e 10° Relatórios Consolidados, ainda referentes a janeiro e julho de 2016 respectivamente. Nesses pareceres, não constam recomendações à maior parte dos projetos relacionados à flora e à vegetação, conforme apresentado a seguir.

O 17° RSAP não informa progressos sobre o Processo Administrativo N° 02001.006463/ 2015-95, lavrado pelo IBAMA, o qual afirmava ter a empresa deixado de atender às condicionantes, cometendo irregularidades nos processos de supressão vegetal das áreas dos reservatórios. O 15° RSAP informava que os Réus, União, IBAMA, BNDES e Norte Energia apresentaram Manifestação Prévia acerca do pedido liminar. Foi então proferido despacho, determinando ao MPF que se manifestasse acerca do interesse em intervir no feito. Em setembro de 2016, os autos encontravam-se na Autoridade Julgadora de Santarém e era aguardada a emissão de parecer instrutório e manifestação do órgão ambiental sobre eventual agravamento da penalidade.

No âmbito do projeto de destinação da madeira, foram poucos os avanços. A Norte Energia informou que foram utilizados até o momento 25% do volume total gerado de toras e mourão. Até o final de 2016, a estimativa era de 21% (51,9 m³). As serrarias do Travessão 27 seguem em funcionamento, beneficiando a madeira comercial gerada, bem a madeira protegida que tem sido destinada para projetos do PBA. A média mensal de volume de beneficiamento tem aumentado (1,8 mil m³/mês).

Ainda que alguns entraves no sistema DOF tenham sido resolvidos pelo IBAMA, a produção de cavaco ainda não foi iniciada. Foi identificado outro empasse no sistema, referente ao crédito florestal. Como a DWE (empresa que vai produzir os cavacos) irá emitir o DOF na conta da Norte Energia, o crédito florestal será gerado na conta desta última, e assim será necessário outro ajuste do IBAMA para que o crédito seja transferido para a conta da DWE. No 4° trimestre de 2016, a produção de cavaco a partir de resíduo grosso/lenha havia sido iniciada de forma experimental em local provisório e ajustes operacionais estão sendo feitos no picador. A equipe e maquinário seguem mobilizados, esperando autorização para início da atividade.

A Norte Energia reportou que não houve mais incêndios nos pátios desde o primeiro semestre de 2016. O volume de toras perdidas por incêndios nos pátios corresponde a 9% do volume total gerado. Foi informado que atividades de prevenção e combate a incêndios nos pátios de madeira será abrangido pelo “Plano de Atendimento a Emergência do Complexo UHE Belo Monte”, o qual contempla o cenário de incêndios florestais, porém não menciona especificamente incêndios em pátios, precisando ser detalhado e implementado. Além disso, foi informado que a segurança patrimonial tem feito rondas na área do empreendimento e que, no âmbito do Pacuera, estão em fase de planejamento ações relativas a controle fundiário e segurança patrimonial.

Verifica-se assim que a destinação da madeira continua em andamento, sendo de suma importância o esforço contínuo da Norte Energia em articular junto ao IBAMA e à SEMA. Dificuldades ainda persistem, o que causa lentidão na destinação e a dificuldade de planejamento. Cabe mencionar que se prevê que, mesmo com as atividades das serrarias e a produção de cavaco, restará ainda grande volume de material lenhoso nos pátios, cujo tratamento deverá ser discutido posteriormente com o IBAMA. Vale ressaltar que a condicionante N° 2.20 da LO determina a destinação de 100% do volume aproveitável somente das espécies protegidas, otimizando a utilização interna dos produtos florestais para o uso nas obras e nos programas ambientais do PBA, ainda que a destinação dos demais grupos de materiais lenhosos seja uma exigência do IBAMA feita ao longo do processo de licenciamento.

O Parecer N° 02001-000061/2017-49/COHID/IBAMA determina que a Norte Energia envie mais esforços na destinação do material lenhoso e estabeleça uma meta a ser definida com valores superiores às médias mensais do Parecer N° 02001/003924-2016-5. Além disso, solicita a realização de nova modelagem de desmatamento, conforme mencionado no Parecer N° 143/2011, tendo como base a emissão da LI do empreendimento.

Na 17ª missão, foi reportado que estava em elaboração o termo de referência para contratação de empresa executora da recomposição vegetal das APP, que seria divulgado ainda em maio, e que o início da execução das atividades continuava previsto para o próximo período de chuvas (2017 - 2018). No seminário técnico realizado com o IBAMA em dezembro de 2016, foi apontado pelo órgão licenciador a necessidade de rever o quantitativo de áreas a serem compensadas, cuja localização teve que ser revista também em função do reassentamento dos ribeirinhos no reservatório do Xingu. Nova nota técnica segue em elaboração pela Norte Energia, contendo novo quantitativo e localização das áreas a serem compensadas, bem como alteração na metodologia de plantio. Foi escolhida nova área para início das atividades do programa, que possui cerca de 170 ha, sendo 140 ha de vegetação secundária e 30 ha no igarapé Panelas.

Cabe informar que a Norte Energia relatou que irá alterar a estratégia de recomposição vegetal, aproveitando o potencial de regeneração natural da vegetação que se observa em áreas abandonadas e investindo mais na proteção das áreas (cercamento e segurança patrimonial), bem como no monitoramento da recuperação por imagens aéreas. Essa mudança de estratégia é motivada pela enorme extensão de APP que deverá de alvo de recomposição vegetal e pela limitação de recursos, devendo ainda ser submetida ao IBAMA para aprovação. É importante, no entanto, que a nova estratégia seja devidamente planejada, com base na interpretação prévia de imagens, a qual deverá definir as etapas a serem seguidas, prevendo as intervenções necessárias para otimizar a condução da regeneração natural, inclusive roçadas periódicas e enriquecimento. A recomposição da vegetação deverá ser acompanhada por um monitoramento sistemático, que indique as intervenções adicionais que forem necessárias para garantir o seu sucesso.

Por fim, foi informado que o IBAMA não se manifestou formalmente sobre o andamento desse programa, porém que a Norte Energia está em contato com o órgão

ambiental e que há um entendimento de que a recuperação das APP será um processo dinâmico e que terá que ser atualizado periodicamente. Apesar da condicionante 2.28 da LO não estipular um prazo para a realização da reposição florestal, é importante que seu início ocorra o quanto antes possível, devido à grande dificuldade de execução.

Em relação à Fauna Terrestre, o programa de resgate de fauna, dentro do qual é realizado o monitoramento embarcado de fauna nas ilhas de vegetação remanescentes no Reservatório do Xingu, vinha sendo realizado pela NE com frequência semanal, em 16 áreas, com o envio de relatórios mensais.

No CE 0603/2016-DS de 23 de dezembro de 2016, referente ao Ofício 02001.010654/2016-32 COHID/IBAMA, a NE discute alguns pontos e solicita a suspensão do monitoramento das áreas 01 e 02, em função da ausência de fauna arborícola, e a realização de monitoramento mensal com vistorias expeditas semanais nas áreas 13, 14 e 15. O referido documento dispõe sobre o Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna e encaminha o Relatório Técnico Mensal de Monitoramento da Fauna nas Ilhas de Vegetação Remanescentes do Reservatório Xingu da UHE Belo Monte, referente ao período de 22/11 e 21/12/2016 (RT-SFB-No069_3RTM_PSACF).

Segundo a proposta encaminhada, as demais áreas permanecem com monitoramentos semanais para registros detalhados da condição da vegetação e grupos de primatas. Em abril de 2017 o IBAMA encaminhou a Nota Técnica no. 4/2017/COHID/CGTEF/DILIC por meio da qual autoriza o encerramento do monitoramento nas áreas 01 e 02, a manutenção do monitoramento com periodicidade semanal nas áreas 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 16, e a mudança da periodicidade semanal para mensal nas áreas 14 e 15, podendo tornar-se novamente semanal ou até diária, caso sejam observados pontos que necessitem de maior atenção. A NE reporta que os resultados do monitoramento indicam que não há necessidade de resgate de espécies, e não há alteração visível na vegetação. Foram encaminhados para o IBAMA, até o momento, sete relatórios mensais, conforme solicitado pelo órgão licenciador.

O Centro de Educação Ambiental (CEA) contava com poucos animais provenientes do resgate de fauna, e estes já foram todos destinados. A equipe de veterinários continua mantida, conforme solicitação do IBAMA.

No que diz respeito ao monitoramento de fauna nos módulos RAPELD, cavidades e pedrais, todas as campanhas previstas para o primeiro semestre de 2017 foram realizadas, não havendo registro de espécies novas para a ciência. Especificamente no que diz respeito ao programa 12.3.5 (Monitoramento de Invertebrados), em dezembro de 2015 a NE enviou nota técnica que solicita a não utilização da metodologia de amostragem por armadilhas nos transectos. No parecer no. 02001.003924/2016-59 COHID/IBAMA, encaminhado em janeiro de 2017, o órgão licenciador analisa as condicionantes da LO 1317/2015 tendo como base o 9º e o 10º RC's, bem como as vistorias realizadas pela equipe técnica do IBAMA na área do empreendimento, e autoriza a mudança na metodologia. As análises comparativas realizadas até o momento não indicam diferenças entre as situações pré-enchimento e pós-enchimento.

Para quirópteros, na última campanha, devido às chuvas, apenas dois pedrais puderam ser monitorados: a Cachoeira das Araras e a Cachoeira do Mucura. Não houve recaptura de indivíduos marcados.

Com relação à fauna subterrânea, para o qual a NE solicitou a suspensão das atividades previstas no projeto devido à não afetação de cavernas, em março de 2017 o IBAMA emite parecer deferindo o encerramento do projeto após análise da Nota Técnica NT_SFB_Nº091_PAMFS_Encerramento_Biota_281 02016.

Com relação à fauna aquática e semi-aquática, as campanhas previstas para o mês de abril foram realizadas dentro do cronograma. As análises comparativas realizadas até o momento não indicam impactos resultantes do enchimento dos reservatórios ou diferenças entre as situações pré e pós-enchimento. Ressaltam-se os registros de colonização do reservatório intermediário por mustelídeos, aves aquáticas e crocódilios.

Os programas de ecologia e manejo de quelônios também não apresentam até o momento diferenças entre as fases pré e pós-enchimento. Na área de educação ambiental foram conduzidas atividades no Porto de Altamira, em Senador José Porfírio, em Vitória do Xingu e em comunidades ribeirinhas. Já tiveram início as atividades de estabelecimento de parcerias para a instalação de chocadeiras, objetivando as atividades de manejo do próximo período reprodutivo, que terá início em setembro de 2017. A praia artificial do canal de fuga continua sendo monitorada, conforme recomendação do IBAMA, mas não foram detectados ninhos.

Com relação à modelagem de distribuição da Fauna solicitada pelo IBAMA, o último produto foi entregue pela NE em março de 2017.

A avaliação do atendimento às condicionantes da LO, apresentada pelo Órgão Licenciador por meio do Parecer no. 02001.003924/2016-59 COHID/IBAMA em janeiro de 2017, considera as atividades de todos os programas relacionados à fauna terrestre, aquática e semi-aquática (mamíferos, aves, crocódilios e quelônios) com status “atendido” ou “em atendimento”.

Em relação à limnologia e qualidade da água, no período de dezembro de 2011 a janeiro de 2017 foram realizadas 22 campanhas de monitoramento trimestral (dezembro de 2011, março, junho, setembro e novembro de 2012, janeiro, abril, julho e outubro de 2013, janeiro, abril, julho e outubro de 2014, janeiro, abril, julho e outubro de 2015, janeiro, abril, julho e outubro de 2016, e janeiro de 2017) na área de influência do empreendimento e 63 campanhas de monitoramento mensal (período de janeiro de 2012 a março de 2017) de qualidade da água no entorno dos canteiros de obra e em pontos próximos às vias de acesso e linhas de transmissão.

No monitoramento trimestral realizado em janeiro de 2017 foram registradas algumas inconformidades. Nos pontos Aturia, CN02, CN03, CN05, CN06, CN07, CN08, CN09, IGPAQ, IGTIC, RIN1 e TUC01 foram observadas alterações no Oxigênio Dissolvido.

No Ponto CN02 e RIN1 também foram registradas alterações no fósforo total. No ponto IGSA/SEBIM foram observadas altas concentrações de Coliformes fecais.

No monitoramento mensal foram observadas algumas inconformidades em relação aos limites estabelecidas pela Resolução CONAMA No 357/2005. Os pontos onde foram registrados as inconformidades são: PCIBM (turbidez: janeiro e fevereiro de 2017; *Escherichia coli*: fevereiro de 2017; cor verdadeira: janeiro de 2017), PICMB-J (turbidez: janeiro e fevereiro/2017; cor e *E. coli*: janeiro, fevereiro e março de 2017), RXTP (cor: março de 2017), PACBM-M (turbidez: janeiro de 2017; Cor: janeiro, fevereiro e março de 2017; *E. coli*: janeiro e fevereiro de 2017), RX-07 (turbidez: janeiro de 2017; *E. coli*: janeiro de 2017; Cor: janeiro e março de 2017), BM-Captação (oxigênio dissolvido: janeiro e março de 2017), Vila Residencial-J (cor: fevereiro e março de 2017), ETEPIM (cor: março de 2017), PACPIM-M (cor: janeiro de 2017), IQPAQ-M1 (oxigênio dissolvido: fevereiro e março de 2017; *E. coli*: fevereiro e março de 2017; cor verdadeira: janeiro, fevereiro e março de 2017), PACBM-J (turbidez: janeiro e fevereiro de 2017), IGTU (oxigênio dissolvido: janeiro de 2017), IGTR4 – Igarapé Jandiá (oxigênio dissolvido: março de 2017), IGTIC (oxigênio dissolvido: janeiro e março de 2017; turbidez: janeiro de 2017), IGPAQ (oxigênio dissolvido: janeiro de 2017), IGCO (oxigênio dissolvido: março de 2017), IGAturia (oxigênio dissolvido: janeiro e fevereiro de 2017), IGPAQ-M1 (oxigênio dissolvido: fevereiro e março de 2017), IGTR27 (oxigênio dissolvido: janeiro de 2017).

No monitoramento semanal foram observadas algumas inconformidades em relação aos limites estabelecidas pela Resolução CONAMA No 357/2005, nos pontos: ALT-02 (turbidez: março de 2017), PAN-02 (oxigênio dissolvido e turbidez: março de 2017), AMB-J (oxigênio dissolvido: março de 2017), AMB-M (oxigênio dissolvido: fevereiro, março e abril de 2017; *E. coli*: março de 2017), AMB-02 (oxigênio dissolvido: fevereiro e março de 2017).

No monitoramento diário foi observada inconformidade no ponto CN09 (oxigênio dissolvido: janeiro, fevereiro e março de 2017; pH: março de 2017) e no ponto CN09-B (oxigênio dissolvido: janeiro, fevereiro e março de 2017; pH: março de 2017).

No *Projeto de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas* no período de janeiro a março de 2017 ocorreu a 24ª campanha de monitoramento. No decorrer do monitoramento foram verificadas 477 ocorrências de macrófitas aquáticas. Segundo informado pela NE, ocorreram registros em vários pontos do Reservatório do Xingu, no Reservatório Intermediário e nos igarapés Altamira e Ambé. A Família com maior frequência de ocorrência, a espécie com maior ocorrência e as análises das variáveis físicas e químicas das amostras de água coletadas nos pontos com ocorrência de macrófitas aquáticas, além da fauna associada nos estandes mais significativos serão apresentados no próximo relatório consolidado (12º. Relatório Consolidado).

Durante os dias 01 a 10 de maio foi feita a remoção manual e com maquinário das macrófitas (*Paspalum repens*, *Luswigia leptocarpa*, *Cyperus* sp., *Nymphaea* sp., *Eichornia crassipes* e *Ludwigia helminthorrhiza*) no igarapé Altamira no Canal do Parque Natural Municipal Altamira.

Em relação aos *Projetos de Investigação Taxonômica e Monitoramento da Ictiofauna*, no mês de janeiro a março ocorreu à realização da 21ª campanha de monitoramento. Durante a campanha da enchente (21ª campanha) foram coletados aproximadamente 4 mil peixes. O material coletado está sendo processado e identificado no laboratório de Ictiologia, no campus da UFPA em Altamira. Considerando todas as campanhas de monitoramento da ictiofauna, os eventos de resgates na área do empreendimento e as expedições não relacionadas aos programas do PBA foram contabilizados 12 ordens, 48 famílias e 481 espécies de peixes no rio Xingu e seus tributários. Da riqueza total registrada até o momento, 48 espécies de peixes (10% da riqueza total) foram identificadas como endêmicas para a bacia do rio Xingu.

No momento, existem 17 espécies (4,6% da riqueza total) que ainda não foram descritas pela ciência. No período de janeiro para março não teve avanços nas identificações. Em relação ao grau de ameaça, 12 espécies estão classificadas com algum grau de ameaça, segundo a Portaria N° 445/2014.

Até o momento, 2 espécies (*Hypancistrus zebra* “marrom” e *Typhlobelus auriculatus*) foram registradas somente na ADA/AID do empreendimento. Indivíduos de *Hypancistrus* sp. “marrom” estão sendo mantidos nos aquários do Laboratório de Aquicultura e Peixes Ornamentais. A espécie *Typhlobelus auriculatus* foi registrada somente em campanhas realizadas em 2012, nas demais campanhas essa espécie não foi encontrada. Um novo protocolo está sendo elaborado para a busca ativa da espécie *Typhlobelus auriculatus* no período seco.

No *Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna*, nos dias 24/02/2017 a 13/03/2017 ocorreram mortes de peixes no igarapé Ambé. Durante as vistorias no igarapé Ambé, foi recolhido um montante de 2.279 peixes mortos, totalizando 436,72 kg entre os dias 24/02 a 13/03/2017. Entre os indivíduos perecidos foram identificadas 20 espécies de peixes.

Nos dias 24 a 26/02 foram recolhidos peixes frescos. Nos dias 27 e 28/02/2017 não foram observados peixes frescos ou em decomposição.

No dia 01/03/2017, ocorreu o pico de recolhimento de peixes frescos, com o quantitativo de 1.132 peixes, totalizando um peso de 184,81 kg. Do dia 02 até o dia 05 o recolhimento, ainda demonstrou escores de peso consideráveis. Após o dia 08/03/2017 não houve mais a ocorrência de perecimento de peixes na área do igarapé Ambé.

O motivo da mortandade dos peixes foi o déficit de oxigênio dissolvido causado pela decomposição da matéria orgânica da área alagada do entorno. Segundo a NE, no período de cheia, as águas do igarapé Ambé ficaram represadas pelo efeito decorrente da elevação do nível do Reservatório do Xingu e do igarapé, isso fez com que a renovação das águas nas áreas alagadas de montante ficasse mais restrita, levando a um déficit de oxigênio dissolvido causando, pontualmente e em especial no período noturno, condições inadequadas para a vida aquática naquele trecho do igarapé.

No dia 24/03/2016 iniciou-se uma atividade de desassoreamento e limpeza de macrófitas no Canal coletor de água dos igarapés interceptados, próximo ao Canal de Derivação, pelo Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM). Nesta limpeza, foi constatado o aparecimento de alguns peixes pericados e piora na qualidade da água e assim a atividade foi interrompida.

No período de 24 a 26/03/2017, durante a vistoria do Canal coletor de água dos igarapés interceptados foram recolhidos 36332 peixes pericados, totalizando 386,31kg. O pericamento dos peixes está relacionado à piora da qualidade da água após atividade de desassoreamento ocorrida no dia 24/03/17.

Foi constatado que o pericamento de peixes ocorreu somente no dia em que ocorreu a atividade de desassoreamento e limpeza de macrófitas no canal coletor de água dos igarapés interceptados, já que todos os peixes recolhidos entre os dias 25 e 26/03/17 estavam em decomposição e não foi recolhido nenhum peixe fresco. No dia 27/03/17 não foram registrados peixes pericados relacionados às atividades realizadas no dia 24/03/2017.

No dia 28/03/17 foi reiniciada a atividade no canal após reunião de planejamento e adequação do procedimento de desassoreamento e limpeza de macrófitas com intuito de amenizar o impacto sobre a ictiofauna local. Nessa data foram resgatados no Canal coletor de água dos igarapés interceptados 43 peixes vivos, totalizando 1,64kg e recolhidos 17 peixes totalizando 0,13 kg relacionados às atividades realizadas a partir do dia 28/03/17.

No Vertedouro do Sítio Pimental, no período de 01 a 07/03, foi realizado diariamente o acompanhamento ambiental no vertedouro. Durante o período monitorado, foram realizadas várias manobras de abertura e fechamento das comportas dos vertedouros. Todos os dias, foram vistoriadas diferentes áreas a jusante do sítio Pimental e foi recolhido 01 peixe pericado de 3,2 kg relacionado às manobras dos vertedouros realizadas ou ao acúmulo de peixes nos vãos das comportas do vertedouro que estão abertas.

No dia 06/03, ocorreu à drenagem da sucção da UG03-PIM e o resgate de peixes. Foram resgatados 155,85 kg de peixes vivos e 0,810 kg de peixes pericados com lacerações, provavelmente decorrentes do momento da passagem destes indivíduos para a sucção.

No período de 01 a 07/03 as unidades geradoras UG01-BM, UG03-BM e UG04-BM permaneceram em geração comercial e a UG02-BM permaneceu em manutenção. UG05-BM estava em fase de comissionamento, porém nesse período não foram realizados testes. No dia 01/03, houve um *trip* e retorno à operação comercial das UG01- BM, UG03-BM e UG04-BM.

No decorrer da vistoria e acompanhamento ambiental no canal de fuga do sítio Belo Monte no período de 01/03 a 07/03 foram recolhidos 332 peixes pericados totalizando

259,09 kg relacionados aos testes ocorridos na UG05-BM em dias anteriores e ao “trip” das UG01- BM, UG03-BM e UG04-BM.

No período de 22 a 28 do mês de março de 2017, durante o acompanhamento ambiental do comissionamento e operação das unidades geradoras do sítio Belo Monte, as unidades geradoras UG01-BM, UG02-BM, UG03-BM e UG04-BM permaneceram em geração comercial. No decorrer da semana ocorreram paradas de algumas UG's, mas retornaram em seguida à operação comercial. A UG05-BM se encontra em fase de comissionamento.

Durante vistoria e acompanhamento ambiental no canal de fuga do sítio Belo Monte no período de 22 a 28 do mês de março de 2017 foram recolhidos 36 peixes pericidos totalizando 43,10kg relacionados ao comissionamento da UG05-BM

No Sítio Pimental, no período de 22 a 28 do mês de março de 2017, as unidades geradoras UG02-PIM, UG04-PIM, UG05-PIM e UG06-PIM permaneceram em geração comercial. Durante alguns dias na semana ocorreram paradas de algumas UG's, mas retornaram em seguida à operação comercial. A UG01-PIM permaneceu parada para manutenção e a UG03-PIM permaneceu parada para manutenção das 4000 horas. Diariamente, foram vistoriadas diferentes áreas a jusante do sítio Pimental e não foram recolhidos peixes pericidos relacionados à geração comercial das unidades geradoras.

No vertedouro do Sítio Pimental, diariamente foi realizado o acompanhamento ambiental sendo realizada observação direta para contagem dos peixes nos vãos com comportas abertas. Todos os dias, foram vistoriadas diferentes áreas a jusante do sítio Pimental e não foram recolhidos peixes pericidos impactados pelas manobras dos vertedouros realizadas ou ao acúmulo de peixes nos vãos das comportas do vertedouro que estão abertas.

No período de 01/05 a 10/05/2017, foram realizadas ações de remoção de macrófitas aquáticas no igarapé Altamira. Uma equipe está acompanhando as atividades de resgate de peixes vivos ou recolhimento de peixes pericidos. Devido aos baixos valores de oxigênio dissolvido registrados na área onde foram realizadas as atividades de remoção, as equipes realizaram m monitoramento diário da qualidade d' água com sonda multiparâmetros e quando foram identificados riscos, a equipe foi mobilizada para ações rápidas de resgate de ictiofauna.

Durante as ações de resgate foram recolhidos sete indivíduos de peixes pericidos, totalizando 0,77 kg de biomassa.

Em relação ao *Projeto de Aquicultura e Peixes*, no período de janeiro a março de 2017 ocorreu uma desova da espécie *Pseudacanthicus* sp. “vermelho” (460 alevinos), duas desovas da espécie *Hypancistrus* sp. “marrom” (17 alevinos) e seis desovas da espécie *Hypancistrus* sp. “pão” (74 alevinos) no Laboratório de Aquicultura e Peixes Ornamentais, localizado no Campus da UFPA em Altamira. Estão sendo realizados experimentos de alimentação, reprodução natural, micro habitats e alevinagem com as espécies *Hypancistrus* sp. “pão”, *Hypancistrus* sp. “marrom”, *Hypancistrus zebra*,

Scobinancistrus sp. “tubarão”, *Baryancistrus xantheus* e *Pseudacanthicus* sp. “vermelho”.

Em relação ao *Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável*, nos dias 01 de janeiro e 03 de fevereiro de 2017 foram realizadas Reuniões Ordinária da Comissão da Pesca e Aquicultura no âmbito do Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte para discutir a assistência técnica para atendimento do *item c* da Condicionante 2.24. Os pescadores não querem a capacitação oferecida pela NE, alegando que eles estão com dificuldade para pescar e vender o pescado, além disso, eles estão com dificuldade de navegação no rio Xingu por causa do banzeiro. Os pescadores solicitaram a NE um Plano Emergencial (voadeira, combustível, valor mensal de 4.500 reais, kit pesca completo, cesta básica, etc) para os impactados.

Em relação à questão da pesca (Programa de Incentivo a Pesca Sustentável), na reunião da Comissão da Pesca do Fórum de Acompanhamento Social de Belo Monte (FASBM) (26/01/2017) foi proposto à criação de um Grupo de Trabalho da Pesca para discutir e auxiliar na implantação das “ações emergenciais” de curto prazo para os pescadores. O Grupo de Trabalho foi criado em fevereiro (03/02/2017) quando foi apresentada a proposta da NE para o atendimento as demandas apontadas pelos pescadores durante a FASBM (Ação 1: Mapeamento de pontos críticos de acesso ao rio, conforme percepção dos pescadores; Ação 2: Mapeamento de pontos críticos à navegação e instalação de pontos de apoio em locais de maior ocorrência de banzeiros; Ação 3: Monitoramento e Atendimento Social aos pescadores). Essas demandas são parte integrante do Plano Estratégico de Assistência à Pesca na região de inserção da UHE Belo Monte.

Nos dias 17, 21 e 23 de fevereiro de 2017 a NE realizou expedições em vários trechos do Rio Xingu para verificar as questões relacionadas às condições atuais de navegação (Atendimento das Ações 1 e 2).

No dia 23 de fevereiro de 2017 a NE protocolou no IBAMA Plano Estratégico para Implantação de Assistência Técnica ao Setor Pesqueiro da UHE Belo Monte, em Atendimento às Condicionantes 2.24 E 2.26 – Licença de Operação 1317/2015. Para a implantação do Plano Estratégico, o diálogo com os pescadores será conduzido com o auxílio dos representantes e interlocutores deste público alvo, de modo a adequar as atividades de assistência, capacitação e fortalecimento institucional à realidade local.

O Plano estratégico vai beneficiar o grupo de pescadores afetados pela implantação do empreendimento cujas atividades são desenvolvidas na AID - região do TVR, do RX e do TRV e o grupo de pescadores e usuários das RESEXs. Para atendimento da alínea ‘c’ da condicionante 2.24 da LO, complementada pelo Ofício 3599/2016 (de 08/04/2016), o público-alvo das ações de assistência técnica será a população tradicional usuária (moradora e beneficiária, conforme o que dispõe seus Planos de Manejo) das RESEX Riozinho do Anfrísio, Iriri e Rio Xingu.

A NE informou para a consultoria independente que o ICMBio não se manifestou sobre a proposta de assistência técnica nas RESEX Riozinho do Anfrísio, Iriri e Rio Xingu.

Os resultados da dinâmica populacional da ictiofauna monitorada nesse projeto serão apresentados no próximo relatório Consolidado para o IBAMA (11^a. Relatório).

No *Projeto de Implantação e Monitoramento de Mecanismo para Transposição de Peixes*, no mês de abril houve a marcação de 13 indivíduos e em no mês de maio mais ou menos 50 indivíduos com pit tag. O sistema de Vídeo-Imagem está em funcionamento somente em um dos lados, porque o visor está com algas. Está prevista uma nova drenagem do STP para a conclusão da instalação das estruturas e equipamentos para o monitoramento dos peixes entre os meses de setembro a outubro de 2017.

Quanto ao Meio Socioeconômico, a análise das atividades desenvolvidas no período foi baseada na atualização no 17º RSAP e anexos, no quadro de Atendimento de Condicionantes da UHE Belo Monte e nas informações obtidas em conferências telefônicas ocorridas nos dias 15 e 17 de maio de 2017.

O resultado dessas análises confirma as constatações da missão passada de que as atividades dos programas propostos no PBA estão sendo atendidas mesmo que, em alguns casos, com revisões de cronograma acordadas com o IBAMA. Acrescenta-se a isso que o atendimento às novas exigências colocadas pelo IBAMA durante o processo de obtenção da Licença de Operação também está em curso, com cronograma de execução que se estende para o ano de 2017.

Gestão dos programas sociais

No organograma enviado pelo setor de Recursos Humanos da Norte Energia, há o grupo dos Acionistas, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração que encabeçam a linha de gestão da empresa. Abaixo desse Conselho de Administração está a Presidência e ligadas à Presidência estão a Diretoria de Construção, Diretoria Financeira, Diretoria de Fornecimento e Montagem, Diretoria de Gestão, Diretoria de Relações Institucionais e Diretoria Socioambiental, para os programas do meio socioeconômico que têm continuidade nesta fase da licença de operação da UHE Belo Monte.

O Quadro de Colaboradores da Norte Energia por Diretoria teve a evolução conforme **Tabela 7.0.a**, a seguir.

Tabela 7.0.a
Quantidade de trabalhadores por diretoria

Especificação	Dez/10	Dez/11	Dez/12	Dez/13	Dez/14	Dez/15	Dez/16	Mar/17
Presidência	3	19	14	14	15	17	12	12
Construção	4	105	35	26	75	76	57	52
Financeira	6	36	30	27	27	27	28	29
Gestão	4	65	47	42	72	75	67	60
Fornecimento e Montagem	4	20	21	22	24	34	43	42
Relações Institucionais	1	3	36	7	10	11	10	8
Socioambiental	7	69	57	120	92	107	222	174
P&D	-	-	-	-	-	-	1	1
Total	29	317	240	258	315	347	440	378

Fonte: 17º RSAP – Relatório Gerencial Mensal / Gerência de Recursos Humanos, Norte Energia, 2017.

Em relação à função dos colaboradores, a **Tabela 7.0.b**, a seguir, demonstra a quantidade de trabalhadores por categoria de cargo e localidade.

Tabela 7.0.b
Número de colaboradores por categoria de cargo e localidade.

Categorias	Brasília	%	Altamira	%	Total	%
Diretores	1	2,0%	3	0,9%	4	1,0%
Superintendentes	3	5,9%	8	2,4%	11	2,9%
Assessores	2	3,9%	2	0,6%	4	1,0%
Gerentes	5	9,8%	26	7,9%	31	8,1%
Profissional Nível Superior Especialista	5	9,8%	18	5,4%	23	6,0%
Coordenadores	2	3,9%	34	10,3%	36	9,4%
Profissional Nível Superior	25	49,0%	64	19,3%	89	23,3%
Profissional Nível Médio - Especialista	2	3,9%	55	16,6%	57	14,9%
Profissional Nível Médio	2	3,9%	102	30,8%	104	27,2%
Administrativo	4	7,8%	19	5,7%	23	6,0%
Total	51	100%	331	100%	382	100%

Fonte: 17º RSAP – Relatório Gerencial Mensal / Gerência de Recursos Humanos, Norte Energia, 2017.

No período de janeiro a março de 2017 foram contratados 14 colaboradores, sendo 06 na Diretoria Socioambiental, 03 na Diretoria de Gestão, 02 na Diretoria de Montagem e 03 estagiários.

Na Diretoria Socioambiental foram contratados 02 profissionais com nível de gerência socioambiental, um de coordenação e 01 administrativo, como substituição por motivos de reestruturação da área; um profissional para atuação técnica, no projeto de ligações intradomiciliares pela Gerência de Fiscalização de Obras do Entorno e um profissional contratado na Superintendência do Meio Socioeconômico para atender às demandas internas da área, sendo incluído à cota de PCD.

No primeiro trimestre de 2017 foram feitas 80 demissões por finalização de contrato determinado, demissões sem justa causa, além de encerramento do contrato de estágio. Na Diretoria Socioambiental 58 colaboradores foram desligados, sendo 45 por término de contrato, sem interesse da empresa pela prorrogação e/ou efetivação, além do encerramento das atividades previstas no ato da contratação, um contrato de diretor estatutário, 11 efetivos e um estagiário que completou o período permitido de dois anos de estágio.

Também foram desligados da empresa funcionários de outras diretorias: Gestão (6 profissionais contrato efetivo e 2 estagiários); Construção (5 profissionais); Montagem (3 profissionais); Presidência (1 diretor); Institucional (2 profissionais). Financeiro (1 profissional e 2 estagiários).

Quanto aos treinamentos, no período de janeiro a março de 2017 foram treinadas 180 pessoas, em 13 treinamentos dos mais variados temas, totalizando 455,5 (quatrocentas e cinquenta e cinco horas e meia), sendo 12 treinamentos internos e 01 externo.

Andamento dos programas sociais

- Gestão da Gerência de Comunicação e Interação Social

Continuaram as ações do *Programa de Interação Social e Comunicação (7.2)* que está sendo desenvolvido em conjunto com o *Programa de Educação Ambiental (7.3)*. Continuam as seguintes atividades:

- Plano de Comunicação para Moradores da Volta Grande do Xingu, voltado à interação social com as comunidades não indígenas residentes e/ou que transitam no TVR com objetivo de mapear cenários, expectativas e demandas, mantendo as comunidades esclarecidas sobre a operação do empreendimento, inclusive sobre alterações de vazão e navegabilidade;
- Ligações Domiciliares às redes de água e esgoto dos imóveis situados no perímetro urbano de Altamira, conforme delimitação estabelecida no Projeto 5.1.9 – Projeto de Saneamento de Altamira – visitas porta a porta a cerca de 18 mil imóveis;
- Interface de transição para o Programa de Educomunicação, conforme solicitação do IBAMA;
- Sistema de consultas e Reclamações: Central de Atendimento “Belo Monte Aqui” - 0800 e Plantão Social;
- Continuidade das atividades Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte – FASBM.

Em relação à comunicação social prevista no Plano de Enchimento dos Reservatórios da UHE Belo Monte, no período entre fevereiro e maio de 2017 realizaram-se as seguintes ações: (i) 286 visitas de mobilização em 20 comunidades; (ii) 11 reuniões comunitárias, contando com 274 participantes; (iii) 91 anúncios sobre a presença dos agentes de campo na região e cuidados em épocas de cheia veiculados na Rádio Poste – Ressaca e Rádio Vale do Xingu; (iv) 16ª Reunião da Comissão de Gerenciamento Integrado da

Volta Grande do Xingu e a 12ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do Sistema de Transposição de Embarcações - STE.

Foi dada continuidade às atividades dos Núcleos de Comunicação Social (NCS) que tem como finalidade sensibilizar o público-alvo das ligações domiciliares sobre os benefícios do saneamento e a importância da ligação às redes de água e esgoto. Também tem como atribuição consultar e solicitar dos moradores autorização para execução da obra e, conseqüentemente, permissão de acesso para que as empreiteiras contratadas implantem as ligações. Desde junho de 2016 até maio de 2017 tinham sido realizadas 67.314 visitas porta a porta, tendo sido registrados 16.811 aceites e 322 recusas. Outros casos registrados foram: 127 imóveis não habitados; 83 terrenos baldios e 3.422 proprietários não localizados.

As atividades do Núcleo de Atendimento Social – NAS, responsáveis pela triagem e atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, totalizaram 2.840 visitas até maio de 2017, tendo sido atendidas 911 famílias / 816 lotes. Foram registradas 87 situações de vulnerabilidade pontual e foram concluídos 818 monitoramentos.

Continuaram as reuniões do FASBM. Entre fevereiro e abril um total de 138 pessoas participou das seguintes reuniões: 18ª Reunião do Colegiado, 18º Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento do Projeto de Reassentamento Urbano Coletivo/RUC, 16ª Reunião da Comissão de Acompanhamento dos Planos, Programas e Projetos Socioeconômicos e Culturais e 12ª Reunião Ordinária da Comissão dos Planos, Programas e Projetos dos Meios Físico e Biótico.

Continua em funcionamento a Central de Atendimento “Belo Monte Aqui”, composta pela Central 0800 e pelos Plantões Sociais. Estes canais de comunicação funcionam de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h. Os atendentes da Central 0800 foram instalados no Núcleo de Comunicação Social (NCS), passaram a interagir diretamente com a equipe responsável pelas ligações domiciliares. Essa proximidade, favoreceu a agilização e operacionalização dos atendimentos, inclusive de solicitações de visitas aos proprietários de imóveis para obtenção das autorizações de obras.

No período de fevereiro a abril de 2017 foram realizados 2.401 atendimentos pela Central de Atendimento Belo Monte Aqui – sendo, (i) 2.288 atendimentos relacionados às ligações domiciliares (95,3% do total das ligações); (ii) 85 atendimentos relacionados aos RUCs (3,5%); (iii) cinco atendimentos relacionados à Volta Grande do Xingu (0,2%); e, 23 por outros motivos (1,0%). No Plantão Social foram 306 atendimentos recebidos, a maioria ainda sobre aspectos construtivos dos RUC (36%), informações sobre lotes comerciais (29%) e sobre infraestruturas do RUC (18%).

No âmbito do Programa Educomunicação, realizaram-se as seguintes atividades:

- CAMPANHA “ÁGUAS DO XINGU 2016” - Produção Coletiva de Vídeos Ambientais - Recursos Hídricos e Resíduos Sólidos. Dia Mundial da água - Cineclubes e dinâmicas lúdicas de sensibilização, Árvore dos Sonhos, Palestras,

Estudo do Meio e Capacitação audiovisual em andamento. Cerca de 300 pessoas participaram das atividades;

- CAMPANHA “SANEAMENTO BÁSICO. CUIDE, FAÇA A SUA PARTE!” - Educação Sanitária para Uso do Saneamento Básico - Apoio Técnico e Financeiro ao CREAX. Continuidade da parceria - ações ampliadas aos moradores dos 19 bairros atendidos pelas ligações domiciliares. Um total de 413 pessoas participou das atividades no período entre março e maio de 2017;
- CAMPANHA “ALTAMIRA LIGADA NA REDE, SANEAMENTO É SAÚDE”. Ciclo de palestras em escolas da cidade iniciado em outubro de 2016, tendo sido realizadas 55 palestras e contado com a participação de 2.252 pessoas. Mais de 2.000 spots e VTs veiculados e entrevistas concedidas a emissoras de TV locais.

As ações do *Programa de Desmobilização de Mão de Obra (3.6)* foram reestruturadas, tendo sido elaborada uma metodologia de monitoramento da mão de obra desligada. A metodologia desenvolvida compreendeu: (i) pesquisa dos indicadores de emprego e renda com agências públicas e dados do empreendedor, notadamente da Construção Civil; e (ii) pesquisa com os desmobilizados da UHE Belo Monte. Esta pesquisa de monitoramento com o contingente da mão de obra desligada, realizada por telefone, obedeceu aos seguintes parâmetros: (i) desmobilização por redução do quadro; (ii) desligamento inserido no marco temporal semestral; (iii) distribuição dos entrevistados segundo a origem geográfica à data da contratação.

Para este item foi considerado residente local o morador de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, no estado do Pará; residente regional os trabalhadores da AII do empreendimento: Placas, Uruará, Medicilândia, Pacajá, Porto de Moz e Gurupá – assim como os demais municípios do Estado do Pará; e residente não regional os trabalhadores oriundos de outros estados do Brasil, que não o Pará, e ainda aqueles vindos do exterior.

Em relação aos trabalhadores desmobilizados, continuam em andamento pelo CCBM e sua equipe de recursos humanos as ações de desmobilização da mão de obra, conforme os procedimentos estabelecidos desde o início desta ação. A desmobilização tem sido gradativa e sem incidentes, com um número bastante expressivo no começo e, agora, em menor escala.

O **Quadro 7.0.a**, a seguir, mostra o efetivo de trabalhadores do CCBM nos meses de novembro de 2016 e em fevereiro de 2017. A desmobilização ocorrida neste último período totalizou 2.247 trabalhadores, incluindo trabalhadores próprios e terceiros.

Os dados mais recentes fornecidos pela equipe de Recursos Humanos do CCBM indicam que havia, em abril de 2017, um efetivo de 3.240 trabalhadores diretos do consórcio, entre pessoal ativo e afastado e aprendizes. A quantidade de trabalhadores terceirizados era de 257, totalizando 3.497 entre pessoal contratado diretamente e pessoal terceirizado. Outra informação fornecida foi a quantidade de pessoal alojado que era de 1.502 trabalhadores.

Quadro 7.0.a
Trabalhadores existentes no CCBM

Local/sítio	Novembro/2016			Fevereiro/2017		
	Ativos	Terceiros	Total	Ativos	Terceiros	Total
Canais	108	78	186	78	11	89
Diques	235	-	235	134	-	134
Belo Monte	4.407	231	4.638	3.220	206	3.426
Pimental	797	34	831	186	20	206
BM Infraestrutura	198	128	326	186	113	299
Total	5.745	471	6.216	3.804	350	4.154
Aprendizes	284	-	284	99	-	99
Total	6.029	471	6.500	3.903	350	4.253

A Vila dos Trabalhadores continua em pleno funcionamento, com unidade de saúde, praças de vivência, novas melhorias, abertura de novas lojas no centro comercial. Foi realizado um evento no dia 1º de Maio com passeio ciclístico.

Foram desmobilizadas 211 pessoas, dentro do cronograma de desligamentos e sem problemas. Está prevista uma redução para um contingente de 2.481 trabalhadores até dezembro de 2017.

Tem sido realizada Pesquisa de satisfação com funcionários desmobilizados por consultoria contratada. Em maio foi finalizada a 3ª coleta de dados da pesquisa de satisfação. Os resultados serão apresentados no próximo Relatório Consolidado para o IBAMA que será emitido em junho.

- Execução das Ligações Intradomiciliares

Desde junho de 2016 até maio de 2017 havia 6.722 imóveis com obras concluídas de água e esgoto, totalizando mais de 11.000 ligações (cada imóvel possui duas ligações, uma de água e uma de esgoto), com 322 recusas somente.

Continuaram as atividades dos Núcleos de Comunicação Social (NCS) para gerenciamento e supervisão do banco de dados dos cadastros das ligações intradomiciliares. Foi feita uma parceria com a prefeitura para que os proprietários sejam informados de que as ligações são obrigatórias e realizar campanhas informativas sobre essa obrigatoriedade.

Segundo pesquisa realizada para mensurar o nível de satisfação do usuário, houve 99% de aceitação dos trabalhos realizados (ótimo e bom, em termos de avaliação). Quanto às reclamações, estas representam um número pouco significativo e mais relacionadas ao retorno do esgoto, condição detectada pela equipe de manutenção como mau uso da estrutura implantada, sendo proposta educação ambiental para sanar problemas.

Foi realizada reunião com IBAMA em 20/04/2017, tendo sido apresentado o andamento das atividades das ligações domiciliares e comunicação social. Foi definida data de corte/limite para cadastramento das residências pelos proprietários, proposta para maio, após as três tentativas da NE para contratação e execução da obra. Essa data não foi

aceita pelo IBAMA que definiu como data de corte o dia 30/06/2017, solicitando reforçar a comunicação social. Foi esclarecido que todo o cadastro realizado até o abril teria a obra de ligação executada até início de setembro de 2017, e que os cadastros realizados entre maio e junho seriam atendidos com a obra de ligação nos meses de setembro e outubro.

As obras estão com andamento dentro do prazo esperado, embora algumas dificuldades tenham se apresentado, entre elas os danos causados por obras da prefeitura. Conforme mencionado em relatório anterior, partes da rede e ramais domiciliares implantados foram danificados pelas obras de drenagem executadas pela Prefeitura, tanto do Sistema de Esgotamento Sanitário quanto do Sistema de Abastecimento de Água construído pela NE. Esse fato implica na construção e restauração de ramais prediais, além de outros trechos da rede. Outro fato de destaque que retarda a complementação dos serviços é a falta de fiscalização por parte da prefeitura, uma vez que foram encontradas ligações clandestinas, que diminuem a pressão na rede e afetam o rendimento do sistema.

A Norte Energia deverá executar a ampliação da Estação de Captação de Água, por exigência da Agencia Nacional de Aguas – houve uma ação civil pública sobre isso -, a ampliação da rede de distribuição da agua e o projeto de reestruturação da Estação de Tratamento de água, este último repassado, mas não acatado pela Prefeitura Municipal de Altamira.

Explicou que a prefeitura de Altamira apresentou Projeto Lei à Câmara de Vereadores para definir a cobrança mínima de R\$30,00 na tarifa de abastecimento de água, mas houve pouca aceitação da população e o projeto ainda não havia sido votado. Foi informado também que a prefeitura ainda não assumiu nenhuma atribuição e responsabilidade sobre os serviços distribuição de água e saneamento.

As informações referentes às ligações intradomiciliares vêm sendo reportadas nos relatórios específicos quinzenais enviados ao IBAMA, tendo o relatório mais recente sido enviado por meio da correspondência CE 0179/2017-DS, em 24 de março de 2017.

- Gestão da Gerência de Relocação Urbana:

No âmbito do *Projeto de Reassentamento Urbano (4.4.3)*, o quadro geral de negociação foi finalizado com negociação de toda a população interferida, inclusive do Jardim Independente II, com término do reassentamento das famílias.

O quadro de negociação de toda a população interferida pela UHE Belo Monte era o seguinte, em maio de 2017:

- Quantidade de famílias indenizadas – 4.008 (37%)
- Quantidade de famílias reassentadas – 3.585 (33%)
- Estudos de caso – 1.353 (12%)
- Aluguel social – 432 (4%)
- Recusas – 270 (2%)
- Quantidade de comércios – 1.265 (12%)
- Igrejas – 27

Os processos judiciais em curso referentes às negociações, desde fevereiro para até maio, apresentaram pouco acréscimo, com menos de dez.

Os reassentamentos urbanos coletivos – RUC estavam com a seguinte ocupação em maio de 2017:

- RUC Jatobá – capacidade 1.154 lotes/residências – 1.074 ocupados.
- RUC São Joaquim - capacidade 827 lotes/residências – 825 ocupados
- RUC Casa Nova - capacidade 452 lotes/residências – 452 ocupados
- RUC Laranjeiras - capacidade 563 lotes/residências – 534 ocupados
- RUC Água Azul - capacidade 704 lotes/residências – 702 ocupados
- RUC Pedral – capacidade 150 lotes/residências – concluída a implantação do canteiro de obras e emitida ordem de serviço para início da construção das moradias.

Em relação ao RUC Pedral e a condicionantes 2.6 da LO (alíneas “b” e “c”), em 24/03/2017 foi emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Altamira (SEMAT) a Licença de Instalação (LI) nº 025/2017. Em 08/05/2017 foi emitida a ordem de serviço para construção das residências, tendo sido já concluída a implantação do canteiro de obras. O número de famílias que optaram por este reassentamento permanece o mesmo. São 45 famílias indígenas que aguardam em suas casas a conclusão das obras de infraestrutura do RUC Pedral. Recentemente, as associações indígenas manifestaram interesse em ocupar algumas casas neste RUC.

Essas casas ocupadas foram vistoriadas de forma discreta para avaliar se havia muitas benfeitorias, o que implicaria em novos recursos de indenização. Foi verificado que as unidades tiveram pouca alteração ou benfeitorias implantadas pelas famílias. A partir do levantamento realizado, foi observado que nas 91 casas visitadas, não haveria problema para o ressarcimento das benfeitorias, pois são mínimas, tendo em vista a condição de provisoriedade do contrato.

Seguem sendo realizadas as reuniões periódicas o Grupo de Acompanhamento do RUC Pedral. Em 12/05 ocorreu a 1ª visita do GT Pedral na área a ser construída. Foi formado o grupo multidisciplinar composto pela NESAs e empresas terceirizadas para discussões e encaminhamentos de assuntos referente à implantação do RUC Pedral, tendo sido realizadas reuniões quinzenais. Informações sobre o RUC Pedral vêm sendo reportadas ao IBAMA por meio de relatório quinzenal específico.

Jardim Independente I e Jardim Independente II:

Para desocupação da área do Jardim Independente II, foram cadastrados 189 imóveis com 484 famílias e 45 comércios. As informações do processo de negociação e remanejamento das famílias foram apresentadas à Agência Nacional das Águas - ANA e ao IBAMA em relatórios específicos.

A remoção das famílias do Jardim Independente II provocou uma reação de moradores de outro local com características físicas similares, denominado Independente I, que

está se organizando para pleitear o mesmo tratamento dado ao anterior. A linha de argumentação alegada por suas lideranças é similar à feita no Independente II, de que seriam afetados pelo enchimento do reservatório. A Norte Energia tem feito estudos sobre o local e a conclusão não aponta qualquer influência do reservatório sobre o mesmo. Os estudos foram encaminhados à ANA e ao IBAMA. O monitoramento desse local foi ampliado, por solicitação da ANA, de maneira a reunir informações conclusivas.

Segundo informações da Norte Energia, continua sendo realizado monitoramento semanal dos poços por solicitação da ANA, que confirmam que a água que se acumula no local onde houve a ocupação não sofre influência do reservatório. Uma vez que esta questão tem sido judicializada, a Norte Energia apresentará seus argumentos e respeitará a decisão do processo judicial.

Comenta-se que, independentemente desta demanda, a NE aguarda solução sendo mediada pela prefeitura e esta comunidade para concluir a construção de segmento de adutora de água nesta região do Jardim Independente I, para concluir obra de reforço de capacidade para abastecimento de água de vários bairros lindeiros. Esta obra encontra-se paralisada em função da recusa dos moradores em permitir a execução deste segmento, apesar de esforços da NE de obter esta liberação das obras nas áreas públicas. A população da área não tem permitido a presença de empresas executoras na região. A NE busca oficializar todas as ações e tentativas de conversa com a Prefeitura de Altamira, inclusive com registro de boletins de ocorrência.

Houve uma ordem do IBAMA para que a NE promova o cadastramento dos moradores do bairro Independente I, ordem esta que foi questionada administrativamente pelo empreendedor. Tendo em vista que o IBAMA indeferiu o recurso administrativo da NE e manteve essa ordem, mesmo ainda não reconhecendo o bairro como impactado pelo empreendimento, a NE submeteu a discussão ao crivo do Poder Judiciário, instância competente para decidir sobre a controvérsia.

Novas reivindicações dos Oleiros:

Em relação aos oleiros, a Norte Energia esclareceu que, durante o andamento das negociações, os proprietários não aceitaram reassentamento e os trabalhadores concordaram em capacitações complementares após diversas interações. As capacitações foram escolhidas por eles mesmos (mecânica, motorista).

Foi esclarecido que não é previsto pelo Projeto Básico Ambiental (PBA) o pagamento de indenização em dinheiro para a atividade e que a proposta era a recomposição da atividade, o que não foi aceito de forma alguma pelos oleiros que se dividiam em dois grupos, os proprietários e os parceiros. A decisão foi tomada pelos oleiros proprietários, que decidiram por não recompor a atividade, mas sim exigir o recebimento de indenização em dinheiro, de modo que a interrupção da atividade se deu, na prática, não pela implantação do empreendimento, mas sim por decisão dos donos de olaria. A saída aconteceu após dois anos, com indenização para os proprietários, com base no lucro que eles auferiram.

Em um segundo momento, embora fosse defensável a ausência de obrigação da Norte Energia em indenizar os oleiros parceiros em razão da decisão tomada pelos oleiros proprietários, a recomposição da atividade foi ofertada novamente aos oleiros-parceiros, mas estes também a recusaram.

Ainda segundo relatos da equipe da Norte Energia, após muita discussão, realização de manifestações por parte dos oleiros, que chegaram a invadir o escritório da Norte Energia em Altamira, e de reuniões que contaram com a participação do sindicato da categoria (SINDOALTA), do próprio IBAMA (em alguns encontros) e sempre da Defensoria Pública da União (DPU), as partes acordaram: 1) a realização de cursos de capacitação a estes trabalhadores (para dedicação exclusiva em atividade econômica que eles já desempenhavam na época do ano em que não era possível fazer a extração do material argiloso – no inverno); 2) o pagamento de uma verba no valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), divididos em quatro parcelas, sendo as três primeiras de R\$ 3.000,00 e uma última de R\$ 16.000,00 condicionando-se o pagamento dos valores à comprovação de frequência nos cursos escolhidos pelos próprios interessados.

A lista dos beneficiários com esse tratamento foi amplamente discutida com a categoria e DPU, e adveio do cruzamento de informações. Contratos foram firmados e os oleiros-parceiros conferiram quitação ao empreendedor. Com base nesse encaminhamento, a NE entendia que a situação estava devidamente resolvida. No entanto, surgiram 04 (quatro) ações judiciais contra o empreendedor. Três ações são de natureza individual (movida por oleiros-parceiros que ou não foram reconhecidos como tal e que, portanto, solicitavam contemplação, ou por oleiros-parceiros que desejavam rediscutir as obrigações contratuais).

A outra ação judicial é de natureza coletiva (Ação Civil Pública). Foi proposta pela Defensoria Pública da União (DPU) e propõe a rediscussão de tudo que foi anteriormente negociado e acordado com os oleiros donos de olarias, com os oleiros parceiros e, ainda, com uma nova categoria auto identificada como oleiros-transportadores (pessoas que transportavam, faziam frete do produto da olaria até o consumidor final, quer fosse ele pessoa física ou jurídica). A intenção das ações é buscar o aumento da indenização já paga aos beneficiários que receberam tratamento, bem como pagamento de compensações aos que ainda nada receberam.

Ao total foram 67 oleiros que fizeram o curso e receberam R\$ 25.000,00 de forma parcelada, durante o curso e ao término do curso, para garantir a participação. Na Ação Civil Pública citada foi deferida medida liminar contra a Norte Energia. De acordo com a decisão, a companhia fica obrigada a pagar aos oleiros-parceiros e aos oleiros donos de olaria uma verba mensal equivalente a um salário mínimo, até que a ação judicial seja definitivamente julgada ou até que as partes entrem em composição. Como a DPU identificou 157 oleiros cujos interesses são tratados na ACP, e tendo em vista a data de citação da companhia, deverá a empresa desembolsar mensalmente (todo o dia 18 de cada mês) a quantia de R\$ 147.109,00. Este valor deverá ser depositado em conta judicial e a quantia está vinculada ao valor do salário mínimo vigente a época da data de vencimento de cada parcela do pagamento imposto em liminar. A NE recorreu dessa

decisão judicial ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília e, com frequência, pleiteia no gabinete do Desembargador relator do caso agilidade na apreciação do pedido de efeito suspensivo, que tem por objetivo suspender os efeitos da liminar enquanto o mérito do recurso não for apreciado pelo TRF.

Gestão da Gerência Fundiária:

As Obras no *Projeto de Reassentamento Rural Coletivo – RRC* foram completadas, as 28 famílias já relocadas e os produtores estão sendo assistidos sistematicamente pela assistência técnica, definindo a alternativa de reparação que o interferido escolherá entre projeto de piscicultura e projetos de produção diversificada – lavoura, criação de galinha caipira e horticultura. Foram implementados, também, projetos de parceria da Norte Energia com a EMATER e a EMBRAPA.

O *Projeto de Reorganização de Áreas Remanescentes – RAR (Projeto 4.1.4)* recuperou parte de seu atraso, a construção das residências recebeu novo impulso e as unidades com previsão de entrega aos moradores até junho de 2017.

Do total de 40 casas, em maio de 2017 a situação de implantação deste programa era a seguinte:

- 75% da construção das unidades habitacionais concluídas (30 casas concluídas, dez casas que faltam para finalização da construção, sendo que oito já estão em fase de conclusão e 2 tiveram atraso por problema no acesso);
- 72,5% mudanças realizadas (29 casas);
- 100% de supressão, limpeza e aragem concluídas;
- 100% de construção da rede elétrica (40 casas) concluída;
- 87,5% das casas com perfuração dos poços;
- 80% das casas com cercamento das propriedades.

As demais unidades habitacionais estão previstas para serem entregues até final de junho de 2017, sendo prevista a conclusão das demais obras (lotes agricultáveis, rede elétrica, poços e cercamento) até julho de 2017.

As 40 famílias recebem verba de manutenção e aluguel social no valor de um salário mínimo por mês, sendo o Aluguel Social antes de mudar para a casa do reassentamento e após a saída da moradia de origem e a Verba de Manutenção paga assim que a família se muda para a casa do reassentamento, com duração de seis meses. Esses produtores continuam sendo assistidos pela assistência técnica da ATES e, posteriormente, deverão definir a alternativa de reparação com a equipe de execução do projeto.

Houve uma determinação do IBAMA para pagamento de aluguel social para famílias que estariam fora da moradia de origem sem receber a verba. Diante disso, a NE oficializou a não concordância desse pagamento e vem tentando a interlocução junto ao IBAMA para resolução do impasse. Ocorreu reunião de alinhamento com o IBAMA no dia 17/03/2017, com discussão deste ponto, afeto à Condicionante 2.8, que teve ata de reunião oficializada em correspondência. Contudo, após esta reunião, o IBAMA emitiu

multa referente ao período retroativo de não pagamento. Foi informado que a NE está recorrendo da autuação do IBAMA.

Relocação de Ribeirinhos:

Em relação ao atendimento à Condicionante 2.6 “a” – Executar revisão de tratamento ofertado aos ribeirinhos e moradores de ilhas e beiradões do Rio Xingu, a Norte Energia está promovendo o retorno das famílias com perfil ribeirinho para o antigo leito do rio Xingu, hoje Reservatório Xingu, principal reservatório da UHE Belo Monte. Como parte da recomposição do modo de vida tradicional dessas famílias, a Norte Energia está entregando a cada família um módulo habitacional (kit moradia) para autoconstrução de uma casa residencial com aproximadamente 63 m².

A NE informou que o trabalho realizado envolve Ribeirinhos tanto em ilhas quanto em margens do reservatório. Também foram iniciados os trabalhos de Assistência Técnica e Reparação, sendo que todos receberam o kit moradia. Foi detalhado que são 120 Ribeirinhos que receberam o kit moradia, e que será ofertado kit moradia para mais 80 Ribeirinhos que ficarão em Área de Pesca e Ocupação (APO), com alteração de área coletiva para individual, conforme demanda do IBAMA.

O monitoramento dessa população (iniciado em agosto de 2016) continua em execução pela empresa APOENA. O Projeto tem como objetivo específico monitorar a evolução dos aspectos socioeconômicos e culturais das famílias que permanecerão moradoras em ilhas (novas ou remanescentes) e margens com vistas a quantificar e qualificar alterações das condições de vida das mesmas. As famílias estão sendo acompanhadas desde o momento da negociação até consolidação das moradias. Durante as campanhas de monitoramento socioeconômico, os casos identificados em situação de vulnerabilidade social são encaminhados para atendimento personalizado com apoio da Superintendência do Meio Socioeconômico.

A Norte Energia informou que houve, inicialmente, uma listagem de 813 ribeirinhos para avaliação, chegando a um quantitativo de um pouco mais de 200 ribeirinhos, por meio de diferentes critérios. Surgiu um Conselho Ribeirinho que apresentou outra lista paralela. As listagens se encontram em análise e será realizado Estudo de Caso com 150 pessoas. A NE não reconhece o Conselho Ribeirinho e irá elaborar uma correspondência resposta a um Ofício do Ibama, apresentando a discussão do Estudo de Caso, baseado no cadastro socioeconômico da NE. Segundo a NE, a rediscussão será alinhada com o IBAMA e Defensoria Pública da União (DPU) e que a proposta é apresentar quem é impactado ou não.

O *Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer (4.7.1)*, que faz parte do *Plano de Requalificação Urbana*, foi concluído. As tratativas de repasse das estruturas construídas estão sendo discutidas de forma ampla no âmbito do *Projeto de Parques e Reurbanização da (5.1.8)*, juntamente com as definições das diretrizes de ordenamento e gestão.

Foi informado que a obra na Avenida Ernesto Accioly está em etapa de contratação e repactuação da Condicionante, com novos prazos do andamento. O acesso ao RUC Laranjeiras se encontra em andamento e a obra do Mercado de Peixes está paralisada por abandono de empreiteira e a NE está em tratativas de nova contratação.

Em relação à retirada da Ponte de madeira - rua da Peixaria, foi informado por meio da correspondência CE 0425/2016-DS, de 31 de agosto de 2016, que foi dada entrada a uma Ação de Produção Antecipada de Provas, solicitando a interdição e remoção da referida ponte. Atualmente, a Norte Energia aguarda a informação do perito quanto ao valor de seus honorários. Paralelamente, a Norte Energia maneja Agravo de Instrumento no Tribunal, contra a decisão de primeiro grau que não autorizou a remoção da ponte. Ainda não houve decisão e este processo está sendo monitorado. Foi informado que foram realizadas perícias recentemente, e que continuam aguardando retorno da perícia,

Em relação às intervenções na Orla do Rio Xingu, (Requalificação da Orla - Infraestrutura e Paisagismo), em virtude do posicionamento da Prefeitura de Altamira, manifestado por meio do Ofício nº 194/2016-PMASEPLAN em 18/11/16, encaminhado à Norte Energia por meio do OF 02543.000224/2016-85 ESREG ALTAMIRA/PA/IBAMA em 23/11/16, a Norte Energia está atuando na readequação do projeto na linha da reestruturação física das intervenções já realizadas pela municipalidade como os quiosques e a revitalização das quadras de areia e de concreto. A Norte Energia informou à Prefeitura de Altamira os projetos previstos, porém até a data da Missão a prefeitura ainda não tinha apresentado nenhuma proposta. A NE aguardava a realização de reunião com a Prefeitura no mês de maio e pretende negociar o cronograma para execução das obras.

Em relação ao aterro sanitário de Belo Monte do Pontal em Anapu, ainda que todas as exigências da Secretaria de Meio Ambiente de Anapu (SEMMAT) tenham sido atendidas e as obras civis contratadas, a referida Secretaria, em 01 de dezembro de 2016, emitiu novo Parecer Técnico (PT nº 30/2016) solicitando esclarecimentos adicionais e a readequação do sistema de tratamento de percolados. Foi informado que a NE continua aguardando a emissão da Licença de Instalação do Aterro Sanitário de Anapu por parte da Prefeitura Municipal. Até que as obras civis estejam concluídas, a Norte Energia dará continuidade aos serviços de transporte de resíduos sólidos gerados em Belo Monte do Pontal até o aterro sanitário do sítio Belo Monte (CCBM).

Paralelamente ao processo de criação do Parque Altamira, continuaram as discussões sobre o Plano de Manejo tendo como horizonte a sua consolidação nos próximos 2 (dois) anos. Em 15/12/2016, a Norte Energia realizou uma apresentação acerca do Zoneamento Proposto e Proposta do Plano de Comunicação para o Parque Natural Municipal de Altamira para o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Altamira - COMAM.

Gerência de Saúde e Educação:

As obras de infraestrutura relacionadas com as áreas de educação e saúde, nessa etapa do empreendimento, concentram-se, principalmente, no caso da educação, na finalização de escolas em algumas localidades específicas dos municípios de Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, resultante de negociações de escolas interferidas pelo reservatório, além de escola que deverá ser edificada na área de reassentamento Pedral.

Foram finalizadas as obras de reforma de 7 escolas na sede de Altamira, que ficaram sob a responsabilidade da municipalidade, encerrando assim, as ações previstas no convênio firmado com a Prefeitura Municipal.

Ainda no município de Altamira, cabe destacar a construção de uma escola para atendimento às famílias que serão reassentadas no RUC Pedral. Para tanto, está em discussão, junto à municipalidade, o projeto e o dimensionamento da estrutura que será implantada. Foi apresentada uma proposta inicial pela Prefeitura para implantação da escola, que trazia um dimensionamento desproporcional em relação ao público previsto no reassentamento, o que tem demandado novas discussões junto à Secretaria Municipal responsável.

Conforme relatado no 17º RSAP, nos demais municípios ainda ocorrem obras pontuais de educação, que se referem a Vitória do Xingu e Senador José Porfírio e no município de Senador José Porfírio. Além disso, foram iniciadas às obras de uma nova escola na localidade de Leonardo da Vinci, conforme negociações com o município de Vitória do Xingu.

No balanço geral das obras de educação, o percentual de conclusão da infraestrutura corresponde a 93% (71 escolas), com um total de duas obras no estágio “Em andamento” e uma obra na etapa de “Elaboração de Projeto” (RUC Pedral), conforme o Balanço de Obras de Educação associadas ao projeto da UHE Belo Monte até o dia 17/04/2017. No total foram 285 salas de aulas entregues com capacidade média de 14.266 atendimentos, segundo parâmetros considerados de 27 alunos por sala em escolas de Educação Fundamental e escolas de Educação Infantil.

Em relação à Saúde, continuam as tratativas para finalização do Programa relacionado com as obras. Conforme vem sendo descrito nos relatórios anteriores, a Norte Energia finalizou a etapa de estruturação das unidades básicas de saúde nos municípios da AID.

Considerando a definição da situação do Hospital Geral de Altamira, foram retomadas as tratativas para as obras de reforma do Hospital Municipal São Rafael, para transformá-lo em hospital materno infantil. A Norte Energia mantém a previsão orçamentária de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) para a construção e equipagem da referida unidade hospitalar.

Do total de 40 obras previstas, entre reformas, ampliações e novas construções, foram concluídas e entregues à população da AID 39 obras, as quais foram construídas e equipadas com aprovação da Vigilância Sanitária do Estado, ou seja, 98% do total, restando apenas essa unidade mencionada.

Nesse período, foi dada continuidade no encaminhamento mensal, ao IBAMA, do relatório técnico relativo ao Plano de Requalificação Urbana (PRU), incluindo o Travessão 40. Até o período coberto por este relatório, foram enviados 42 (quarenta e dois) relatórios nesse novo formato, sendo três para o período de janeiro a março de 2017 e nele são abordadas as obras que já foram concluídas e as que se encontram em execução nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e na localidade de Belo Monte do Pontal (Anapu), considerando que, no município de Vitória do Xingu, todas as ações de requalificação foram concluídas.

Cabe destacar, que os relatórios técnicos apresentados nesse trimestre continuam refletindo, principalmente, os avanços significativos na execução e conclusão das obras relacionadas com a requalificação urbana, definida no Projeto de Parques e Reurbanização da Orla em Altamira, os quais estão subdivididos em pacotes de obras.

Concluindo, em relação aos programas socioeconômicos do PBA, pode-se resumir que se encontram em fase de finalização aqueles originalmente previstos quando da obtenção da LI, enquanto as novas condicionantes decorrentes da LO estão em andamento adequado e atingindo suas metas, com avanços significativos.

Em relação à conformidade entre as atividades desenvolvidas pela Norte Energia para as Populações Indígenas e o proposto nas condicionantes da FUNAI e no PBA-CI, as ações definidas nas condicionantes (LP e LI, respectivamente, FUNAI Parecer 21/2009 e FUNAI Ofício 126/2011) vêm sendo atendidas desde o início do Plano Emergencial, em setembro de 2010. Importante lembrar que existe uma forte sobreposição entre as condicionantes de cada fase do licenciamento. Efetivamente, há exigências que surgem como uma das 13 condicionantes da LP, integrando o Plano Emergencial, seguem citadas em alguma das 08 condicionantes da LI e constituem objetivos dos programas e projetos do PBA do Componente Indígena. Para fins dessa análise de conformidade, as 13 condicionantes da LP serão tomadas como ponto inicial das exigências que se sobrepõem ao longo das demais etapas do licenciamento. Adicionalmente serão consideradas as correlações das condicionantes com as recomendações da Funai expressas na Informação nº 223/2015/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, que responde ao IBAMA à solicitação da Licença de Operação. Note-se que a Informação 233/2015 da Funai faz críticas ao empreendimento e ao cumprimento das condicionantes, mas não estabelece novas condicionantes, apenas recomenda a adoção de 14 ações necessárias para a continuidade do processo de licenciamento.

LP Condicionante 01 e LI Condicionante 06

A primeira condicionante da LP (*Elaboração do PBA do Componente Indígena*) está relacionada à sexta condicionante da LI (*apresentação de Plano Operativo do PBA-CI*).

Considera-se estas condicionantes como **plenamente atendidas** na medida em que o Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) foi elaborado em 2011 e aprovado pela FUNAI 02/07/2012 (Ofício nº 238 /2012/PRES-FUNAI-MJ) e o Plano Operativo do PBA-CI, foi elaborado ao longo do segundo semestre de 2012 e aprovado pela FUNAI em 01/04/2013 (Ofício nº 184/2013/DPDS/FUNAI-MJ). Desde 2013 já

foram encaminhados ao órgão licenciador nove Relatórios Consolidados de Execução do PBA-CI – o último relatório foi encaminhado em março de 2017. Destaque-se que para a emissão da LO a FUNAI considerou o 4º. Relatório Consolidado.

Com relação à Informação 233/2015, três ações necessárias estão relacionadas a estas condicionantes, são estas:

Ação 6 – Apresentar um plano anual de trabalho, por terra indígena, pactuado com as lideranças, conforme previsto no Termo de Compromisso assinado entre Funai e Norte Energia;

Ação 7 – Revisão da matriz de impacto;

Ação 8 – Reformulação do PBA-CI, em diálogo com os povos indígenas, incluindo programa de vigilância, monitoramento e proteção, sem prejuízo ao Plano de Proteção já estabelecido.

Estas recomendações estão sendo atendidas no escopo do Plano de Gestão do PBA-CI, que em 02 de fevereiro de 2017, apresentou à FUNAI diretrizes para as discussões no formato de Seminários a serem realizados em cada Terra Indígena.

LP Condicionante 02 e LI Condicionante 04

A segunda condicionante da LP (*Elaboração e execução do Plano de Fiscalização e Vigilância Emergencial*) tem correlato na condicionante 04 da LI (*Implementação do Plano de Proteção das Terras Indígenas*).

Estas condicionantes são consideradas como **atendidas**. Desde 2010, no escopo do Plano Emergencial, a Norte Energia vem desenvolvendo ações de proteção territorial. Após longa discussão sobre as estratégias para a proteção territorial, foi assinado pelos presidentes da FUNAI e da Norte Energia, em 12 de novembro de 2015, o **Termo de Cooperação N° 316** que tem como objeto *o cumprimento de ações destinadas à proteção territorial das terras indígenas do Médio Xingu*. Como parte da implantação das ações deste Termo de Cooperação a Norte Energia já adquiriu e doou para a FUNAI os equipamentos do Centro de Monitoramento Remoto e contratou e capacitou 56 profissionais para trabalhar na sede da FUNAI em Brasília e na FUNAI Altamira. Além destas ações a Norte Energia já construiu e equipou 08 Unidades de Proteção Territorial. Após todas as revisões e adequações exigidas, a FUNAI apresentou o Plano de Proteção Territorial, seus objetivos, equipe e equipamentos, para todas as comunidades. Segundo os coordenadores da SAI, a FUNAI já assinou termo provisório de recebimento do PPT. Assim que o termo definitivo for assinado, a Norte Energia ficará responsável pelo desenvolvimento das atividades de proteção territorial pelo período de 24 meses.

A questão da proteção territorial e as ações de fortalecimento institucional programadas no Termo constam em quatro das quatorze *ações necessárias* recomendadas pelo Informação 223/2015:

Ação 1) Cumprimento de todas as condicionantes indígenas elencadas no Parecer 21/CMAM/CGPIMA/09, Ofício nº 126/2011/PRES e demais documentos do Processo, destacando a regularização fundiária e o fortalecimento da Funai;

Ação 2d) Resolução da questão do Plano de Proteção (...) Será necessária a elaboração e pactuação de Programa específico, dentro do PBA de monitoramento e vigilância das TIs, em continuidade ao Plano em discussão atualmente e em complementação às demais ações do PBA-CI;

Ação 8) Reformulação do PBA-CI, em diálogo com os povos indígenas, incluindo o programa de vigilância, monitoramento e proteção, sem prejuízo ao Plano de Proteção já estabelecido;

Ação 14) Cumprimento de todos os acordos estabelecidos pelo empreendedor ao longo do processo.

LP Condicionante 03 e LI Condicionante 07

A terceira condicionante da LP (*Garantia de recursos para execução de todos os Planos e Programas durante todo o período de operação do empreendimento*) tem correlação com a condicionante 07 da LI (*Celebração de Termo de Compromisso garantindo a execução do PBA-CI*).

Estas condicionantes são consideradas como **plenamente atendidas**, pois em 27 de maio de 2014 foi assinado o Termo de Compromisso entre Norte Energia e FUNAI, o qual, em sua Cláusula Sétima assegura a vigência “*durante todo o período da concessão firmado entre a União e o Empreendedor*”.

Em 12 de novembro de 2015, no contexto da emissão da LO, foi assinado os Termos de Cooperação 316 e 317 que, respectivamente, reafirmam os compromissos da Norte Energia com relação à implantação do Plano de Proteção Territorial e execução dos programas e projetos do PBA-CI.

Estas condicionantes estão relacionadas às ações 6 e 14 da Informação 233/2015, que recomendam:

Ação 6 – Apresentar um plano anual de trabalho, por terra indígena, pactuado com as lideranças, conforme previsto no Termo de Compromisso assinado entre Funai e Norte Energia;

Ação 14 – Cumprimento de todos os acordos estabelecidos pelo empreendedor ao longo do processo.

LP Condicionante 04

A quarta condicionante da LP (*Criação de Plano de Comunicação para as comunidades indígenas*) está plenamente atendida. Em 2010, com a implantação do Programa de Comunicação Indígena (PCI), teve início a estruturação do mais completo sistema de

radiocomunicação da região que atualmente dispõe de 52 equipamentos instalados nas aldeias, 03 nas associações e 02 nas comunidades ribeirinhas. Através deste programa é realizada a comunicação diária entre os indígenas e instituições relacionadas. Além da comunicação via rádio, as instalações do Programa de Comunicação Indígena são utilizadas como espaço de reuniões institucionais e de capacitações. Esta condicionante está relacionada à ação necessária nº 9 recomendada pela Informação 233: Ação 9 – Execução da fase 01 do Plano de Comunicação do Plano de Enchimento do Reservatório com as terras e povos indígenas à jusante antes do TVR ser implementado. Ao longo do período de enchimento do reservatório o plano de comunicação (PERBM – Plano do Enchimento do Reservatório de Belo Monte) foi implantado especificamente com o objetivo de informar e registrar as alterações ambientais e as interações desta fase do empreendimento com a população indígena e ribeirinha. Nos primeiros meses de 2016 o PERBM foi um dos temas constantemente tratados pelo Programa de Comunicação. Desde outubro de 2016, no entanto, não há mais registros de comunicação, via rádio ou presencial, tratando deste tema.

LP Condicionante 05 e LI Condicionante 01

A quinta condicionante da LP e a primeira condicionante da LI, que exigem a criação do Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida, estão **plenamente atendidas**. O Comitê de Monitoramento da Vazão Reduzida (CVR) foi criado em 21 de novembro de 2012, em reunião realizada na aldeia Muratu, TI Paquiçamba, quando foram apresentados os participantes e votado o regimento interno. Desde então foram realizadas nove reuniões deste comitê, sempre com a participação de indígenas, técnicos da Norte Energia e representantes da FUNAI e de outras instituições. A última reunião realizada dia 12/08/2016, quando a equipe do Programa de Supervisão Ambiental (PSA) apresentou os resultados dos monitoramentos de qualidade da água, níveis e vazões, ecossistemas terrestre e aquático. Segundo os técnicos do PSA os indígenas têm demonstrado pouco interesse em participar do CVR, pois, segundo eles, as informações e discussões já são repassadas pelas equipes em suas rotinas de trabalho. Em abril foi realizada a última campanha de monitoramento na qual os indígenas participaram.

Esta condicionante está em parte relacionada às recomendações da Informação 233/2015 em suas ações necessárias nº 9 e 10:

Ação nº 9 – Execução da fase 01 do Plano de Comunicação do Plano de Enchimento do Reservatório com as terras e povos indígenas à jusante antes do TVR ser implementado;

Ação nº 10 – Cumprimento dos compromissos assumidos na aprovação do Sistema de Transposição de Embarcações em 2012.

LP Condicionante 06 e LI Condicionante 02

A sexta condicionante da LP e a segunda condicionante da LI, relacionadas à criação do Comitê Gestor do PBA-CI, estão, igualmente, **plenamente atendidas**, contudo,

desdobramentos recentes colocam em risco a eficácia desta instância de consulta e participação indígena.

O Comitê Gestor do PBA-CI foi criado em outubro de 2012 e teve sua primeira reunião realizada em novembro daquele ano. Em 2013 não houve reuniões, pois o Plano Operativo do PBA-CI foi aprovado apenas em junho e somente em novembro a empresa contratada para a execução do Plano de Gestão do PBA-CI recebeu autorização da FUNAI para ingresso nas Terras Indígenas. Em 2014 foram realizadas três grandes reuniões na cidade de Altamira e foram realizadas reuniões em todas as terras indígenas, intituladas reuniões dos Subcomitês. Em 2015 foi realizada uma grande reunião na cidade de Altamira e dez reuniões dos Subcomitês nas terras indígenas. Em 2016 foram realizadas duas grandes reuniões na cidade de Altamira e não houve reuniões dos subcomitês, pois os próprios indígenas não demonstraram mais interesse nestas reuniões, que para eles se tornaram repetitivas e cansativas.

Na última reunião do CGI, realizada entre os dias 05 e 09 de outubro de 2016, os indígenas questionaram o caráter consultivo do CGI, alegando que esta deveria ser uma instância deliberativa. Uma vez que a transformação do caráter consultivo para deliberativo do CGI ultrapassa a competência da Norte Energia, os indígenas em mobilização junto ao Ministério Público Federal promoveram, em janeiro de 2017, uma grande reunião na cidade de Altamira. Nesta reunião, que durou vários dias, a SAI foi pressionada sobre vários pontos, incluindo a implantação imediata do Plano de Proteção Territorial, a construção da sede da FUNAI, os contratos com as empresas indicadas pelos indígenas. A discussão e as deliberações sobre estes e outros pontos na reunião conduzida pelo MPF, em alguma medida, esvazia de sentido e eficácia as reuniões do CGI. De acordo com os técnicos e gestores da SAI, a irredutibilidade dos indígenas com relação ao caráter deliberativo do CGI, coloca o grande desafio de conseguir conciliar a execução das inúmeras atividades do PBA-CI com a participação dos indígenas em instâncias colegiadas de consulta. A previsão de realização de reuniões dos Subcomitês e realização da próxima reunião do CGI no mês de março de 2017 não se concretizou. Até o momento não há agenda marcada para novas reuniões. Este tema segue preocupando os técnicos da SAI.

As reuniões e atividades do Comitê Gestor Indígena estão parcialmente relacionadas à três ações necessárias recomendadas pela Informação 233/2015, a saber:

Ação 6 – Apresentar um plano anual de trabalho, por terra indígena, pactuado com as lideranças, conforme previsto no Termo de Compromisso assinado entre Funai e Norte Energia;

Ação 7 – Revisão da matriz de impacto;

Ação 8 – Reformulação do PBA-CI, em diálogo com os povos indígenas, incluindo programa de vigilância, monitoramento e proteção, sem prejuízo ao Plano de Proteção já estabelecido.

LP Condicionante 07

A sétima condicionante da LP, relacionada à *Eleição de área para a comunidade indígena Juruna do Km 17*, está **plenamente atendida** uma vez que em 16/07/2015 a Norte Energia finalizou o processo de compra da área indicada pelos indígenas. Em 26/06/2015 a FUNAI, através do Ofício no 539/2015-DPT, encaminhou à Norte Energia Termo de Acordo solicitando providências para desocupação do imóvel destinado à constituição da Reserva Indígena Juruna do Km 17. A área adquirida, conhecida como Gleba Icaraiá, totaliza 2300 hectares, e já está sendo ocupada pelos indígenas, que iniciaram, junto com o Programa de Atividades Produtivas, o prepara da terra para cultivo. As lideranças indígenas entrevistadas na aldeia Boa Vista em 17/02/2016 manifestaram grande satisfação com a aquisição e grande expectativas com o desenvolvimento dos PBA-CI nesta nova área.

Esta condicionante não tem correlato nas ações necessárias recomendadas pela Informação 233/2015.

LP Condicionante 08 e Condicionante 08 da LI

A oitava condicionante da LP (*realização de estudos complementares sobre os rios Bacajá e Bacajai, sobre as terras indígenas Xipya e Kuruaya e sobre o setor madeireiro*) está relacionada à ação número 08 da LI (*Apresentar trimestralmente modelagem sobre o adensamento populacional da região*).

Estas condicionantes são consideradas como **plenamente atendidas**, pois os estudos foram realizados entre os anos de 2010 e 2011, sendo os resultados protocolados na FUNAI e, no caso dos estudos do rio Bacajá, apresentados nas aldeias em 2012.

Os estudos complementares das TIs Xipaya e Kuruaya foram elaborados e protocolados na FUNAI em dezembro de 2010.

O Estudo do Setor madeireiro, intitulado “Estudo de Modelagem do Desmatamento”, foi elaborado e protocolado na FUNAI em 23 de março de 2011. Complementação a este estudo foi encaminhada à FUNAI em 03 de maio de 2011.

O Estudo complementar sobre o rio Bacajá foi protocolado na FUNAI em abril de 2012.

Para além dos estudos específicos já entregues, os Relatórios Consolidados do PBA-CI apresentam considerações sobre as pressões sobre os territórios indígenas analisadas no escopo do Programa de Gestão Territorial Indígena.

Esta condicionante não tem correlato nas ações necessárias recomendadas pela Informação 233/2015.

LP Condicionante 09

A nona condicionante da LP (*designação de equipe específica para o acompanhamento do licenciamento junto à FUNAI e comunidades indígenas*) está **plenamente atendida**, pois desde 2013 a Norte Energia estruturou a Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI), instância administrativa diretamente vinculada à Diretoria Socioambiental.

Atualmente a equipe que atua no escritório da SAI é composta por gerentes e técnicos administrativos e por técnicos indigenistas. No total são 27 profissionais dos quais cinco têm formação no indigenismo. Além a SAI contratou empresas indicadas pelos indígenas para desenvolver programas específicos em todas as aldeias. No total são aproximadamente 130 colaboradores diretamente envolvidos na implantação dos programas e projetos do PBA-CI.

Esta condicionante não tem correlato nas ações necessárias recomendadas pela Informação 233/2015.

LP Condicionante 10

A décima condicionante da LP (*elaboração de programa de documentação*) está **em atendimento**.

Embora o programa de documentação e registro tenha sido protocolado na FUNAI em abril de 2012, ainda não há uma definição institucional quanto à metodologia a ser empregada para o atendimento a esta exigência. Entretanto, no âmbito da Superintendência de Assuntos Indígenas foi constituído um setor de documentação que organiza e digitaliza os registros de todos os procedimentos envolvendo participação indígena ou institucional. Esses registros são constituídos por atas e memórias de reuniões, filmagens, fotografias e arquivo físico e digital da documentação pertinente. Destaque-se que o último Relatório Consolidado do PBA-CI já apresenta formato com todos os anexos, oferecendo ao órgão indigenista um impressionante conjunto de documentos sistematizados sobre o processo.

Esta condicionante não tem correlato nas ações necessárias recomendadas pela Informação 233/2015.

LP Condicionante 11

A décima primeira condicionante da LP (*apoiar a criação do comitê da Bacia Hidrográfica do rio Xingu*) está **plenamente atendida**, na medida em que, a Agência Nacional de Águas descartou esta ação como pertinente ao processo de licenciamento Efetivamente, em fevereiro de 2011 a ANA, por meio do Ofício nº 076/2011/GAB-ANA, se manifestou sobre o processo de Criação do Comitê, informando que não há priorização de Criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, visto que os critérios hidrológicos, ambientais, político-institucionais e socioeconômicos, utilizados na definição das UGRHs (Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos) não indicaram essa necessidade.

Esta condicionante não tem correlato nas ações necessárias recomendadas pela Informação 233/2015.

LP Condicionante 12

A décima segunda condicionante da LP (*melhoria da estrutura da FUNAI*) foi **plenamente atendida** desde a implantação do Plano Emergencial, através do projeto de Fortalecimento Institucional. Importa também considerar que a Norte Energia construiu e doou para a FUNAI a Casa do Índio na cidade de Altamira (com capacidade para acomodar aproximadamente 200 indígenas). Com relação ao compromisso com a construção da nova sede para a FUNAI, a Norte Energia já iniciou as obras. Ademais, com o Termo de Cooperação de Proteção Territorial envolve além da estruturação da FUNAI a contratação de 81 profissionais para atuar diretamente junto ao órgão.

Esta condicionante está parcialmente relacionada à ação necessária nº1 da Informação 233/2015, que recomenda **fortalecimento da FUNAI**.

LP Condicionante 13

A décima terceira condicionante da LP (*criação de uma instância específica para o acompanhamento da questão indígena*) está **plenamente atendida**, pois desde 2011 a Norte Energia criou instância específica para o acompanhamento da questão indígena com estruturação do escritório de assuntos indígenas, dedicado inicialmente, ao acompanhamento da implantação do Plano Emergencial. Em 2013, com a reestruturação administrativa, a criação da Superintendência de Assuntos Indígenas e a contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de trabalhos e projetos junto aos indígenas, a Norte Energia consolidou suas condições para o acompanhamento das atividades relacionadas à implantação do PBA-CI.

Esta condicionante não tem correlato nas ações necessárias recomendadas pela Informação 233/2015.

LI Condicionante 03

Apenas uma condicionante da LI não constava das 13 condicionantes da LP. Trata-se da condicionante 03 que obriga a *Definição clara dos mecanismos de Sistema de Transposição de Embarcações*.

Esta condicionante foi **plenamente atendida** em setembro de 2012, quando a FUNAI manifestou-se favoravelmente ao STE. Atualmente, as instalações do STE já estão concluídas, sendo utilizadas por indígenas e não indígenas que utilizam diferentes tipos de embarcação. Para atender a uma demanda do Termo de Cooperação assinado com a FUNAI, o Programa de Comunicação Indígena realiza uma pesquisa de opinião com os indígenas sobre o Sistema de Transposição de Embarcações. Segundo os técnicos do PCI e do PSA (Programa de Supervisão Ambiental) e de acordo com a pesquisa de satisfação realizada em janeiro de 2017, não há reclamações dos indígenas ou dos ribeirinhos com relação ao funcionamento do STE.

Esta condicionante está relacionada à ação necessária nº 10, da Informação 233/2015, que recomenda o *Cumprimento dos compromissos assumidos na aprovação do Sistema de Transposição de Embarcações em 2012*.

A gestão da NE sobre a obtenção e renovação de licenças, autorizações e portarias e do atendimento às suas condicionantes, junto aos diferentes órgãos intervenientes e agentes financiadores prossegue, sendo utilizado o Sistema de Alerta do SGP, e controle semanal. O controle de licenças do CCBM, conforme já verificado, é orientado pelo PS CCBM 220 06 – Licenciamento Ambiental e Identificação dos Riscos de Responsabilidade Ambiental Solidária.

Quanto à verificação, pela NE, do atendimento aos requisitos legais e outros requisitos aplicáveis ao empreendimento, o 17º RSAP não informa sobre atualização da Planilha de Normas e Leis do PBA, a última revisão apresentada foi em janeiro de 2016. Durante reunião realizada com representantes da NE e da empresa Ferreira Rocha sobre o SGA aplicável a fase de operação da Usina, foi mencionada a necessidade de continuar apresentando a atualização da referida planilha como parte integrante do RSAP.

A NE demonstra manter controle sobre os indicadores legais aplicáveis a segurança do trabalho e saúde ocupacional, inclusive demonstra isso pela qualidade de vários dos Registros de Desvios apresentados. A avaliação que realiza, por meio de sua Supervisão, demonstra atenção durante a avaliação dos documentos das empresas contratadas. Ainda que a supervisão da NE se pautar nas Listas de Verificação previamente estruturadas, o conteúdo deve ser alterado regularmente com a atualização da legislação ou, então, a partir de um conjunto de requisitos legais ainda não verificado. A partir da elaboração e implantação do procedimento de identificação e avaliação de requisitos legais e outros, previsto na estrutura do Sistema de Gestão de SST da NE, certamente o conteúdo das Listas de Verificação poderá ser alterado e apresentar maior pertinência com a legislação e padrões socioambientais aplicáveis, pois estará respaldado por uma metodologia alinhada com as diretrizes mais atuais de mercado.

No caso do CCBM, os requisitos legais sobre Meio Ambiente e SST relacionados às obras são controlados por meio do sistema CAL®.

No período, as informações sobre o indicador ICLa, que reflete o atendimento aos requisitos legais pelo consórcio construtor, foram apresentadas no Relatório Gerencial Mensal da Executora – RGM-E de março de 2017. O ICLa tem meta de 100%, sendo admitido um resultado de até 90%, dos quais 65% se referem ao controle de atendimento à legislação e 35% se referem ao controle de documentos (Licenças e Atos Autorizativos).

Para o trimestre em questão, os valores do indicador foram os seguintes:

Período	Resultado do indicador	Meta
Janeiro/17	93,65%	100%
Fevereiro/17	93,87%	100%
Março/17	94,00%	100%
Total 1º Trimestre/2017	94%	100%

O indicador ICLA apresentou média de 94% para o segundo semestre de 2016, acima do limite aceitável (90%).

O 17º RSAP não incluiu a atualização da Matriz de Gestão Ambiental (macro compartimentos) como previsto no cronograma de implantação do SGA. Reiterou-se a necessidade de apresentação dessa planilha durante reunião realizada na JGP, com a participação da empresa Ferreira Rocha, responsável por essa atualização, no entanto, a mesma não foi encaminhada à consultoria independente antes do fechamento desse relatório.

Em relação ao atendimento às condicionantes LO 1317/2015, que foi avaliado no período utilizando os dados do 17º RSAP, referente período de janeiro a março de 2017, foi possível verificar que todas as condicionantes já tiveram seu atendimento iniciado, estando com status de “em andamento” (ver Quadros do **Capítulo 3.0** deste relatório).

Uma condicionante é considerada atendida, a 2.21, relacionada ao monitoramento do atropelamento de fauna, cuja interrupção foi aprovada pelo IBAMA. As condicionantes 2.7 e 2.8 são consideradas atendidas e a Norte Energia aguarda a manifestação do IBAMA quanto ao seu cumprimento. Diversas alíneas de outras condicionantes, com prazos curtos para atendimento, também se encontram atendidas.

Ainda em relação à conformidade legal do empreendimento, no **Capítulo 3.0** avalia-se também a situação das multas e autos de infração recebidos pela NE e pelo CCBM no período.

Em relação à situação apresentada no período anterior, foram instaurados dezesseis (16) processos administrativos em decorrência de autos de infração lavrados por órgãos oficiais.

Padrões Sociais e Ambientais Aplicáveis

No que diz respeito ao controle de poluição nas obras, o Programa de Controle Ambiental Intrínseco - PCAI, que faz parte do PAC, incorpora medidas de controle de erosão, gestão de efluentes domésticos e industriais e de qualidade da água para abastecimento, e gestão de resíduos sólidos, inclusive perigosos. A abrangência do tratamento das principais emissões das obras, e dos monitoramentos realizados no âmbito do PCAI, foi abordada no **Capítulo 6.0**.

A BIOCEV, como coordenadora do PAC, vem acompanhando a aderência ao PCAI nas atividades do CCBM, CMBM e Andritz. A abrangência do tratamento das principais emissões das obras, e dos monitoramentos realizados no âmbito do PCAI, foi abordada no **Capítulo 6.0**.

Como se observou nos documentos e nas inspeções de campo realizadas, todos os parâmetros monitorados pelo CCBM e pelas demais empresas são comparados aos limites estabelecidos pela legislação brasileira vigente.

Como se viu na **Seção 6.2.1.1**, o CCBM e as demais empresas envolvidas nas obras e na montagem, prosseguem monitorando os efluentes sanitários e industriais, a água bruta captada e tratada nas ETAs, e a potabilidade da água para consumo. Prossegue também monitorando as emissões de fumaça preta e controlando a emissão de poeira por meio da umectação das vias e áreas de montagem.

Como se observou no **Capítulo 6.0**, apesar do RGM-E do CCBM informar que o tratamento de efluentes sanitários do CCBM atualmente ocorre apenas na ETE Belo Monte, e que a ETE Pimental está recebendo apenas águas pluviais, a Andritz continua direcionando seus efluentes para esta ETE, que continua inclusive sendo monitorada. No período, o CMBM passou a tratar o efluente doméstico em ETE própria.

No período foram apresentados os resultados das análises dos efluentes das duas ETES do CCBM e da ETE do CMBM para o período de janeiro a março de 2017, os quais foram comparados aos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA 430/2011.

Os Quadros comparativos e os laudos das análises do monitoramento de efluentes conduzido pelo CCBM, CMBM e Andritz (que também monitora o efluente da ETE Pimental), apresentados nos RGM-Es, permitiram verificar as concentrações dos parâmetros acompanhados, as porcentagens de remoção, e, conseqüentemente, a eficiência do processo.

Em relação ao CCBM, no trimestre foram tratados 109.790 m³ nas ETES dos Sítios Belo Monte e Pimental. Foi realizado um total de 7 amostras, incluindo uma amostra do efluente na saída da Wetland na unidade de Canais e Diques realizada em fevereiro/17, para continuidade do processo de desmobilização.

Em termos de remoção de DBO, os resultados entre janeiro e março mostram que foi atendido o limite de 60% ou 120 mg/L da CONAMA 430/11 em todos os casos (ver Quadro a seguir).

	Concentração de DBO efluente (mg/L) / Porcentagem de remoção (%)		
	Janeiro	Fevereiro	Março
ETE Pimental*	53,94 mg/L / 69,82%	Lagoa 02 = 60,32 mg/L / 84,62%	47,88 mg/L / 72,49%
		Lagoa 03 = 53,94 mg/L / 86,25%	
ETE Canais + <i>wetland</i> *	-	14,25 mg/L	-
ETE Belo Monte	64,96 mg/L / 77,66%	58,20 mg/L / 69,49%	67,86 mg/L / 68,57%

* Durante o mês de fevereiro /2017 foi realizado laudo de monitoramento da amostra do efluente na saída da Wetland na unidade de Canais e Diques, para continuidade do processo de desmobilização, e realizado laudos de monitoramento das lagoas de maturação na unidade de Pimental.

O CMBM apresentou os resultados da análise de amostras coletadas em janeiro e fevereiro na sua ETE, ainda em fase de testes. Apresentou também o resultado do primeiro laudo realizado com a ETE já em operação, em março, a qual apresentou resultado satisfatório, ou seja, remoção de DBO inferior a 120 mg/L.

	Concentração de DBO efluente (mg/L) / Porcentagem de remoção (%)		
	Janeiro	Fevereiro	Março
ETE Belo Monte	95,58 mg/L / 42,6%	105,56 mg/L / 41,1%	-
	115,42 mg/L / 60,7%		
ETE CMBM	-	-	57,82 mg/L / 72,14%

A Andritz apresentou os resultados da análise de amostra coletada em março na ETE Pimental. Assim como o monitoramento do CCBM realizado para a mesma lagoa, o resultado foi satisfatório, ou seja, remoção de DBO inferior a 120 mg/L (47,88 mg/L) e remoção maior que 60% (72,49%).

No **Capítulo 6.0** também foram descritos os controles realizados em áreas com geração de efluentes industriais (oficinas mecânicas, *plants* de combustível, centrais de concreto) e com armazenamento de produtos perigosos, por meio de caixas separadoras de água e óleo (CSAO) e caixas decantadoras. Os efluentes industriais também são analisados em relação aos parâmetros da Resolução CONAMA 430/2011.

Segundo os dados do monitoramento realizado pelo CCBM em efluentes das CSAO e caixas decantadoras, no período entre janeiro e março de 2017 foram realizados 27 laudos para as CSAO. Desse total, três tiveram resultado insatisfatório (todos no mês de janeiro), resultando em 57% de eficiência em janeiro de 2017.

Os resultados insatisfatórios em janeiro foram decorrentes da falta de análise nas Caixas de S.A.O – Septo CF II do Sítio Belo Monte, do Posto Combustível de Pimental, e da Oficina de Manutenção Ilha Marciana – PI, também em Pimental. Para esses casos foi abertos registros de não conformidade, e propostas ações corretivas, no caso, providenciar a Limpeza da estrutura de acordo com o cronograma; e realizar a coleta para análise do parâmetro insatisfatório. Conforme evidenciado, as ações propostas para atendimento da RNC foram executadas dentro dos prazos estabelecidos.

Nos demais meses a eficiência foi de 100%, sem laudos insatisfatórios. A eficiência global para os três meses do período foi de 88,8%.

No que diz respeito ao efluente da Central de Concreto de Belo Monte, informou-se que em janeiro/2017 foi realizada vistoria na área da estrutura da Central de Concreto, já que, devido ao extenso período chuvoso da região, foi verificado o lançamento de efluente industrial para o solo, e ausência de execução de laudos para análise dos parâmetros. Foi aberto registro de não conformidade pela BIOCEV e pelo setor de Meio Ambiente do CCBM. Para atendimento do desvio, foi realizada de imediato a coleta da amostra do efluente para análise dos parâmetros.

No RGM-E foi apresentado o resultado da análise do efluente das centrais de concreto dos Sítios Belo Monte e Pimental referente a março. Para Pimental, a análise foi feita para esgotamento da bacia de sedimentação, e a estrutura foi esgotada e desativada. Par Belo Monte, a análise resultou em laudo satisfatório.

Em relação às limpezas de bacia de sedimentação e caixa SAO, entre janeiro e março de 2017 foram realizadas 112 limpezas de um total de 116 limpezas programadas para o período, o que resulta em 98,76% de eficiência.

Em relação à Andritz, informou-se, no RGM-E, a realização de três laudos de análise do efluente da ETDI, um em cada mês do trimestre. Todos apresentaram resultados satisfatórios. Informou-se também que a Caixa SAO instalada pela montadora foi desativada em dezembro de 2016, não havendo mais efluentes para tratamento.

O CMBM informou, no RGM-E, que em fevereiro de 2016 foi instalada uma estação de tratamento de efluentes industriais para atender à geração de efluentes derivados do processo de decapagem de tubulações, serviço prestado pela empresa Coneval. O efluente final, após tratamento, fica disponível para reutilização na atividade de decapagem, diminuindo a utilização dos recursos hídricos. Os efluentes gerados em casos de vazamentos de óleo são destinados à empresa contratada ECOPETRO com LO nº 2015011211.

No que diz respeito à água para abastecimento, o CCBM vem realizando o monitoramento conforme proposto, comparando os resultados das coletas realizadas nas ETA e nos bebedouros com o que determina a Portaria 2914/2011.

A eficiência do tratamento de água para abastecimento no período, seja das ETAs ou dos bebedouros, foi evidenciada por meio de quadros e gráficos no RGM_E de março, e também por meio dos laudos encaminhados.

Em relação às ETAs, o monitoramento foi feito através da realização, no período entre outubro a dezembro de 2016, de 60 laudos, tendo 100% dos laudos apresentado resultados satisfatórios.

Sítio Construtivo	Mês	Número total de laudos em ETAs no trimestre	Número de laudos insatisfatórios no trimestre	Eficiência (%)
Belo Monte	Janeiro	18	0	100
	Fevereiro	16	0	100
	Março	15	0	100
Pimental	Janeiro	9	0	100
	Fevereiro	2	0	100
	Março	0	0	100
Total		60	0	100

No período não foi necessária a adoção de ações corretivas.

Conforme já informado no **Capítulo 6.0**, a montadora Andritz, que era abastecida pela ETA 40 m³/h do Sítio Pimental, a partir de janeiro de 2017 passou a ter água fornecida integralmente pela sua própria ETA. Essa ETA foi monitorada nos três meses do período, sendo produzidos três laudos, todos satisfatórios (100% de eficiência).

Já o CMBM, conforme o **Capítulo 6.0**, é abastecido pela ETA de 35 m³/h e 100 m³/ do Sítio Belo Monte. O CMBM adquiriu um sistema de tratamento de água para os poços artesianos. O monitoramento do mesmo iniciará assim que for obtida a outorga junto à SEMAS/PA.

O monitoramento dos bebedouros do CCBM entre janeiro e março de 2017 totalizou a realização de 276 laudos, sendo 1 insatisfatório, resultando em eficiência de 99,6% (ver quadro a seguir).

Sítio Construtivo	Número total de laudos em bebedouros no trimestre	Número de laudos insatisfatórios no trimestre	Eficiência (%)
Belo Monte	196	2	96,51
Pimental	13	0	100,0
Canais	2	1	50,0
Bela Vista	1	1	0,0
Total	215	4	98,1

Os parâmetros com valores em desacordo com a portaria vigente nos laudos insatisfatórios foram, em sua grande maioria, relacionados a aspectos físicos e microbiológicos. Para todos foram adotadas medidas corretivas, no caso, a realização de limpeza e higienização da caixa d'água, do bebedouro, troca dos filtros e realização da recoleta. Para o bebedouro do Sítio Bela Vista, este foi retirado da frente de serviço.

A Andritz realizou 7 laudos de análise da água dos bebedouros, todos satisfatórios (100% de eficiência). Informou que para o próximo período somente um bebedouro será mantido pela Andritz, localizado no refeitório próximo à escada de peixe. Segundo as informações, o bebedouro instalado no refeitório é higienizado pela equipe do refeitório, e não foi possível apresentar relatório de higienização.

No caso do CMBM, o abastecimento de água dos bebedouros no seu canteiro de obras é feito pelo CCBM, que encaminha periodicamente à montadora os laudos de análise de água da ETA, para comprovar o atendimento aos padrões estabelecidos na Portaria 2914/11. O CMBM realizou 44 análises de qualidade da água dos bebedouros, sendo que todos resultaram satisfatórios (100% de eficiência).

Em relação às emissões atmosféricas, as empresas realizam o monitoramento de fumaça preta nos seus equipamentos, utilizando a escala de Ringelmann, e controlam as poeiras por meio da umectação constante das vias.

Segundo o RGM-E do CCBM, com a conclusão de grande parte das atividades nos Sítios Pimental, Canais e Diques, toda manutenção de equipamentos é realizada no Sítio Belo Monte. Com a redução do quantitativo contratado e do número de equipamentos em operação, o CCBM alterou a sua metodologia de monitoramento de fumaça preta, que passou a ser realizada durante a manutenção de 500 horas de operação dos equipamentos. Já em relação às montadoras, a Andritz monitorou 100% dos seus equipamentos fixos e móveis e o CMBM, 50% dos seus equipamentos móveis.

Os números apresentados nos RGM-Es do CCBM e das demais empresas, considerando os três primeiros meses de 2017, são os mostrados no quadro a seguir:

Empresa	Total de equipamentos	Total de laudos	Laudos insatisf.	Eficiência (%)
CCBM	1357	118	0	100
Andritz	30	30	0	100
CMBM	250	127	0	100

A última medição de ruído em áreas externas foi realizada em maio de 2016, atendendo à periodicidade anual do monitoramento. Os resultados da próxima medição deverão ser reportados no 18º RSAP.

Em relação aos resíduos sólidos, foram encaminhados como anexo aos RGM-Es, os Inventários de resíduos do CCBM e das montadoras para o período. Tratam-se de planilhas que informam o controle das quantidades geradas por mês de cada um dos resíduos distribuídos nos diferentes grupos, o total gerado e o tratamento previsto ou realizado. Foram encaminhados também, no corpo dos Relatórios, quadros que detalham a forma de destinação dos diferentes tipos de resíduo.

Com o envio dos inventários das empresas envolvidas na obra, verifica-se que as mesmas realizam a gestão dos resíduos sólidos, classificando os diversos tipos de resíduos, acondicionando-os de maneira adequada, controlando as quantidades geradas por mês e discriminando a destinação final dos mesmos.

Dos dados encaminhados pelo CCBM, verifica-se que, no período, foram gerados os seguintes resíduos: baterias, pneus com alma de aço, entulho misto (concreto, tijolos,

telhas, areia, outros), serragem não contaminada, sobras de madeira da construção civil, sucata de ferro, sucata de papelão, óleo lubrificante usado, materiais em geral contaminados com óleo, polietileno, lâmpadas fluorescentes, resíduo de alimentação, resíduos de serviços de saúde, EPIs diversos, e outros (Resíduos Comuns). Segue a forma de destinação dos mesmos:

- Ao aterro/compostagem: resíduo comum, resíduo orgânico, serragem não contaminada, óleos e gorduras vegetais (lodo ETE + Caixa de gordura);
- Acondicionamento temporário para destinação a Logística reversa: baterias (Melo Baterias) e pneus com alma de aço (CBL Comércio de Reciclagem de Borrachas).
- Para empresas terceirizadas: plástico (Recicle), papel e papelão (Recicle), metal / sucata de ferro (Sucatas Nascimento), óleo lubrificante usado (Lwart), lâmpadas fluorescentes (Lumitech Materiais Elétricos);
- Acondicionamento temporário em baía especificamente preparada e isolada para destinação posterior: resíduos de serviços de saúde. Não estão mais sendo incinerados no incinerador de Belo Monte, que está inoperante.
- Acondicionamento temporário em baias estanques: materiais em geral contaminados com óleo, estopas/panos sujos de graxa. Não estão mais sendo incinerados no incinerador de Belo Monte, que está inoperante.
- Reaproveitados: tambores metálicos, plásticos e sobras de madeira da construção civil;
- Enterro e queima controlada em vala implantada na Jazida F2 no Sítio Belo Monte (atividade licenciada e autorizada pelo IBAMA por meio do Ofício nº 02001.009529/2016-80 COHID/IBAMA): resíduos de madeira da construção civil;
- Bota-fora do CCBM: sobras de entulho / concreto.

A atividade de enterrio e queima controlada de resíduos de madeira da construção civil destinou o seguinte volume no período de janeiro a março de 2017.

Mês	Destinado/ Queima (m ³)
Janeiro	568,73
Fevereiro	0,00*
Março	2.896,00
Total do trimestre	3.464,76

* Não houve atividade de queima de resíduos de madeira no mês de Fevereiro, devido à ocorrência de constantes chuvas.

O CCBM possui, como um de seus indicadores, o IRR-B – Índice de Reciclagem e Resíduos Sólidos Classe B, calculado com base na somatória dos resíduos classe B reciclados, dividida pelo total de resíduos gerado. Nesse trimestre, o IRR-B foi de 48% (38% em janeiro, 50% em fevereiro e 55% em março), acima da meta, que é de 40%.

Conforme mencionado na **Seção 6.2.1.1**, as planilhas com o Demonstrativo Operacional de Queima do Incinerador da obra evidenciaram que o equipamento permaneceu

inoperante nos três meses de cobertura deste relatório. O incinerador não opera desde junho de 2016, tendo o CCBM decidido que o mesmo não voltará a operar, devendo ser solicitado o cancelamento da licença de operação junto ao órgão ambiental competente. Os resíduos Classe I estão sendo armazenados, conforme demonstrado acima, e serão destinados a empresa subcontratada, autorizada e licenciada para tal atividade.

Andritz e CMBM também realizam a gestão dos resíduos sólidos gerados por meio de planilhas de inventário, com controle da geração e destinação dos resíduos pertencentes aos 16 grupos.

Seguem os resíduos gerados pela Andritz no período e a forma de destinação. Os resíduos são acondicionados em Central de Resíduos antes da destinação final (RSS em baía de resíduo ambulatorial):

- Madeiras sem valor comercial e entulho de construção – enterro;
- Sucata de ferro - Reciclagem Mineira de Metais;
- Mistura de diferentes tipos de papel e papelão – Aterro Sanitário de Altamira;
- Óleo lubrificante usado – Lwart;
- Materiais em geral contaminados com óleo - ECOPETRO;
- Recipientes plásticos em geral não contendo resíduo perigoso – Aterro Sanitário de Altamira;
- Lâmpadas fluorescentes – ECOPETRO;
- Pneus – Aterro Sanitário de Altamira (o Aterro Sanitário de Altamira possui local adequado para armazenamento de resíduos recebidos por empresas externas, para posterior destinação dos mesmos para empresas de reciclagem e reaproveitamento dos materiais);
- Resíduos de serviços de saúde - ECOPETRO;
- Resíduos contaminados diversos – ECOPETRO;
- Resíduos orgânicos e comuns (resíduos não recicláveis) - Aterro Sanitário de Altamira.

O IRR-B – Índice de Reciclagem e Resíduos Sólidos Classe B da Andritz, no trimestre, resultou em 0% em janeiro, 0% em fevereiro e 65% em março, superando a meta de 40% apenas em março.

Em relação ao CMBM, os resíduos gerados no período foram os seguintes, com as respectivas indicações de destinação:

- Bateria e pilhas – Acondicionamento temporário para destinação a Logística reversa;
- Serragem não contaminada – compostagem;
- Mistura de diferentes tipos de papel e papelão – Recicle;
- Óleo lubrificante usado – ECOPETRO;
- Recipientes plásticos em geral não contendo resíduo perigoso – Recicle;
- Lâmpadas fluorescentes – ECOPETRO;

- Resíduos comuns e orgânicos (resíduos não recicláveis) - Aterro Sanitário de Altamira;
- Resíduos de serviços de saúde – ECOPETRO;
- Materiais gerais contaminados com óleo – ECOPETRO;
- EPIs diversos - Aterro Sanitário de Altamira;
- Material metálico - Resíduo sendo estocado no pátio destinado para sucata metálica;
- Madeira - resíduos de embalagens - pátio de acondicionamento, reaproveitamento e ou doação;

O IRR-B – Índice de Reciclagem e Resíduos Sólidos Classe B do CMBM, no trimestre, resultou em 0% nos três meses do período. Segundo informado, nesses meses não foi obtida carga completa de resíduos recicláveis para destinação externa. Assim que completada a carga, os resíduos serão encaminhados para reciclagem, em atendimento a este indicador. O CMBM informou também que será realizada uma avaliação na segregação, caracterização e acondicionamento do resíduo reciclável gerado, para identificação do desvio no cálculo deste indicador.

Toda a discussão acima se aplica às obras principais. Em relação às obras do entorno, a NE demonstra manter controle sobre os indicadores legais aplicáveis à segurança do trabalho e saúde ocupacional, inclusive demonstra isso pela qualidade de vários dos Registros de Desvios apresentados. A avaliação que realiza, por meio de sua Supervisão, demonstra atenção durante a avaliação dos documentos das empresas contratadas.

Em relação a meio ambiente, a Gestão de Resíduos, licenças e controles ambientais das Obras do Entorno também é algo acompanhado pela Equipe de SSTMA da Norte Energia. Os resultados dessa verificação têm se mostrado cada vez mais compatíveis com a legislação ambiental, inclusive somente uma pendência significativa foi identificada nesta Missão de Monitoramento. Trata-se do impacto ocasionado pela rescisão de mais um contrato e a consecutiva postergação do término da obra do sistema viário que, além de ter proporcionado um considerável assoreamento ao longo de uma das pistas, traz risco para todos os motoristas e motociclistas que utilizam a via.

8.0

Indicadores Socioambientais do Empreendimento

Neste Relatório não está prevista a atualização dos indicadores socioambientais do empreendimento, já que a última ocorreu em março de 2017 e a periodicidade definida é anual. A próxima atualização, portanto, deverá ocorrer no início de 2018.

9.0**Consultores da JGP responsáveis pela elaboração deste relatório**

Socióloga, responsável pela Coordenação Geral e pelo Meio Socioeconômico

Engenheira Civil, responsável pela Coordenação

Engenheira Sanitarista e Engenheiro Ambiental e de Segurança do Trabalho, especialistas em Sistema de Gestão

Geólogo, especialista em Meio Físico e responsável pela verificação das questões de Meio Ambiente nas Obras Principais e do Entorno

Engenheiro Ambiental e de Segurança do Trabalho, responsável pela verificação das questões de SST nas Obras nas Obras Principais e do Entorno

Bióloga, especialista em Vegetação

Bióloga, especialista em Fauna

Bióloga, especialista em Ictiofauna e Qualidade da Água

Socióloga, especialista no Meio Socioeconômico

Antropólogo, especialista em assuntos indígenas



ANEXOS

Anexo 1 – Lista de Documentos Avaliados

Anexo 2 – Reuniões, Vistorias e Entrevistas Realizadas

Anexo 3 – Acompanhamento do Atendimento a Condicionantes

Anexo 4 – Registro Fotográfico dos Programas do PBA-CI



Anexo 5 – Master plan - RUC Pedral

Anexo 6 – Registro Fotográfico do PCAI

**Anexo 7 – Registro Fotográfico das Inspeções de Meio Ambiente nas
OE**

Anexo 8 – Registro Fotográfico das Inspeções de SST nas OP

Anexo 9 – Registro Fotográfico das Inspeções de SSTMA nas OE
